

DADOS DO DOCUMENTO

TÍTULO: Relatório Figueiredo vol. 28

DATA DE PRODUÇÃO: 1968

ORIGEM DO DOCUMENTO: -

GRAU DE SIGILO:

NÚMERO DE PÁGINAS: 194

DESCRIÇÃO:

O Relatório Figueiredo é uma série de documentos produzidos a partir da investigação que apurou as irregularidades cometidas pelo Serviço de Proteção aos Índios, no período da Ditadura Militar. Comissão presidida por Jader Figueiredo.

Documentos: registro de juntada de documentos que deu origem a esse volume XXVIII, que conta com as defesas e respectivos documentos anexados de: João Barreto de Souza, Jose Baptista Ferreira Filho, José de Mello Fiuza, José Marinho Teles Filho, Francisco Furtado Soares de Meireles.

TÉRMO DE JUNTADA

De ordem do Sr. Presidente, juntei, nesta data, os documentos a seguir relacionados, constantes das defesas de JOÃO BARRETO DE SOUZA, JOSÉ BAPTISTA FERREIRA FILHO, JOSÉ DE MELLO FIUZA, JOSÉ MARINHO TELES FILHO, FRANCISCO FURTADO SOARES DE MEIRELES, que ficam fazendo parte integrante dos presentes autos, constantes das fls. 6452 a 6570, vol. XXVIII. E, para constar, lavrei e assino o presente termo. Rio de Janeiro, 07 de maio de 1968.////

Beatriz Goini de Almeida
Secretária

6452
BPA

Exmo Sr. Presidente da Comissão de Inquérito instaurada pela Portaria n. 78, de 22 de março de 1968.

JOÃO BARRETO DE SOUZA, nos autos do inquérito administrativo acima mencionado, intimado a apresentar defesa no prazo de vinte dias, vem fazê-lo, tempestivamente, aduzindo, em resumo o seguinte:

1 - A arguição feita contra o Defendente de ter sido nomeado irregularmente, em 1 de Janeiro de 1955, beneficiando-se da irregularidade, é fruto exclusivo de um / grande equívoco cometido na anotação de sua ficha funcional.

2 - A verdade é que o Defendente só foi nomeado como artifice, regularmente, aos 17 de Janeiro de 1958, pela ORDEM DE SERVIÇO INTERNO n.10, pelo Coronel JOSÉ LUIZ GUEDES, Diretor do S.P.I. naquela data, conforme se prova, facilmente, com o seu incluso título de nomeação, junto em fotocópia.

3 - O Defendente jamais teve conhecimento de qualquer ato que o tenha nomeado ou designado para qualquer cargo ou função na data mencionada neste inquérito - 01.1.1955 ou qualquer outra senão a que consta da mencionada Ordem de Serviço Interno n.10.

4 - No período de 01.01.1955, até a data de sua nomeação real - 17.01.1958 - o Defendente não prestou qualquer serviço a nenhuma repartição da União Federal, nem recebeu dela por isso mesmo um só centavo a qualquer título.

5 - Os documentos juntos, de data muito anteriores ao inquérito, demonstram de maneira insofismável que o Defendente nunca pretendeu ter sido nomeado antes de janeiro de 1958, sempre se tendo valido exclusivamente da data de sua nomeação regular para obtenção de qualquer benefício.

6 - Os inclusos contracheques dos vencimentos do Defendente constituem prova conclusiva e definitiva de que só tem colhido benefício com base em sua nomeação de 1958. Assim é

que, até hoje, só recebe um quinquênio de adicional de tempo de serviço, a partir de abril de 1967, o que significa se ter valido de sua efetiva nomeação, ocorrida aos 17.01.1958.

7 - Se, realmente, se valesse da pretendida nomeação de 1955, no seu contracheque deveria constar, não um, mas dois quinquênios.

8 - Aliás o mesmo equívoco serviu de fundamento para abertura de inquérito administrativo contra o Defendente, logo depois de vencedora a Revolução de Março, sendo o mesmo arquivado, em face da prova do engano.

9 - A fls. 1625 do presente inquérito consta / todo o expediente oriundo do I.P.M. então instaurado, determinando correção da data de nomeação do Defendente em sua ficha funcional.

10 - Apesar de tudo isso, o equívoco, já fartamente demonstrado naquêlê processo, volta a ser objeto dêste inquérito, obrigando o Defendente a apresentar de novo, as mesmas provas.

11 - Desta maneira, não resta nenhuma dúvida / de que o fato arguido contra o Defendente não tem qualquer fundamento, sendo fruto exclusivo não apenas de um erro originário na anotação de sua ficha funcional, mas também o que é mais grave da falta de cumprimento de ordens superiores por parte da repartição encarregada, que, até agora, apesar de determinação expressa nêsse sentido, não corrigiu o enorme / equívoco.

Espera, destarte, o Defendente que seja reconhecido mais uma vez o engano, dignando-se a ilustre Comissão de Inquérito absolvê-lo da falta de que é acusado, como de direito.

Nêstes Termos
P.Deferimento.

Rio de Janeiro, 7 de maio de 1968.

Agostinho Lima Reis

Trabalho
3663 - O. 17. B.
C.B.

6454
BGA

PROCURAÇÃO

JOÃO BARRETO DE SOUZA, brasileiro, casado, funcionário público federal domiciliado e residente nesta cidade, a rua General Bruce, 961 A, ap. 101, por esta procuração, datilografada e assinada, nomeia seu bastante procurador e advogado AYRTON XIMENES REIS, brasileiro, casado, inscrito na O.A.B., seção da Guanabara, sob o n. 3663, com escritório a rua México, 31, grupo 602, a quem concede poderes especiais para apresentar sua defesa no inquerito administrativo a que responde no ministério do Interior, e os poderes gerais contidos nas cláusulas ad e extra judícia.

Rio de Janeiro, 2 de Maio de 1968.

João Barreto de Souza

15.º OFÍCIO DE NOTAS
(ANTIGO CARTÓRIO HUGO RAMOS)
TABELIÃO:
Dra. CARMEN COELHO
SUBSTITUTO:
ARTHUR LAVIGNE JUNIOR
AUTORIZADOS:
LUIZ CAMPOS FIDELIS
MANOEL PEREIRA
Rua da Assembleia, 96
Tels.: 31-0691 - 31-0672
RIO DE JANEIRO
GUANABARA

Procuração a termo *90 dias*
João Barreto de Souza
Rio de Janeiro, *16.05.68*
Em test.º *11/11* da verdade

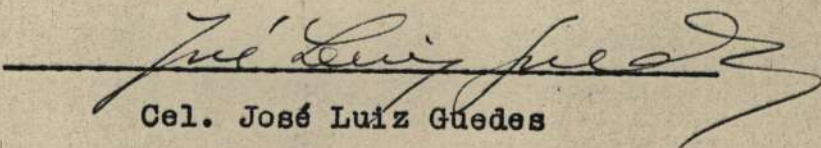
ORDEM DE SERVIÇO INTERNA Nº 10

O DIRETOR DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E, admitir, para a Séde desta Diretoria, - onde passará a ter exercício, JOÃO BARRETO DE SOUZA, na função de Artífice, com o salário mensal de CR\$ 4.900,00 (quatro mil e novecentos cruzeiros), percebendo os seus salários por conta da Tabela de Assalariados, do Posto Indígena de "Nonoai", situado em Sarandi, Estado do Rio Grande do Sul, subordinado a 7a. Inspetoria Regional.

Dê-se ciência e cumpra-se.

Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1958.


Cel. José Luiz Guedes

Diretor do S.P.I.

CARTÓRIO DO 21.º OFÍCIO DE NOTAS
Tabelião: JOSÉ DA CUNHA RIBEIRO
Substituto: JOSÉ MARTINS DE ARAUJO FILHO
1.º Autorizado: ROBERTO FONTES SIMÕES
2.º Autorizado: ORLANDO MESSINA
AVENIDA GRAÇA ARANHA, 342
RIO DE JANEIRO - GUANABARA

Reconheço a

Assinatura

Rio de Janeiro, 28 DEZ. 60

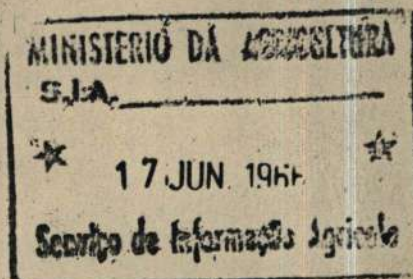
Em test.

da verdade

CARTÓRIO EDGARD MAGALHÃES
 24.º OFÍCIO DE NOTAS
 Tabelião
EDGARD MAGALHÃES
 Tab. Substituto
 Mario da Costa Tavares
 1.º Esc. Autorizado
MURILLO GUERRERO
 2.º Esc. Autorizado
EDSON PEDROSA
 Av. Graça Aranha, 145
 Sobreloja
RIO DE JANEIRO

De acordo c/ o art.º 2.º do Dec.
 Lei 2.148/40, Autentico a pre-
 sente, cópia fiel do original
 do documento exibido, do que
 dou fé.
 Rio, _____ de _____ de 19__
 Em test. _____ da verdade

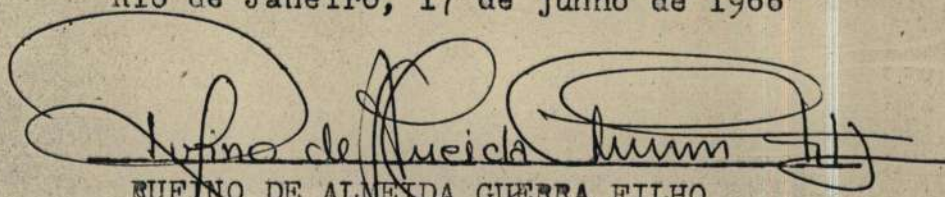
6456
390



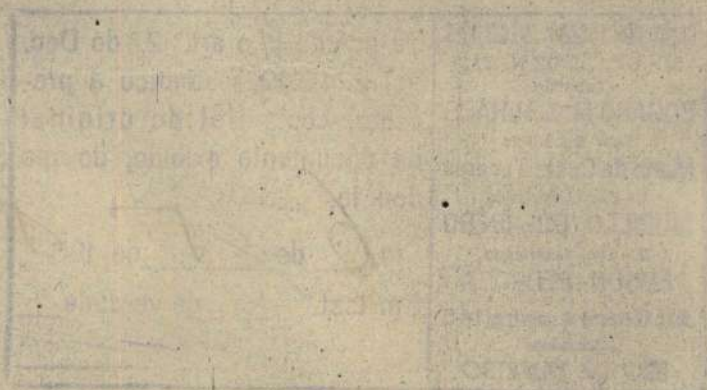
DECLARAÇÃO

1. Declaro, para fins prova junto ao Departamento de Assistência do I.P.A.S.E., que o Sr. JOÃO BARRETO DE SOUZA matrícula nº 1 980 831 admitido em 17-1-1958 é servidor federal e exerce o cargo de Técnico em Eletrônica nível 12 em caráter permanente, percebendo o vencimento mensal de Cr\$ 159 000.
2. O referido servidor se acha em exercício. É lotado no Serviço de Proteção aos Índios e atualmente conforme Portaria nº 29 de 8-2-1966 do Secretário Geral da Agricultura (MA 10/13802/66) se encontra à disposição do Serviço de Informação Agrícola-Ministério da Agricultura-GB.
3. O funcionário desconta 8% dos seus vencimentos para Benefício-Família.

Rio de Janeiro, 17 de junho de 1966


RUFINO DE ALMEIDA GUERRA FILHO
DIRETOR

SERVICO DE INFORMAÇÃO AGRICOLA



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
17 JUN 1954
Serviço de Informação Agrícola

DECLARAÇÃO

1. Declaro, para fins de prova junto ao Departamento de Agricultura do I.P.A.R., que o Sr. JOSÉ CARLOS DE AQUINO matrícula nº 1.989.641 admitido em 17-1-1953 é servidor público e exerce o cargo de Técnico em Agrônomo nível 12 em caráter permanente, preenchendo o vencimento mensal de Cr\$120.000.

2. O referido servidor se acha em exercício.

3. É lícito no Serviço de Proteção aos Índios e atualmente consta na Portaria nº 29 de 8-2-1953 do Secretário Geral da Agricultura (MA 10/15802/53) as anotações a disposição do Serviço de Informação Agrícola-Ministério da Agricultura-CA.

4. O mencionado desconta 8% dos seus vencimentos para benefício-família.

Rio de Janeiro, 17 de Junho de 1954

JOSE CARLOS DE AQUINO
DIRETOR

SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

CARTÓRIO EDGAR MAGALHÃES
24.º OFÍCIO DE NOTAS
Tabellão
EDGAR MAGALHÃES
Tab. Substituto
Mário da Costa Tavares
1.º Esc. Autorizado
MURILLO GUERRERO
2.º Esc. Autorizado
EDSON PEDROSA
Av. Graça Aranha, 145
Sotrisleja
RIO DE JANEIRO

De acordo c/ o art.º 2.º do Dec.
Lei 2.148/40, Autentico a presente, cópia fiel do original do documento exibido, do que dou fé.
Rio de Janeiro, 6 de Junho de 1954.
Em test. da verdade

Serviço de Proteção aos Índios.

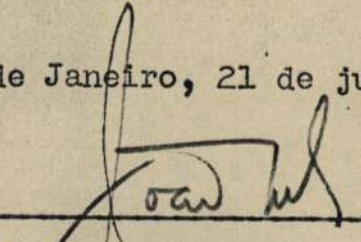
DECLARAÇÃO

DECLARO, para fins de prova junto a Divisão do Pessoal (Seção de Dadastrô) que, o funcionário JOÃO BARRETO DE SOUZA, - Técnico de Eletrônica, nível 12-A, teve a seguinte frequência:

- 1959 - Janeiro a Dezembro, frequência integral -
- 1960 - Janeiro a Dezembro, frequência integral -
- 1961 - Janeiro a Dezembro, frequência integral -
- 1962 - Janeiro a Dezembro, frequência integral -
- 1963 - Janeiro a Dezembro, frequência integral -
- 1964 - Janeiro a Dezembro, frequência integral -
- 1965 - Janeiro a Junho, frequência integral.

Nos anos de 1959 a 1964, gozou férias regulamentares. No período de Janeiro a Junho de 1965, não gozou férias.

Rio de Janeiro, 21 de julho de 1966


João Bezerra de Melo

Representante do SPI na GB.-



DECLARAÇÃO

DECLARO, para fins de prova, que a Divisão de Pessoal (Seção de Cadastro) que, é funcionário JOÃO BAPTISTA DE SOUZA, Técnico de Escritório, nível 12-A, teve a seguinte frequência:

- 1959 - Janeiro a Dezembro, frequência integral
- 1960 - Janeiro a Dezembro, frequência integral
- 1961 - Janeiro a Dezembro, frequência integral
- 1962 - Janeiro a Dezembro, frequência integral
- 1963 - Janeiro a Dezembro, frequência integral
- 1964 - Janeiro a Dezembro, frequência integral
- 1965 - Janeiro a Junho, frequência integral.

Loc anos de 1959 a 1964, possui férias regulamentares. No período de Janeiro a Junho de 1965, não possui férias.

Foi de Janeiro, 21 de Junho de 1966

JOÃO BAPTISTA DE SOUZA

Assinatura em 21 de Junho de 1966

CARTÓRIO EDGAR MAGALHÃES 24.º OFÍCIO DE NOTAS Tabellão EDGAR MAGALHÃES Tab. Substituto Mario da Costa Tavares 1.º Esc. Autorizado MURILLO GUERRERO 2.º Esc. Autorizado EDSON PEDROSA Av. Graça Aranha, 145 Sobreloja RIO DE JANEIRO	De acordo c/ o art.º 2.º do Dec. Lei 2.148/40, Autentico a presente, cópia fiel do original do documento exibido, do qual dou fé. Rio, 6 de 5 de 1966. Em test. da verdade
---	---



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

EQUIPE DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA:-

6458
398

D E C L A R A Ç Ã O



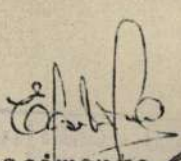
Declaro, para fins de prova conforme sua ficha funcional, junto ao DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA DO I.P.A.S.E, que o Sr. JOÃO BARRETO DE SOUZA, matrícula número nº 1 980 831, admitido em 17-1-1958, é funcionário Público Federal e exerce o cargo de Técnico em Eletrônica nível "12", em caráter permanente, percebendo o vencimento de NCr\$ 258,00 (DUZENTOS E CINQUENTA E OITO CRUZEIROS NOVOS).

O referido funcionário se acha em exercício.

É lotado na Equipe de Informação Agrícola, conforme Portaria nº 428, de 13 de novembro de 1967, publicado no Boletim do Pessoal nº 47, de 23/11/67 - Processo M.A.-070-474/67, da Diretora da Divisão do Pessoal do Ministério da Agricultura.

O funcionário desconta 8% dos seus vencimentos para Benefício-família.

Rio de Janeiro, 6 de maio de 1968


Edson Nascimento

Diretor





EDGARD MAGALHÃES 24.º OFÍCIO DE NOTAS Tabellão EDGARD MAGALHÃES Tab. Substituto Mario da Costa Tavares 1.º Esc. Autorizado MURILLO GUERRERO 2.º Esc. Autorizado EDSON PEDROSA Av. Graça Aranha, 145 Sobreloja RIO DE JANEIRO	De acôrdo c/ o art.º 2.º do Dec. Lei 2.148/40, Autentico a pre- sente, cópia fiel do original do documento exibido, do que dou fé. Rio, 6 de 5 de 1968 Em test.º da verdade
--	---



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

NOME JOÃO BARRETO DE SOUZA

CARGO

TEC ELET 12 A

1980831
MATRÍCULA

21081
C/BANCÁRIA

221
BANCO-AG.

26
Nº DE ORDEM

367
MÊS-ANO

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	VALOR - Cr\$
310101	VENCIMENTOS	215000
32501	SALARIO FAMILIA	40000
		255000
55110	IPASE BENEFICIO FAMILIA	10750
		10750
		244250



VISTO

LÍQUIDO DEPOSITADO EM SUA CONTA BANCÁRIA Cr\$

NÃO VALE COMO RECIBO

AS RECLAMAÇÕES DEVEM SER FEITAS MEDIANTE
APRESENTAÇÃO DESTA AVISO DE CRÉDITO

6459
BFB

REPUBLICA DE GUATEMALA
GOBIERNO DE LA REPUBLICA

RECIBO

RECIBO DE PAGAMENTO



CANTIDADO	
VALOR	
DESCRIPCION	
FECHA	
LUGAR	
OTRO	

RECIBO	RECIBO
RECIBO	RECIBO
RECIBO	RECIBO

RECIBO DE PAGAMENTO

De acordo c/ o art. 2.º do Dec.
Lei 2.148/40, Autentico a pre-
sente, cópia fiel do original
do documento exibido, do que
dou fé.
Em teste, de 1966
da verdade

EDGAR MAGALHÃES
24.º OFICIO DE NOTAS
Tabelião

EDGAR MAGALHÃES
1.º Esc. Autorizado
Mato da Costa Tavares

MURILLO GUERRERO
2.º Esc. Autorizado
EDSON PEDROSA

Av. Graça Aranha, 145
Sobrelaje
RIO DE JANEIRO



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

NOME JOÃO BARRETO DE SOUZA

CARGO TEC ELET I 2 A

21081/1

1980831	21081	221
MATRÍCULA	C/BANCÁRIA	BANCO-AG.
	26	467
Nº DE ORDEM	REPARTIÇÃO	MÊS-ANO

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	VALOR - Cr\$
32501	SALARIO FAMILIA	4000-
310101	VENCIMENTOS	21500-
310108	G. ADIC. T. SERV. QUINQUENIO	11075-
310108	G. ADIC. T. SERV. QUINQUENIO	3225-
		29800
55110	IPASE BENEFICIO FAMILIA	1128
55110	IPASE BENEFICIO FAMILIA	11611
		1289
		28511

LÍQUIDO DEPOSITADO EM SUA CONTA BANCÁRIA Cr\$



VISTO

NÃO VALE COMO RECIBO

AS RECLAMAÇÕES DEVEM SER FEITAS MEDIANTE APRESENTAÇÃO DÊSTE AVISO DE CRÉDITO

6460
B98

De acordo c/ o art. 2.º do Dec.
Lei 2.148/40, Autentico a pre-
sente, cópia fiel do original
do documento exibido, do que
depois de
Rio, de
Em test.
da verdade

[Signature]

EDGARDO MAGALHÃES
24.º OFÍCIO DE N.º TAS
Tabelião
EDGARDO MAGALHÃES
Tab. Substituto
Mário da Costa Tavares
1.º Esc. Autorizado
MURILLO GUERRERO
2.º Esc. Autorizado
EDSON PEDROSA
Av. Graça Aranha, 145
Sobrelaja
RIO DE JANEIRO

RIO DE JANEIRO

Sobre o

Av. Graça Aranha, 145
Sobrelaje

2.ª Esc
EDSON PEDROSA
Autorizado

1. Esc Autorizado
2. Esc Autorizado

1.º Esc. Autorizado

Tab. Substituto

EDGARD MAGALHÃES
Tabellão

24.º OFÍCIO DE NOTAS
Tabelião

ARTÓRIO EDGARD MACHADO

13/11/2019



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

JOÃO BARRETO DE SOUZA

NOME

TEC ELET 12 A

CARGO

1980831

MATRÍCULA

21081

C/BANCÁRIA

26

Nº DE ORDEM

REPARTIÇÃO

221

BANCO-AG.

567

MÊS-ANO

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	VALOR - Cr\$
310101	VENCIMENTOS	21500
310108	G.ADIC.T.SERV.QUINQUENIO	1075
32501	SALARIO FAMILIA	4000
		26575
55110	IPASE BENEFICIO FAMILIA	1128
		1128
		25447

LÍQUIDO DEPOSITADO EM SUA CONTA BANCÁRIA Cr\$

NÃO VALE COMO RECIBO

AS RECLAMAÇÕES DEVEM SER FEITAS MEDIANTE
APRESENTAÇÃO DÊSTE AVISO DE CRÉDITO



VISTO

6461
B97

De acordo c/ o art. 2.º do Dec.
Lei 2.148/40, Autentico a pre-
sente, cópia fiel do original
do documento exibido, do que
dou fé.
Rio, 6 de 1958
Em test. da verdade
CARLÃO EDGARD MAGALHÃES
24.º OFÍCIO DE NOTAS
Tabelião
EDGARD MAGALHÃES
Tab. Substituto
Mario da Costa Tavares
1.º Esc. Autorizado
MURILLO GUERRERO
2.º Esc. Autorizado
EDSON PEDROSA
Av. Graça Aranha, 145
Sobrelaje
RIO DE JANEIRO

M. A. 010/45860 - 8 OUT 65

Gu/Rio.

JOÃO BARRETO DE SOUZA, brasileiro, casado, Técnico em Eletrônica, nível 12, do quadro do Pessoal, parte Permanente do Ministério da Agricultura, lotado no Serviço de Proteção aos Índios, residente em Brasília vem pelo presente expor/ e requerer o seguinte:

EXPÕE

1. Através deste, pois que não encontra maneiras para efetivar as explicações pessoalmente, vem enumerar os enormes sofrimentos, por perseguições e coações que vem sofrendo por parte do Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, que chegou ao extremo de prejudicar o serviço, para atender a questões pessoais, como é o meu caso.

2. Em processo protocolado sob o n. MA 010/ - 2213/65, foi pedido instauração de inquérito administrativo para apurar os seguintes atos praticados pelo Sr. Diretor do SPI, contra o petionário:

- a-Engavetamento de requerimentos;
- b-coação;
- c-perseguição;
- d-endosso na fabricação de documentos irregulares;
- e-protelação no fornecimento de certidões para a defesa de direito.

3. O petionário, poderá citar como exemplo, as determinações feitas no processo MA 101/240/65, em que o sr. Diretor, dá o prazo de 48 hs. para o funcionário falar sobre o processo, bem como determina que o mesmo receba adiantamento, mesmo estando, o referido funcionário em gozo de licença por força do serviço médico do Ministério.

4. Mais um exemplo típico é a fabricação da coleta de preços, extemporânea, informações sem veracidade no referido processo.

5. Tentou, ainda, o Diretor, forçar o funcionário

CANTORIANO EDUARDO MAGALHÃES
21. OFÍCIO DE NOTAS
Tabelião
EDGARD MAGALHÃES
Tab. Substituto
Mario da Costa Tavares
1.º Ess. Autorizado
MURILLO GUERRERO
2.º Ess. Autorizado
EDSON PEDROSA
Av. Graça Aranha, 145
Sobreloja
RIO DE JANEIRO

De acôrdo c/ o art.º 2.º do Dec.
Lei 2.148/40, Autentico a pre-
sente, cópia fiel do original
do documento exibido, do que
dou fé.

Rio, 6 de 6 de 196
Em da verdade

funcionário a entregar verba, pelo mesmo recebida, para aplicação, para outro funcionário do SPI, porém o requerente em termos educados pediu instruções para aplicação da quantia, o que não foi feito no prazo legal, determinando destarte o recolhimento da quantia. Data venia, melhor que o funcionário, o Diretor deve saber, que não poderá ser passada a frente a quantia, pois existe um só responsável para com a repartição competente.

6. O peticionário, apresentou motivos contundentes, como seja o péssimo estado de saúde de sua esposa, por meio de atestados médicos do Hospital Distrital de Brasília, requerimento este, que foi feito para V. Exa., porém o Diretor do SPI, breando a tramitação indeferiu o pedido, demonstrando falta de humanidade (Proc. MA 101/1112/65.

7. Jamais, procurou o requerente estabelecer polêmica com seus chefes, apenas tentou através de requerimentos afastar-se da subordinação do SPI, pois era flagrantemente perseguido, na verdade razão não existia, notando-se os grandes serviços elaborados no serviço de comunicações do Ministério e principalmente daquele órgão, como poderá ser comprovado. Na verdade vários órgãos vem pleiteando a requisição do funcionário, naturalmente por necessidade de técnico.

8. É desejo, do peticionário ressaltar, que V. Exa., tem sido ludibriado com respeito as atitudes efetivadas pois na verdade é necessidade precípua do funcionário trabalhar e produzir o que sabe para o Ministério. Talvez seja o caso do processo de nº PR 5563/65, protocolado sob o nº MA-GMER 882/65, que segundo consta foi GUARDADO, apesar de ser originário da Presidência da República.

9. Na verdade, o referido Diretor, deixou até V. Exa. em má situação perante o Deputado Cunha Bueno, conforme carta informativa de V. Exa., dizendo não estar em Tramitação um pedido de requisição para o funcionário, enquanto isso tal processo encontrava-se engavetado, no SPI e tinha o nº SC 7133/64 (requisição do DASP).

10. O único atendimento prestimoso e carente, foi feito pelo Gabinete de V. Exa. que em regime de urgência atendeu ao pedido de uma das certidões, restando agora apenas / os pedidos dos processos e números-

Ao Exmo. Sr. Ministro- MA 010/ 2803/65

- MA 010/2463/65

- MA 010/2452/65

- MA 010/2450/65

ANTÔNIO EDGARD MAGALHÃES
2.º OFÍCIO DE NOTAS
Tabellão
EDGARD MAGALHÃES
Tab. Substituto
Mario da Costa Tavares
1.º Esc. Autorizado
MURILLO GUERRERO
2.º Esc. Autorizado
EDSON PEDROSA
Av. Graça Aranha, 145
Sobreloja
RIO DE JANEIRO

De acôrdo c/ o art.º 2.º do Dec.
Lei 2.148/40, Autentico a pre-
sente, cópia fiel do original
do documento exibido, do que
dou fé.

Rio, 6 de 196

Em tes. da verdade

Ao Diretor do DA - NA 010/ 2460/65

11. Além dos processos acima, temos como sem resposta, ainda o pedido de solução para o pedido de an-
damentos de processos protocolado sob o nº NA- 010/35183/65.

12. É de se notar, que o peticionário ten-
tou apresentar-se várias vezes ao Diretor, com o fito de coloe-
cá-lo ao par da licença, porém o mesmo em sentido protelatório
para inculcar o abandono de emprego, recusou-se, mesmo assim o
requerente fez um apresentação por escrito, onde ao mesmo tem-
po pediu fôsse instaurado uma Comissão de Inquérito.


13. Levo ao conhecimento de V. Exa. que pe-
di Inquérito para apuração de várias irregularidades, bem com
mo encaminhei à diretoria do Pessoal, requerimento no sentido
da anexação de todos os processos que dizem-me respeito, pedin-
do e arguindo a suspeição dos componentes do SPI, na formação
da comissão, pois como é do vosso conhecimento, falta-lhes o -
necessário para julgarem atos alheios. (Cópia anexa).

14. Esclareço a V. Exa., que o meu estado -
de desamparo pelas autoridades, contra os tipos de perseguições
que venho sofrendo a título gratuito, levam-me a recorrer a to-
dos, sendo que para tanto envio ao Exmo. Sr. Presidente da Repú-
blica cópia do presente requerimento, bem como das provas cata-
logadas, para medidas cabíveis, que possam amparar-me, dando la-
go soluções que possam amparar inclusive a minha família, que -
de longa data vem sofrendo, junto a mim as perseguições e más
intenções, que quem só pensa em prejudicar o alheio.

Nestes Termos

Pede vossa Atenção.

Rio de Janeiro,


João Barreto de Souza-

EDGARD MAGALHÃES Tab. Substituto Mário da Costa Tavares 1.º Esc. Autorizado MURILLO GUERRERO 2.º Esc. Autorizado EDSON PEDROSA Av. Graça Aranha, 145 Sobreloja RIO DE JANEIRO	De acôrdo c/ o art.º 2.º do Dec. Lei 2.148/40, Autentico a pre- sente, cópia fiel do original do documento exibido, do que dou fé. Rio, 6 de 1961 Em 1961 da verdade.
--	---

ILMO. SR. DIRETOR DA DIVISÃO DO PESSOAL DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA.

M. A. 010/45859 - 8 OUT 65

D. Pessoal.

JOÃO BARRETO DE SOUZA, brasileiro, casado, Técnico em eletrônica, nível 12, do quadro do Pessoal, Parte permanente do Ministério da Agricultura, lotado no Serviço / de Proteção aos Índios, residente em Brasília, vem pelo presente expor e requerer o seguinte:

EX PÔR

1. Faz direito seu, peticionar diretamente a V. S., em virtude do Diretor do Serviço de Proteção aos Índios / não ter observado o direito de petição do funcionário nos processos SPI 4314/64 e SC 8.201/64, infringindo a lei peculiar, sendo que tal afirmação é comprovada pela certidão, que se encontra em poder do requerente, originada pelo Processo MA 010/2451/65.

2. Ressalta, que em requerimento protocolado sob o nº MA 010/2213/65, "seja nomeado Comissão de Inquérito" é o pedido do requerente, com base nos atos contrários a lei executados pelo Diretor do SPI, que são os seguintes:

- a-Engavetamento de requerimentos;
- b-coação;
- c-perseguição;
- d-endosso na fabricação de documentos irregulares;
- e-protelação no fornecimento de certidões, para a defesa de direito.

3. Que, a título de ilustração, temos como dados sobre a alegação, a coação levada a efeito no processo MA 101/240/65, em que foi dado o prazo de 48 hs. para falar, bem / como determinação para receber adiantamento, quando o funcionário estava licenciado pelo serviço médico do Ministério da Agricultura, estando naturalmente ausente do serviço justificadamente.

CARTORIO EDGAR MAGALHÃES
24.º OFÍCIO DE NOTAS
Tabellão
EDGAR MAGALHÃES
Tab. Substituto
Mário da Costa Tavares
1.º Esc. Autorizado
MURILLO GUERRERO
2.º Esc. Autorizado
EDSON PEDROSA
Av. Graça Areanha, 145
Sobrelaje
RIO DE JANEIRO

De acôrdo c/ o art.º 2.º do Dec.
Lei 2.148/40, Autentico a pre-
sente, cópia fiel do original
do documento exibido, do que
dou fé.

Rio, _____ de 196
Em _____ da verdade

B98

4. Determinou ainda, coação, a ordem de serviço nº 173 de 11.11.64, onde manda o funcionário entregar a importância de R\$ 2.500.000 para outro funcionário, quando a lei / não prevê tais determinações. Ressalte-se que o funcionário não pode transferir a quantia, pois é o único responsável pela verba junto ao órgão competente. Note-se que o requerente recorreu / inclusive ao Diretor, no sentido de ser fornecido ordens para a aplicabilidade da quantia, porém não lhe foi dada qualquer decisão no prazo de aplicação, o que determinou o recolhimento da verba. Mas, mesmo assim, o Diretor procurou inculcar a culpabilidade no funcionário, com informações falsas e coleta de preços extemporâneos (N.B. - O funcionário apresentará provas necessárias às afirmações).

5. A coação e perseguição, vai mais adiante, ao termos conhecimento que o Diretor proibiu o requerente de comparecer ao serviço, bem como inutilizou, rabiscando em vermelho, o livro de ponto. Não reconheceu a apresentação de motivos referentes a doença da esposa do funcionário, agindo destarte com efetiva falta de humanidade, (Proc. MA 101/ 1112/65, comprovada pelo atestado médico do Hospital Distrital de Brasília). Esclarece ainda, que o pedido foi interposto para o Exmo. Sr. Ministro, pois mesmo assim, o Diretor do SPI, interferindo negou a licença, apresentando a sua concreta, clara e teimosa perseguição.

6. Esclarece ainda, o peticionário, que o Inquérito ao ser instaurado, alertara, este Ministério em questões de estorno de verba, praticados na máquina administrativa do S. P. I..

A L E R T A

7. Que em vista do exposto, o Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, bem como os seus subordinados, são suspeitos para participação ou nomeação em comissões de inquéritos referentes ao peticionário. Quanto aos subordinados do Diretor, temos ainda, conforme o relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito, publicada no Diário do Congresso de 23.09.64, seção I, pags. 8.000 a 8.004, participação como indiciado em corrupção e por desonestidade administrativa, constantes do relatório do Major Jayme Moreno.

R E Q U E R

8. A V.S., que se digne, diante do pedido formulado no processo MA 010/2213/65, determinar seja nomeada Comissão de Inquérito, por elementos estranhos ao Serviço de Proteção aos Índios, pois no presente caso, o indiciado é o Diretor do serviço. Esclarece, que o pedido de inquérito foi formu-

EDGARDO MAGALHÃES Tab. Substituto	De acôrdo c/ o art.º 2.º do Dec. Lei 2.148/40, Autentico a pre- sente, cópia fiel do original do documento exibido, do que dou fé.
Mário da Costa Tavares 1.º Esc. Autorizado	Rio, _____ de _____ de 1966
MURILLO GUERRERO 2.º Esc. Autorizado	Em _____ da verdade
EDSON PEDROSA Av. Graça Aranha, 145 Sobreloja RIO DE JANEIRO	

formulado, no sentido de ser levantado e responsabilizado os atos prejudiciais do Diretor, contra o funcionário, que passou a agir em caso pessoal, prejudicando inclusive o serviço da repartição, pois procura por todos os termos demitir o -
peticionário, que por sua folha de serviço prestou as maiores colaborações ao Ministério e particularmente ao SPI.

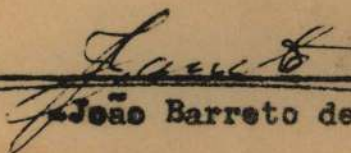
REQUER AINDA

9. Seja junto ao presente processo, todos os processos mencionados, bem como os de iniciativa de ou -
trem com relação ao requerente (Principalmente o o de abandono, forjado na sua totalidade), para que se concretize a Justiça com a aparição da verdade. Inclusive, seja dado ciência a seção de Direitos e Deveres, no sentido do pedido.

nestes Termos

Pede Deferimento e mais uma vez,
Instauração de Inquérito.

Rio de Janeiro,


João Barreto de Souza

EDGARD MAGALHÃES
26.º OFÍCIO DE NOTAS
Tabelião
EDGARD MAGALHÃES
Tab. Substituto
Mario da Costa Tavares
1.º Esc. Autorizado
MURILLO GUERRERO
2.º Esc. Autorizado
EDSON PEDROSA
Av. Graça Aranha, 145
Sobraloja
RIO DE JANEIRO

De acôrdo c/ o art.º 2.º do Dec.
Lei 2.148/40, Autentico a pre-
sente, cópia fiel do original
do documento exibido, do que
dou fé.

Rio, 6 de 6 de 196
Em 1.º da verdade

52042 26 NOV 65

→ DP.

JOÃO BARRETO DE SOUZA, brasileiro, casado, Técnico de Eletrônica, nível 12, do Quadro do Pessoal, Parte Permanente do Ministério da Agricultura, lotado no Serviço de Proteção aos Índios, residente em Brasília, vem pela presente expor e requerer o seguinte:

EXPOE

Faz direito seu, peticionar diretamente a V.S., em virtude do Diretor do Serviço de Proteção aos Índios não ter observado o direito de petição do funcionário nos processos SPI-4314/64 e SC-8201/64, infringindo a lei peculiar, sendo que tal afirmação é comprovada pela certidão, que encontra-se em poder do requerente, originada pelo processo MA/010/2451/65.

REQUER

A V.S., se digne mandar pagar o numerário referente ao mês de junho do corrente ano, bem como, a importância referente ao quinquênio a que faz jus pela legislação vigente e as diárias de Brasília referente ao mês de maio, que até hoje não foram creditadas em favor do funcionário.

VOLTA A EXPOR

Que tais créditos não foram verificados em razão da falta de informações pelo Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, que deveriam ser inseridas nas folhas de pagamentos do requerente. Note-se que tal falta, tem a única finalidade de prejudicar o funcionário em questão, dando assim, sequência a sua contínua perseguição. Tais perseguições, quiza serão brevemente julgadas pela administração, pois existe pedido de inquérito contra as irregularidades verificadas no Serviço de Proteção aos Índios pela sua Diretoria, assim foi requerido no Processo nº MA 010/45859/65.

ESPERA

Que V.S., encaminha o presente pedido de conformidade com o art. 166 da Lei 1.711, em seu parágrafo único, pedindo portanto, urgência ao caso. Ressalve-se, que assim não se conduziu até o presente momento o Diretor do S.P.I., que é costumaz em fabricação de documentos que não correspondem a verdade, além de endosso de documentos irregulares, contanto que tais atos venham a prejudicar o funcionário. Assim se revela aquele Diretor.

Nestes Termos
Pede Deferimento

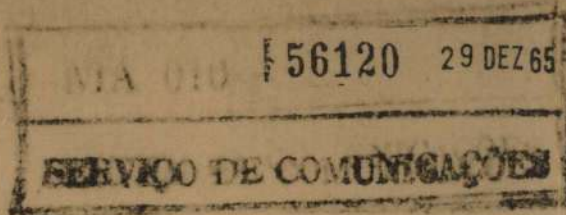
Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1965

Paulo

CARTÓRIO EDUARDO MAGALHÃES 21.05.05 DE NOTAS Tabellão EDUARDO MAGALHÃES Tab. Substituto M. rio da Costa Tavares 1.º Esc. Autorizado MURILLO GUERRERO 2.º Esc. Autorizado EDSON PEDROSA Av. Graça Aranha, 145 Sobrelaje RIO DE JANEIRO	De acôrdo c/ o art.º 2.º do Dec. Lei 2.148/40, Autentico a presente, cópia fiel do original do documento exibido, do que dou fé. Rio, 6 de 1908 Em 1908 da verdade
--	--

6462-8
BIA

ILMO. SR. DIRETOR DA DIVISÃO DO MATERIAL DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA.



JOÃO BARRETO DE SOUZA, brasileiro, casado, Técnico em eletrônica, nível 12, do quadro do Pessoal, Parte permanente do Ministério da Agricultura, lotado no Serviço de Proteção aos Índios, residente em Brasília, vem pelo presente informar a V. S. o seguinte:

PRELIMINARMENTE

1. Faz direito seu, peticionar diretamente a V. S., em virtude do Diretor do Serviço de Proteção aos Índios não ter observado o direito de petição do funcionário nos processos SPI - 4314/64, SC 8.201/64 e outros, infringindo a lei peculiar, sendo que tais afirmações podem ser provadas a qualquer momento através de documentos, que se encontram em poder do peticionário. Inclusive incorrendo em falta grave por não informar a esta Divisão sobre o adiantamento de R\$ 2.500.000 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros) e seu recolhimento.

MÉRITO

2. O requerente recebeu memorandum de nº 512, em 13.12.65, onde é solicitada informação sobre adiantamento recebido. Por esta Divisão foi inclusive encaminhado ofício 2180 de 27.09.65, que foi anexado ao memorandum citado.

3. O peticionário, recebeu realmente a quantia pretendida e esboçada no expediente, porém tendo decorrido o prazo de aplicação, sem que o Diretor do Serviço de Proteção aos Índios oferecesse normas (as quais, diga-se em ressaltado foram requeridas). Esclarece, em tempo que o depósito fora feito dentro das normas do serviço público, conforme vemos no documento anexado.

CANTORIO EDGARD MAGALHÃES
24.º OFÍCIO DE NOTAS
Tabellão
EDGARD MAGALHÃES
Tab. Substituto
Mario da Costa Tavares
1.º Esc. Autorizado
MURILLO GUERRERO
2.º Esc. Autorizado
EDSON PEDROSA
Av. Graça Areanha, 145
Sobreloja
RIO DE JANEIRO

De acôrdo c/ o art.º 2.º do ~~Dec~~
Lei 2.148/40, Autentico a pre-
sente, cópia fiel do original
do documento exibido, do que
dou fé.

Rio, 6 de 196

Em test da verdade

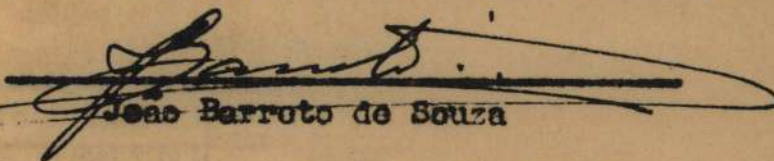
4. O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, não tratou absolutamente da aplicação da verba, os únicos atos relativos a quantia, foram nos sentido de forçar o funcionário a entregar a verba para outra pessoa. Tal ordem não poderia ser cumprida, pois além do funcionário ser o responsável junto ao órgão público, pela quantia, contrariava também, os mais ínfimos princípios de direito administrativo a transferência ordenada. Esclarece que diante da inércia administrativa foi a referida quantia recolhida como prova o documento anexo.

5. O peticionário através de expediente protocolado sob o nº SPI 95/65 de 18 de janeiro de 1965, anexou o extrato de conta corrente do Banco do Brasil S.A., dentro do prazo determinado para comprovação da referida verba, mesmo assim aquela Diretoria não fez qualquer informação para esta Divisão, procurando mais uma vez inculcar culpa ao funcionário. Expõe que tais atos daquela administração levaram ao peticionário requerer Inquérito administrativo ao Exmo. Sr. Ministro.

6. Esclarece a V. S. que recebendo o memorandum, já mencionado no item 2 da presente petição, dentro do prazo estipulado respondeu ao inquirido através do Ofício MA 010/3379/65, com forme prova anexada.

7. Esperando seja solucionado o problema levantado, coloco-me a disposição desta divisão para qualquer informação, assim suprimindo a falta cometida pelo SPI, que não deu o devido andamento ao caso.

Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1965


João Barreto de Souza

EDSON PEDROSA MAGALHÃES
2.º OFÍCIO DE NOTAS
Tabelião
EDGARD MAGALHÃES
Tab. Substituto
Mario da Costa Tavares
1.º Esc. Autorizado
MURILLO GUERRERO
2.º Esc. Autorizado
EDSON PEDROSA
Av. Graça Aranha, 145
Sobrelaje
RIO DE JANEIRO

De acôrdo c/o art.º 2.º do Dec.
Lei 2.148/40, Autentico a pre-
sente, cópia fiel do original
do documento exibido, do que
dou fé

Rio, 6 de 6 de 196

Em test. da verdade

BJS

Exm^{te} Snr. Mal. Estevão Taurino de Rezende
DD. Presidente do Inquérito Policial Militar

Saudações.

Em maio último foi designado pelo Ministro Thompson, da Agricultura, para responder pelo expediente de Serviço de Proteção aos Índios, o Cel. El. Aristides Procópio de Assis, cujo decreto de nomeação, para Diretor, subiria à sanção do Presidente Castello Branco, como após o foi, tendo sido assinado, segundo nos autoriza este último afirmar, informando que o Ministro Thompson e dissera e ele próprio obtivera do Cel. Diegues, da Presidência da República, a confirmação.

2. Surpreendentemente tal decreto desapareceu, publica-se entre nomeando o Cap. Aviador Luis Vinhas Neves, consta que indicou pelo Cel. Ernesto Geisel, Chefe da Casa Militar; surpreendentemente - porque, segundo afirmativa de Cel. Procópio de Assis, que fôra convocado pelo Ministro Hugo Leme, que sucedeu o Ministro Thompson na Pasta da Agricultura, tomou ciência de que sua nomeação para aquela cargo era para ele, Ministro Leme, pouco antes do ofício e quando da publicação do decreto inesperado chegara mesmo a expressar-se em termos enérgicos, tanto mais que tal decreto, por ele inadvertidamente assinado, teria a mesma data de sua própria nomeação e fôra publicado no mesmo dia 20 de junho.- Não obstante, ficou o fato consumado.

3. Ao assumir, porém, a responsabilidade da direção do SPI, o Cel. Procópio de Assis nos convocou no DASP para Chefiar a Seção de Assistência ao Índio, fazendo-nos compreender da dificuldade, que iria ter, de pessoal, pois que tinha conhecimento de uma máquina de corrupção no Serviço que fatalmente determinaria o afastamento de vários servidores, tanto que nos atribuiria, de início, como o fez, emitindo a Ordem de Serviço nº 59, de 10/6/64-fls. 10 -, a incumbência da sindicância para posterior estabelecimento do IPM.

4. No dia imediato, 11/6/64, apresentámo-nos ao Cel. Darcy Lázaro, Encarregado do IPM/Brasília, de qual recebemos instruções e a afirmativa de que teríamos todo o seu apoio e orientação que julgássemos necessária.

EDSON PEDROSA MAGALHÃES 247 OFÍCIO DE NOTAS Tabelião EDGARD MAGALHÃES Tab. Substituto Mario da Costa Tavares 1.º Esc. Autorizado MURILLO GUERRERO 2.º Esc. Autorizado EDSON PEDROSA Av. Graça Aranha, 145 Sobretudo RIO DE JANEIRO	De acordo c/ o art.º 2.º do Dec. Lei 2.148/40, Autentico a pre- sente, cópia fiel do original do documento exibido, do que dou fé. Rio, 6 de 6 de 195 Em 10 de 10 da verdade
--	--

5. Imediatamente iniciámos nesse trabalho nos Arquivos do S.P.I., coletando e arrelando todo o material que indicasse qualquer tipo de irregularidade e junto à repartição em que servimos, o DASP, providenciámos a indispensável autorização para a colaboração (fls. 11).

6. Em 29/6/64, porém, resolvemos atender ao impulso de uma intuição e dirigimo-nos ao Cel. Darcy Lázaro, externando-lhe nossa estranheza ante aquela troca de Cel. Procópio de Assis por outro elemento para a direção do S.P.I. e sugerimo-lhe a requisição imediata do material já arrelado, ao que fomos atendidos com a expedição de ofício nº 111/64 IPM (fls. 12), cuja determinação foi atendida no dia imediato, como comprovam nesses ofícios nºs 1 e 2 e Relatório (fls. 13/24).

7. Subsidiariamente, para melhor elucidar o que dizemos ser nessa intuição, ressaltamos que em 10/6/64 o Cel. Procópio de Assis assina a O.S. 59 (fls. 10) como Resp. pelo expediente do S.P.I. e em 15/6/64 presta informações ao Gal. Olave Rocha, Encarregado de IPM/MA, como Diretor do S.P.I. de que nos dá conhecimento em 18/6/64, com a mesma indicação de cargo (fls. 25/27), certo de que já o era de fato, pois só a publicação do ato se fazia indispensável para que o fôsse de direito.

8. Paralelamente, entregámos ao Cel. Darcy Lázaro, confidencialmente e sob reserva, uma relação de servidores tradicionalmente conhecidos no S.P.I. como comunistas, cujas fichas, fomos posteriormente informados, foram solicitadas, por nossa sugestão ao Conselho de Segurança Nacional e aos DOPS de Brasília, Goiânia, Guanabara e Recife e o primeiro (C.S.N.) confirmara, em alguns casos a procedência, sendo que da Fábrica de Projéteis de Exército, no Andaraí (GB) trabalhara um dos elementos suspeitos que de lá havia sido expulso.

9. Consideraríamos aqui cumprida nessa missão não fôra a publicação no "Estado de São Paulo", "DC-Brasília" e "Correio Brasiliense" de 3/7/64 (fls. 28), de uma torpe nota que pelo texto se vê tem a mesma origem, visível processo de intimidação de autoria, sem dúvida, da malta de bandidos que há cerca de vinte anos domina o S.P.I., que cansativamente se repete nos métodos que adota para se manter beneficiária da exploração do índio que deveria proteger, acusando todos que no decorrer dos tempos os denunciavam, quer em campanhas sérdidas pela imprensa, quer provocando inquéritos para tumultuar providências ou desviar soluções; habituou-se a obter sucesso por estes meios, constatando-se nos de

CAIXA DE ECONOMIA E CREDITO
24. OFICINA DE NOTAS
Tabellão
EUGARD MAGALHÃES
Tab. Substituto
Mario da Costa Tavares
1.º Esc. Autorizado
MURILLO GUERRERO
2.º Esc. Autorizado
EDSON PEDROSA
Av. Graça Aranha, 145
Sobrelaje
RIO DE JANEIRO

De acôrdo c/ o art.º 2.º do Dec.
Lei 2.148/40, Autentico a pre-
sente, cópia fiel do original
do documento exibido, do que
dou fé.
Rio, 6 de 1968
Em test. da verdade

documentos era enrolados uma carta em que um deles cita vários eu tres numa atividade de venda de gado de patrimônio indígena para, com o produto, - abrir campanha - para fazer Diretor de S.P.I. al guem que de sua conveniência fôsse (fls. 30).

10. A calúnia visa também o servidor João Barreto que por mim fôra solicitado para colaborar na sindicância, por ser pessoa de mim conhecida como íntegra e reunir a qualidade de ter sido vogal de C.I. recente no S.P.I. para apurar o extraviado de documentos, parcial ou total, dos arquivos da repartição em tela, que ficou constatado afinal.

Deste momento em diante o Sr. João Barreto forma conosco nesta explanação que assinará.

11. A esta altura designára o Cel. Darcy Lázaro e Major Carlos O'Reilly de Sousa para promover o IPM no S.P.I.; dirigimo-nos a es te com os exemplares e, não obstante seu argumento de que se tratava de uma nota apócrifa, insistimos em que solicitasse, também, nessas fichas ao C.S.N. e aos DOPS e nos indicasse desde logo (foi quando tivemos conhecimento de que algumas fichas já tinham sido recebidas, positivas, e que a prisão preventiva não seria determinada para que o sigilo em que os trabalhos se vinham desenvolvendo não se quebrasse, com prejuízo para a tranquila evolução).

12. Baseámo-nos nessa argumentação em que se fôsem os repórteres intimados a depor teriam que denunciar a origem da nota ou seriam responsabilizados por sua autoria. E então seriam identificados os reais autores, aos quais, de início, caberia o ônus da prova que, mesmo não prevendo, provaríamos nós, os alvos, a improcedência, com o fim de posteriormente, processá-los por crime de calúnia, com indenização por danos morais cujo produto, desde logo acordámo-nos nós e João Barreto, se destinaria à Fundação Otávio Mangabeira, para construção de escolas na Guanabara.

13. A esta altura dos acontecimentos, em encontro casual com nosso amigo Dr. Heitor Cordeiro, Diretor da Fazenda Sucupira, do Ministério da Agricultura, na Av. W3, em Brasília, disse-nos este que estivera na Fundação Brasil Central colaborando com o Gal.R/1 Bolívar Oscar Mascarenhas, quando de sua interventoria ali, da qual já havia sido dispensado, e que em consequência de sua atuação, su punha, também estava sendo destituído da direção da Fazenda, exibindo-nos um Telex do G.M. do M.A. determinando a entrega da direção a colega seu que, segundo estava informado, só de processos de prestações de contas, de aplicação de dinheiros públicos, estava a dever "cerca de 60 (sessenta)".

EDGARD MAGALHÃES
M.º OFFÍCIO DE NOTAS
Tabelião
EDGARD MAGALHÃES
Tab. Substituto
Mário da Costa Tavares
1.º Esc. Autorizado
MURILLO GUERRERO
2.º Esc. Autorizado
EDSON PEDROSA
Av. Graca Aranha, 145
Sobreloja
RIO DE JANEIRO

De acordo c/ o art.º 2.º do Dec.
Lei 2.148/40, Autentico a pre-
sente, cópia fiel do original
do documento exibido, do que
dou fé.
Rio, 6 de 196
Em test. da verdade

[Handwritten signature]

14. Dito por nós ao Dr. Cerdas que fizessemos a coleta pura e simples do material dos arquivos do S.P.I. a título de sindicância para o estabelecimento, se fosse o caso, do IPH, lamentar o mesmo que a missão nos tivesse sido confiada, pois se o material fosse positivo teríamos a decepção de ver nesse trabalho perdido, quando lhe fizessem conhecer da campanha intimidatória que já estamos sofrendo.

15. Responder-nos mesmo não se surpreender porque o Serviço de Proteção aos Índios, em matéria de corrupção, encontrava-se com a Fundação Brasil Central, que com seus aviões, pilotados por oficiais reformados da FAB, dava cobertura a vasta e poderosa organização internacional de contrabando, transportando diamantes, ouro e material estratégico do Brasil Central para Guiana, na Guiana Francesa.

16. Mais uma vez, a intuição como que nos empurrou a uma conversa com o Dr. Cerdas. Procurámo-lo em sua residência, na Fazenda Sucupira, e dissemos-lhe de nossa preocupação a respeito de que em ligeira palestra, em encontro casual, nos relatara, bem como de nossa disposição, agora mais que nunca, já como brasileiro, de lutar até às últimas consequências, pelo desbaratamento de uma das muitas quadrilhas que exploram nossa terra à custa de seu próprio Tesouro. A luta a que não nos poderíamos furtar com o conhecimento adquirido dos fatos.

17. De passagem não podemos deixar de registrar que o Dr. Cerdas, antes testemunha, recebeu a Fazenda Sucupira em "cerrado", promoveu a recuperação do solo e ali cultivava, uma colheita de alto alcance, produtos agrícolas, em escala de demonstração, que é uma contribuição inestimável para o abastecimento da região.

18. Entregou-nos este cidadão uma súmula (fls. 31), de que se poderia constatar em matéria de contrabando no Brasil Central e um cartão apresentando-nos ao Gal. Bolívar Mascarenhas, a cuja residência, ato contínuo, nos dirigimos.

19. Recebidos, mantivemos com esse oficial longa palestra, sendo-nos relatado que, designado interventor na Fundação Brasil Central determinara instauração de inquérito, o primeiro concluiu a área de Brasília apurando-se fatos graves e concluindo com a demissão de cerca de 150 (cento e cinquenta) servidores, comprometidos ou irregularmente admitidos, que custavam aos cofres públicos cerca de Cr\$ 16.000.000,00 (dezessete milhões de cruzeiros) mensais.

CARTÓRIO EDGARD MAGALHÃES 24.º OFÍCIO DE NOTAS Tabelião EDGARD MAGALHÃES Tab. Substituto Mario da Costa Tavares 1.º Esc. Autorizado MURILLO GUERRERO 2.º Esc. Autorizado EDSON PEDROSA Av. Graça Aranha, 145 Sobreloja RIO DE JANEIRO	De acôrdo c/ o art.º 2.º do Dec. Lei 2.148/40, Autentico a pre- sente, cópia fiel do original do documento exibido, do que dou fé. Rio, 6 de 196 Em test. da verdade
--	--

20. Vencida essa primeira fase e entregue o inquérito à Presidência da República, por intermédio da Casa Militar, sob cuja jurisdição estava a Fundação Brasil Central como o Serviço de Proteção aos Índios, logo após foi, assim interpretamos, surpreendido com a nomeação de Cel. Aviador Lentras para a Presidência da Fundação, ante o que lá não mais voltou.

21. Um mês após recebe da Presidência da República um expediente com 30 (trinta) dias de atraso, agradecendo o serviço que prestara e aceitando o pedido de dispensa que ele, Cel. Mascarenhas, não fizera.

22. Disse-nos em seguida que se tivesse continuado na Fundação como Interventor ou Presidente, iria determinar sindicância para o estabelecimento do inquérito, se fôsse o caso, ante indícios que já adquirira, sobre a rede de contrabando a que se referira o Dr. Cerdão, cuja súmula (fls. 11) conhecia, partindo da utilização dos aviões de propriedade da Fundação. Mas sua substituição o impediu.

23. Mais, que efetivamente, se os indícios viessem a se confirmarem, possivelmente o Parque Nacional de Xingú e Pontos Indígenas do S.P.I. da região do Brasil Central estariam comprometidos no apoio ao contrabando.

24. Foi quando chegou ao nosso conhecimento de que por V.Exa. teria sido encarregado o Ten.Cel. Aviador Teixeira Pinto para promover o IPM no Serviço de Proteção aos Índios, o que já estaria em andamento em Brasília, com a designação, pelo Encarregado local, Cel. Darcy Lázaro, do Major Carlos O'Reilly de Souza.

25. É nossa convicção que um atraso de expediente do IPM/Brasília tenha possibilidade a dualidade, mas podemos adiantar, por assim nos ter informado o Cel. Lázaro, que a determinação superior estava cumprida, como não poderia deixar de ser.

26. Áreas diversas, a Fundação Brasil Central, o Parque Nacional de Xingú e o Serviço de Proteção aos Índios, fomos levados a ratiocinar que somente levando o conjunto ao centro do IPM, que V.Exa. dirige, poderia ser estabelecida a unidade de ação que seja indicada, se esta explanação for julgada coerente o bastante para ditar uma sindicância ou outra providência.

27. Buscamos orientação com o Cel. Darcy Lázaro que, louvando nossa preocupação nos manifestou seu ponto de vista favorável que agíssemos de acordo com o impulso de nossas intuições, impressio-

CANTORIO EDGARD MAGALHÃES 24.º OFÍCIO DE NOTAS Tabelão	De acordo c/ o art.º 2.º do Dec. Lei 2.148/40, Autentico a pre- sente, cópia fiel do original do documento exibido, do que dou fé.
EDGARD MAGALHÃES Tab. Substituto	Rio de Janeiro, _____ de 196__
Mário da Costa Tavares 1.º Esc. Autorizado	Em _____ da verdade
MURILLO GUERRERO 2.º Esc. Autorizado	
EDSON PEDROSA Av. Graça Aranha, 145 Sobrelaje	
RIO DE JANEIRO	

impressionados com o que de Dr. Cordeiro e do Gal. Mascarenhas ou víramos, deste último com a afirmação de que ante quem necessário e em quaisquer circunstâncias confirmaria os indícios que adquiriu, não mais tivemos dúvida em, sem ônus senão para nós e João Barreto, nos dirigir ao Rio.

28. Aqui procurámos José Maria da Gama Malcher, antigo servidor do Serviço de Proteção aos Índios, já aposentado, cuja direção exerceu e deixou de exercer pressionado por fatos oriundos com o habitual tumulto da "gang" que domina o S.P.I. porque dela não faz parte, mas outra coisa não faz, há muitos anos senão combatê-la, colocando-se o mesmo ao mesmo inteiro dispor, não para iniciar uma colaboração, mas para continuar sua luta ininterrupta de muitos anos, pois conhecedor de nossa ação já nos enviara documentos que em Brasília devem estar, tendo cruzado conosco, com nossa vinda, e entregou-nos uma carta com documentos (fls. 32/48), que reforçam sua anterior exposição.

29. Procurámos o Encarregado do IPM/MA, Gal. Olavo Rocha, ao qual expuzemos tudo quanto acima está dito. Explicou-nos que seguramente V. Ex^a. poderia julgar da importância que teriam nossas dúvidas; a exemplo de Cel. Darcy Lázaro levou nossa preocupação, expôs de sua opinião de que deveríamos levá-las à V. Ex^a., autorizando-nos, ainda, a mencionar esta visita que lhe fizemos levados por nossos objetivos.

30. Recebidos no Q.G. pelo Major, a cujo cargo está o Setor de Relações Públicas, Bauro se a memória não nos falha, fomos encaminhados ao Ten. Cel. Mário, que pacientemente ouviu nossa exposição, leu a carta de Malcher e concluiu nos perguntando se dentro de 24 horas poderíamos relatar a matéria, obtendo de nós a afirmação de esperávamos poder fazê-lo.

31. Partimos, só então, para a residência do Cel. Precópio de Assis, dissemos-lhe tudo quanto aqui se contém e dele próprio tomamos conhecimento daqueles detalhes que no início citamos aqui quanto à substituição de seu nome para a direção do S.P.I., inclusive a passagem em que o Ministro Hugo Leme mostrara-se inconformado com a alteração à sua revelia, verberando acicamente, e que classificou, perdoe-nos V. Ex^a., mas a exatidão nos obriga, de - trampolinagem - . Ciente de que iríamos fazer esta explanação, autorizou-nos a mencionar a visita que lhe fizemos.

CANTORIO EDGARDO MAGALHÃES
24.º OFÍCIO DE NOTAS
Trib. Substituto
EDGARDO MAGALHÃES
Trib. Substituto
Mario da Costa Tavares
1.º Esc. Autorizado
MURILLO GUERRERO
2.º Esc. Autorizado
EDSON PEDROSA
Av. Graça Aranha, 145
Sobreloja
RIO DE JANEIRO

De acôrdo c/ o art.º 2.º do Dec.
Lei 2.148/40, Autentico a pre
sente, cópia fiel do original
do documento exibido, do que
dou fé.

Rio, 26 de 196
Em 1.º da verdade

- Senhor Mal. Taurino de Rezende, terminando este relato, fruto de uma preocupação, pode V. Exa. estar certo, de um brasileiro que nada mais desejaria, aos seus 54 anos de vida, senão ver concretizado, agora, o verdadeiro espírito da Revolução de 31 de março, que é a da elevação da Moral de nossa gente, cujas restrições são o fruto da ambição de maus brasileiros, com o exemplo que vem de cima, convencido de que só a administração por bons administradores possibilitará, sentimento que meus companheiros, Gama Malcher, com 57 anos e João Barreto, jovem de 30 anos, conosco dividem, pedimos a Vossa Excelência que nos perdoe o tempo que estamos tomando se para tudo houver razões fora de nosso alcance, nada haja a sindicar ou a sindicância não confirme fatos de maior gravidade.

A verdade, finalmente, é que nos sentimos tranquilos e a só finalização desta providência nos proporciona o descanso, o repouso que julgamos necessário depois de tanta cansa para aqui chegar.

Rio de Janeiro, 29 de julho de 1964.

Gail de Aquino Vaz

João Barreto de Souza

José Maria da Gama Malcher

C/

documentos em anexo.

CARTÃO EDGAR MAGALHÃES
24.º DE NOTAS
EDGAR MAGALHÃES
Tas. Substituto
Rio da Costa Tavares
1.º Esc. Autorizado
MURILLO GUERRERO
2.º Esc. Autorizado
EDSON PEDROSA
Av. Graça Aranha, 145
Sobrelaje
RIO DE JANEIRO

De acordo c/ o art.º 2.º do Dec.
Lei 2.148/40, Autentico a pre-
sente, cópia fiel do original
do documento exibido, do que
dou fé.
Rio, 6 de 6 de 196
Em test. da verdade



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

NOME JOAO BARRETO DE SOUZA

CARGO TEC ELET 12 A

1980831

MATRÍCULA

21081

C/BANCÁRIA

2 21

BANCO-AG.

Nº DE ORDEM

18

REPARTIÇÃO

4 68

MÊS-ANO

DISCRIMINAÇÃO		VALOR - Cr\$
310101	VENCIMENTOS	31500
536801	DIF. VENC. SERV. 5368 DE 67	4300
310108	6. ADIC. SERV. QUINQUENIO	1075
536808	DIF. ADIC. QUIN. LEI 5368 67	215
32501	SALARIO FAMILIA	4000
5368501	DIF. SAL. FAM. LEI 5368 67	800
		31890
55110	IPASE BENEFICIO FAMILIA	1354
		1354
		30536

LÍQUIDO DEPOSITADO EM SUA CONTA BANCÁRIA Cr\$



AS RECLAMAÇÕES DEVEM SER FEITAS MEDIANTE APRESENTAÇÃO DÊSTE AVISO DE CRÉDITO

VISTO

NÃO VALE COMO RECIBO

6462
BPA

De acordo c/ o art. 2.º do Dec. Lei 2.148/40, Autentico a pre- sente, copia fiel do original		EDGARDO MAGALHÃES 24.º OFÍCIO DE NOTAS Tabelião
do documento exibido, do que dou fé.		EDGARDO MAGALHÃES 1.º Esc. Autorizado MURILLO GUERRERO
Rio, de de 1933.		2.º Esc. Autorizado EDSON PEDROSA
Em test.º da verdade		Sobreloja RIO DE JANEIRO Av. Graça Aranha, 145

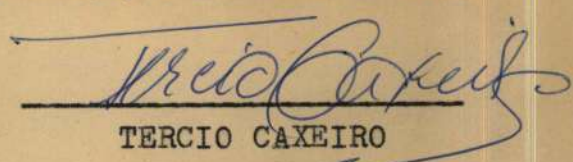
6463
Q1

Ilmo. Sr. Presidente da Comissão de Inquérito.

JOSÉ BAPTISTA FERREIRA FILHO, nos autos do Processo Administrativo instaurado pela Portaria nº 78, de 22 de março de 1968, do Excelentíssimo Senhor Ministro do Interior, tendo sido citado para apresentar sua defesa, vem, em tempo hábil, por seu advogado, requerer a juntada de suas inclusas razões, para os fins de direito.

P. Deferimento.

Rio de Janeiro, 6 de maio de 1968


TERCIO CAXEIRO
Adv. 10.850.

6464
BJS

RAZÕES DE DEFESA DE
JOSÉ BAPTISTA FERREIRA FILHO

Senhor Presidente,

O Suplicante vem de ser indiciado no presente processo administrativo, acusado da pratica de:

- a) Irregularidades contábeis (fls. 904, 991, 2.597, ... 1.723, 801) ;
- b) Exploração de terras indígenas em Guarita (fls.... 1843);
- c) Assinar recibos graciosos para fraude em prestação de contas (fls. 1.723, 1.878, 2.597, 991, 4.733, ... 4742);
- d) Prender índios e índias, despidos, em prisão no - Pôsto (fls. 1.787, 1.789);
- e) Espancamento de índios (fls. 1.787, 1.786, 2.197 e 1.845).

Os números entre parêntesis correspondem às folhas - dêsses alentados autos de inquérito, nas quais existem referências aos pretensos delitos praticados pelo Suplicante, devendo a defesa, certamente, esclarecê-los.

I. Para um melhor ordenamento destas razões de defesa, O Suplicante pede vênia para, em primeiro lugar, referir-se às acusações constantes dos itens "b", "d" e "e", cuja im procedência e inanidade é flagrante.

Com efeito, no que se refere à "exploração de terras indígenas", o que existe é, tão somente, às fls. 1.843, um trecho do depoimento de José Claudino, índio Kaingang, destituído de qualquer elemento objetivo de prova, sendo de se ressaltar a nítida intenção malévola do depoente, que acrescenta às suas palavras a afirmação de todo subjetiva de que a mulher do Suplicante "era muito abusada com os índios", sem ao menos explicar em que consistiria o "abuso".

Vê-se, assim, que um depoimento dessa ordem ,

não pode ser tido, data venia, como elemento hábil a justificar, não somente qualquer punição, mas a própria acusação.

O Suplicante nega peremptoriamente a acusação de ter explorado terras de índios e se vê forçado a restringir a sua defesa a essa negativa, uma vez que não constam dos autos quais quer fatos, documentos ou mesmo simples indícios sobre os quais pudesse o Suplicante fornecer esclarecimentos, informações ou qualquer explicação. Na verdade, tais fatos inexistem e a sua ausência dêsses autos é a própria prova da inocência do Supli-
cante.

I II. Quanto ao item "d", pelo qual o Suplicante é acusado de "prender índios e índias, despídos, em prisão no - Pôsto", existem as referências de fls. 1.787 e 1.789, também destituídas de qualquer fundamento.

Trata-se, com efeito, de trechos dos depoimen-
tos prestados por EDUARDO RIOS e ATHAYDE SUBTIL de OLIVEIRA , os quais, por razões que o Suplicante desconhece -- possivel-
mente em razão de alguma diferença de caráter pessoal, ou em virtude de algum interesse contrariado, ou ainda pelo simples e malévolos prazer de aparecer bem aos olhos dos superiores -- não se pejam em denegrir a reputação de um funcionário que há 18(dezoito) anos vem prestando o seu concurso, nas piores con-
dições possíveis, ao Serviço de Proteção aos Índios. Mais do que as palavras que pudessem ser inseridas nesta defesa, fa-
lará a vida funcional do Suplicante.

Além de referências às contas do Pôsto, que serão examinadas a seu tempo, diz EDUARDO RIOS em seu depoi-
mento impreciso e falso, que o Suplicante teria mandado pren-
der índios, mas que ele, EDUARDO RIOS não sabe a razão. É evi-
dente que não poderia saber a razão, pois é falso que a pri-
são de índios tenha sido ordenada pelo Suplicante. É possível que a referência tenha alguma relação com uma prisão determi-
nada pelo Capitão dos Índios, em dia em que o Suplicante não estava presente. O Suplicante, na verdade, tomou conhecimento de tal fato, devendo esclarecer que a ordem não partiu de sua pessoa e que ao regressar ao Pôsto não mais havia índios pre-
sos.

Assim, é evidente que, à falta de uma acusação mais precisa, com dados mais concretos, o Suplicante se vê for-
çado a restringir-se à negativa. É de se ver, no entanto, que a prisão de índios, ou melhor o seu recolhimento temporário, co

como medida disciplinar, quase sempre determinada pelos próprios índios, é uma medida que se impõe, até mesmo para a proteção do índio que é detido, pois que se evitam, assim, possíveis represálias da parte de outros índios.

Felizmente, o Suplicante jamais se viu na situação de ter que tomar medidas extremas, eis que suas relações com os índios, em todos os lugares em que serviu, sempre foram das melhores, tendo resolvido todos os desentendimentos surgidos de forma amigável e persuasiva.

III. Quanto ao item "e", pelo qual o Suplicante é acusado de "espancamento de índios" trata-se evidentemente, de um equívoco, justificável, talvez, pelo imenso trabalho que esta Comissão de Inquérito. Mas se é justo reconhecer o esforço que vem sendo feito, que deverá redundar numa reformulação total do problema dos índios brasileiros, será também de justiça -- e esta é a hora de reconhecê-lo -- que funcionários dedicados, como sempre foi o Suplicante, não venham sofrer punições ou mesmo o simples vexame de acusações infundadas, como esta de "espancamento de índios". Aliás, o que consta a respeito nos presentes autos é o depoimento de ATHAYDE SUBTIL DE OLIVEIRA, às fls. 1.787, que não foi testemunha de vista de nenhum espancamento e, quando se refere a êsses espancamentos demonstra claramente que não se trata do Suplicante, JOSE BAPTISTA FERREIRA FILHO, mas aos seus antecessores.

Senhor Presidente da Comissão,

No que se refere a violências contra índios, o Suplicante acredita ter fornecido os esclarecimentos necessários, tanto nesta defesa como no depoimento prestado às fls. 991. Além disso, os antecedentes do Suplicante não autorizam nem mesmo qualquer suspeita sobre as suas atitudes com os índios. O Suplicante pede vênias para mencionar aqui o fato de ter sido ele, quando na direção da 6ª Inspetoria (entre julho de 1962 e dezembro de 1964) quem denunciou, tanto ao C.N.P.I., como ao Comando da Região Militar de Mato Grosso, o famigerado massacre dos índios Cintas Largas. É verdade que as providências que solicitou, inclusive dando nomes dos culpados e até fornecendo o local onde poderiam ser encontrados, arriscando-se, assim, a sofrer represálias por parte dos criminosos, não foram tomadas. Mas o Suplicante tem a consciência tranquila do cumprimento do dever. Se mais não fez foi por absoluta falta de recursos e de ajuda.

Êsses antecedentes, que deverão pesar, certamente, no

seu julgamento. O Suplicante não almeja reconhecimento público, não deseja ser manchete, não quer pousar de sertanista ou "pai branco" dos índios para efeito de promoção pessoal, mas deseja -- e como cidadão exige -- apenas justiça.

IV. Quanto às irregularidades contábeis referidas nos itens "a" e "c", trata-se de acusações infundadas dos funcionários que sucederam o Suplicante na administração do Pôsto Cacique Doble, notadamente o depoimento de LORIVALDO WALDEZ RODRIGUES VELOSO (fls. 1786) e o de EDUARDO RIOS, já referido anteriormente. Tais depoimentos pecam pela imprecisão e pela nítida intenção de encobrir possíveis faltas pessoais, jogando a culpa sobre o Suplicante.

Diz LORIVALDO WALDEZ que assumiu o Pôsto com dívidas superiores a NCr\$5.000,00, que não pagou porque ficou sem recursos. Mas contradiz-se logo a seguir ao dizer que o orçamento do Pôsto era de NCr\$15.000,00, que remeteu a Sebastião Lucena (Chefe da IR7) NCr\$2.300,00.

O Suplicante não tem que se defender dessa acusação, porque não cometeu irregularidade alguma. Pode fornecer, como é seu dever, as informações e explicações necessárias, que dão prova cabal da lisura com que sempre se houve - no trato dos dinheiros que lhe eram confiados em razão do seu cargo ou função.

Com efeito, sobre a referida dívida de NCr\$.. 5.000,00, referida nos depoimentos acima, o Suplicante comunicou ao Cel. Hamilton Castro, Diretor do S.P.I., por carta, que o Pôsto tinha a receber NCr\$1.300,00 na Cooperativa Tritívola de Lagoa Vermelha, quantia essa referente a parte do trigo entregue por ele, JOSÉ BAPTISTA FERREIRA FILHO.

Além do mais, o que não informam os depoentes em seus depoimentos maldosos, é que o Suplicante, ao sair do Pôsto, deixou plantada grande quantidade de feijão soja (cujo plantio é feito no mês de janeiro). Saindo do Pôsto em abril, o Suplicante deixou tudo pronto para o plantio de milho. Foram feitas, assim, despesas que se ressarciriam posteriormente, e a prova disso está nos próprios depoimentos, quando LORIVALDO WALDEZ afirma que remeteu NCr\$2.300,00 à IR7. De onde terá tirado esse dinheiro? É evidente que não foi do seu próprio bolso, mas da renda do Pôsto, assegurada pelo trabalho

ali efetuado anteriormente.

V. Às fls. 904 do presente processo existe referência, no depoimento de Luiz Araujo de França, onde se diz que o Cel. HAMILTON CASTRO iria pedir abertura de inquérito, por irregularidades no S.P.I., inclusive contra o Suplicante, por falta de prestação de contas.

Como se poderá verificar no correr dos depoimentos, trata-se da prestação de contas relativa à entrega de trigo à Cooperativa de Lagoa Vermelha. Mas essa prestação de contas foi feita pelo Suplicante em 26-4-66. Ora, o Cel. HAMILTON foi nomeado em 19-4-66. No momento da sua nomeação, a prestação de contas já estava feita e estando ele ainda em Brasília, não podia tomar conhecimento da mesma. Esta prestação de contas deu entrada em 26-4-66 na 7ª IR, protocolada sob o nº 00389, como poderá ser verificado a qualquer momento.

O Suplicante pede vênica para ressaltar, aqui, que permaneceu no Posto Cacique Doble de agosto de 1965 a abril de 1966 (sete meses ao todo), tendo neste período, sido acometido de doenças que o obrigaram a recolher-se, por duas vezes, à Casa de Saúde São Vicente, em Curitiba. A primeira vez em novembro de 1965, vítima que foi de problemas cardíaco-vasculares, e a segunda, em março de 1966, com um sério problema de hérnia de disco. Mesmo assim, com a saúde abalada, de sincumbiu-se de sua missão, nas condições reconhecidamente difíceis que lhe permitem os proventos de Agente, nível 6. Nestas condições, tendo sido citado e convocado para prestar esclarecimentos e defesa no Processo Administrativo instaurado pela Portaria nº 605/66, do Exmo. Sr. Ministro da Agricultura, não pôde fazê-lo, a não ser por telegramas enviados ao presidente da comissão, Dr. JOSÉ RODRIGUES OLIVEIRA.

VI. A única acusação que pesa contra o Suplicante neste processo, com aparências, e somente aparências de procedência, é a mesma referida no processo citado no item acima, girando em torno de um recibo dado pelo Suplicante ao Sr. Fernando Cruz, no valor de NCr\$5.500,00.

Como pode ser verificado às fls. 1848, bem como às fls. 4.733, vários foram os funcionários que forneceram ao sr. José Fernando da Cruz, recibos imprópriamente chamados de "frios".

A explicações fornecidas por todos os que as

assinaram tais recibos é coincidente no ponto em que afirmam terem adiantado tais recibos, mediante a afirmação daquele - que os recebia -- que era seu superior -- que tais recibos serviriam para efeito de levantamento de verba a ser distribuída para melhoramento dos Postos Indígenas.

Assim, de boa fé, seguindo quase que uma praxe do serviço público, que consiste na emissão antecipada dos recibos, o Suplicante e os demais os emitiram, na certeza, infelizmente não confirmada, de que a verba seria entregue, ou, em caso contrário, que os recibos seriam inutilizados.

Nesse sentido, a ata da Comissão de Inquérito instaurada pela Portaria nº 208, de maio de 1966, do Exmo. Sr. Ministro da Agricultura, cuja cópia se encontra às fls. 2.597 dêstes autos, é taxativa ao concluir que as verbas a que se referem os recibos fornecidos ao sr. Fernando Cruz na verdade não foram entregues.

VII. Quanto ao Suplicante, há a sua honesta declaração, em seu depoimento de fls. 991, segundo a qual recebeu de Fernando Cruz a importância de NCr\$1.000,00. Quizesse o Suplicante esconder os fatos, bastaria afirmar tão sòmente aqui lo que todos os outros afirmaram, isto é, que não receberam qualquer quantia de Fernando Cruz, E isto seria, ou deveria ser aceito como a expressão da verdade, pois as quantias referidas nos recibos realmente não foram entregues, como está reconhecido na Ata acima citada. Mas o Suplicante recebeu, realmente NCr\$1.000,00 e, quanto a essa quantia pode fornecer as seguintes explicações.

O Suplicante recebeu os NCr\$1.000,00 na mesma época em que forneceu o referido recibo de NCr\$5.500,00. A importância recebida foi a título de adiantamento da verba maior que viria logo a seguir e sôbre a qual, certamente, prestaria as devidas contas.

Tendo empregado os NCr\$1.000,00 em diversas despesas do Pôsto, o Suplicante lá deixou os comprovantes necessários e lá os guardou para a posterior prestação de con-tas.

Ocorre que, acometido de sério problema de sa úde (hérnia de disco), ^{e cólica} surpreendeu-se o Suplicante ao receber em 28 de abril de 1967, um ano após ter deixado a direção do Pôsto Cacique Doble, intimação da Comissão de Inquérito instalada em Curitiba, sob a Presidência do dr. José Oliveira, para

prestar esclarecimentos sobre o recibo de NCr\$5.500,00 e, por conseguinte, sobre os NCr\$1.000,00 efetivamente recebidos.

Estando no Rio de Janeiro, em tratamento de saúde, impossibilitado física e financeiramente de viajar para colher, em tempo, os documentos deixados no Pôsto, o Suplicante não pôde defender-se a contento e liquidar de vez com a questão.

O mesmo, até certo ponto, acontece agora. Mas o Suplicante pode afirmar, como afirmou por carta ao presidente daquela comissão acima referida, que recebeu tão somente a importância de NCr\$1.000,00, aplicada em despesas diversas, cujos comprovantes ficaram no Pôsto e poderiam ser obtidos pelo Suplicante caso houvesse a possibilidade material e física de para lá se deslocar. Nesse sentido, o Suplicante está providenciando, por intermédio de conhecidos, a remessa de algum comprovante que será ainda exibido à esta Comissão, caso ainda haja oportunidade.

O Suplicante pede vênica para juntar à presente os seguintes documentos:

1. Telegrama recebido, no Rio de Janeiro, proveniente do Presidente da Comissão de Inquérito, dr. José Rodrigues Oliveira, datado de 29 -3- 1967;
2. Cópia do telegrama-resposta enviado àquela autoridade pelo Suplicante;
3. Cópia de telegrama enviado pelo Suplicante ao dr. José Rodrigues de Oliveira dando conta do seu estado de saúde e das dificuldades em apresentar defesa e esclarecimentos;
4. Telegrama recebido daquele Presidente da Comissão de Inquérito, informando que o prazo para apresentação de defesa.
5. Cópia de carta enviada ao Sr. Fernando Cruz, solicitando esclarecimento sobre o recibo e sobre a importância não entregue;
6. Carta enviada ao dr. José Rodrigues de Oliveira esclarecendo conversa tida com o sr. Fernando Cruz.
7. Carta-defesa enviada ao Dr. José Rodrigues, esclarecendo, em definitivo, a questão.

VIII. EM CONCLUSÃO, o Suplicante deseja manifestar a esta honrada Comissão de Inquérito, a sua esperança de que,

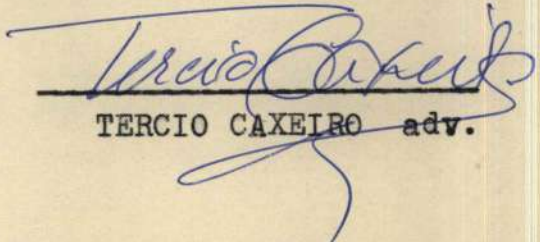
a partir de agora, após o ingente esforço despendido pelos seus membros, não fiquem os trabalhos apenas na punição de culpa - dos, muitos dos quais não passam de vítimas de uma estrutura administrativa defeituosa e das condições difíceis em que se processa a assistência às nossas populações indígenas. O Suplicante espera que êsse Inquérito seja o primeiro passo para a reformulação total do problema, de grande significação social, histórica e científica, que é o problema do índio.

O Suplicante tem a consciência tranquila e espera, confiantemente, que seja reconhecida a sua lisura, lamentando, apenas, que a sua saúde já não lhe permita continuar prestando os mesmos serviços a êste setor, que não é apenas mais uma repartição pública, mas uma verdadeira CAUSA a ser defendida.

Pedindo a juntada destas razões, o Suplicante espera e tem certeza de que será feita

J U S T I Ç A

Rio de Janeiro, 6 de maio de 1968


TERCIO CAXEIRO adv.

6472 ~~6480~~
Bjb ~~BJA~~

DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELEGRAFOS

TELEGRAMA

NÚMERO

CARIMBO DA ESTAÇÃO

INDICAÇÕES DE SERVIÇO
TAXAS E ENDEREÇO

OFF URGENTE MUSEU DO INDIO JOSE
BATISTA FERREIRA FILHO RUA MATA

MACHADO 127 RIO GB

às 11 P horas
por

PREÂMBULO:

PLN 80 DE CURITIBA PR 615 50 29 21,00

O preâmbulo contém as seguintes indicações de serviço: espécie do telegrama, estação de origem, número do telegrama, número de palavras, data e hora da apresentação.

HABITUE-SE A INDICAR NO RECIBO DO SEU TELEGRAMA A HORA EM QUE
O RECEBER. COM ESSA PROVIDÊNCIA, AUXILIARÁ O DEPARTAMENTO NA
FISCALIZAÇÃO DA ENTREGA DOS TELEGRAMAS.

TEXTO E ASSINATURA

NR 3 DE 29 3 67 SOLICITO MAXIMA URGENCIA REMESSA AGRININD
COMISSAO INQUERITO PRESTACAO CONTAS CINCO MILHOES QUINHENTOS MIL
CRUZEIROS RECEBIDOS AGOSTO MIL NOVENCENTOS SESSENTA CINCO CUJOS
RECIBOS CONSTAM PROCESSO INQUERITO PT JOSE RODRIGUES OLIVEIRA PRESIDENTE

COMISSAO CT NR 3 DE 29 3 67

127

6473 6487
12/10 12/10

DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS
RECIBO DO TELEGRAMA ABAIXO DISCRIMINADO

Espaço reservado a autenticação mecânica	DESTINO
Espaço reservado a autenticação mecânica	SERÁ PREENCHIDA PELO EXPEDIDOR
	DCT TELEGRAMA

A T. PRAÇA 15 - GB - 04

INDICAÇÕES DE SERVIÇOS FAXADAS	DESTINATÁRIO: AGRININD PARA DR JOSEH RODRIGUES OLIVEIRA	HORA DA TRANSMISSÃO
	(Rua, Avenida, etc.) (Bairro)	INICIAIS DO OPERADOR
	CIDADE: CURITIBA ESTADO: PARANÁ	
	(ou nome da estação móvel nos radiogramas) (ou nome da estação terrestre nos radiogramas)	

2º

ACUSO RECEBIMENTO VOSSO TELEGRAMA 3 29 PRÓXIMO
PASSADO CUJO TEXTO RESPONDEREI AINDA ESTA SEMANA PT
SDS JOSEH BATISTA

EXPEDIDOR: AGRININDOS MUSEU DO INDIO	TELEFONE:
RUA: RUA DE TANETRO GR	BAIRRO:



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

110
CÓPIA PARA ARQUIVAMENTO POR ASSUNTO



AGRINDIOS CURITIBA PARA DR. JOSE OLIVEIRA
PRESIDENTE COMISSÃO INQUERITO = CURITIBA - PARANA

24 4 5 67 ACUSO RECEBIMENTO VOSSO MANDATO
CITAÇÃO RECEBIDO DIA VINTE OITO ABRIL VG VIRTUDE ESTADO SAUDE
IMPOSSIBILITADO VIAJAR FIM TOMAR CONHECIMENTO PEÇA PROCESSO VG
INTERMITANTE ENCARGO ENVIAR ME CÓPIA FIM PODER APRESENTAR DEFESA VG

SDS J Baptista

J Baptista

S. P. *1570* de 19 *67*
C. E. *508* S. E.

6475
396 6483

DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS

TELEGRAMA

NÚMERO DE EXPEDIÇÃO
Recebido:
De - 8 MAI 1941
às horas
por

CARIMBO DA ESTAÇÃO
00049
INDICAÇÕES DE SERVIÇO TAXADAS E ENDEREÇO

OFF URGENTE JOSE BATISTA
ERREIRA FILHO MUSEU INDIOS RUA
MATA MACHADO 127 RIO

PREÂMBULO: < < 352DE 352 DE CURITIBA PR 903 42 8 17

O preâmbulo contém as seguintes indicações do serviço: espécie do telegrama, estação de origem número do telegrama, número de palavras, data e hora da apresentação

HABITUE-SE A INDICAR NO RECIBO DO SEU TELEGRAMA A HORA EM QUE O RECEBER, COM ESSA PROVIDÊNCIA, AUXILIARÁ O DEPARTAMENTO NA FISCALIZAÇÃO DA ENTREGA DOS TELEGRAMAS.

5-
TEXTO E ASSINATURA

< < 6 8 5 67 PRASO VOSSA DEFESA ENCERRA DIA TRESE
CORRENTE PT ACUSADO RECEBER CINCO MILHOES ET MEIO VELHOS
SEM PRESTA CONTAS PT JOSE RODRIGUES DE OLIVEIRA PRESIDENTE

Ilm^a Sr. Dr. Jose Rodrigues Oliveira
D.D. Presidente da Comissão de Inquerito

Curitiba - Paraná

Com relação ao pedido de remessa da prestação de contas da importância de Cr\$ 5.500.000 (cinco milhões e quinhentos mil cruzeiros), referente ao recibo por mim assinado, aprez-me prestar os seguintes esclarecimentos:

- 1^a - efetivamente assinei um recibo da importância acima citada, todavia por conta da mesma só me foi entregue a quantia de Cr\$ 1.000.000 (hum milhão de cruzeiros), que apliquei no posto onde me encontrava lotado, em outras despesas diversas, com passagem, alimentação e pousada etc.
- 2^a - Em que p_ese haver solicitado a remessa da importância de Cr\$ 4.500.000(quatro milhões e quinhentos mil cruzeiros), restantes, não me foram remetidos, ficando dessa forma a descoberto da aludida quantia, esclarecendo ainda desconhecer as razões do não cumprimento da aludida remessa, por ser naquela ocasião, assunto da alçada da Inspeção.

Assim sendo creio ter esclarecido o texto de vosso telegrama de numero 3, de 29 de março do corrente ano.

A disposição de V.Senhoria, atenciosamente

62

Em 10/4/967

Jose Baptista Ferreira Filho
José Baptista Ferreira Filho

6477
BPA
6478
BPA

77

Rio 15/maio/967

Sr. Fernando

Tem a finalidade da presente solicitar de V.Sa. a fineza de esclarecer a dúvida que surge com relação a um recibo por mim assinado da importância de cr\$5.500.000 (cinco milhões e quinhentos mil cruzeiros velhos), no mês de Agosto de 1965, quando era V.Sa. o então Chefe da 7a. Inspetoria do S.P.I. em Curitiba.

Por solicitação do sr. Dr. José Rodrigues de Oliveira, Presidente da Comissão de Inquerito, em assuntos do S.P.I. (Curitiba), me foi pedido a prestação de contas da importância acima mencionada.

Em expediente por mim enviado ao sr. presidente da comissão, esclareci, que recebi apenas a importância de cr\$ 1.000.000 (um milhão de cruzeiros velhos), e que a parte restante do suprimento me seria entregue na primeira oportunidade.

Deve v.sa. estar lembrado que de uma ~~vez~~ das vezes em que reclamei a remessa da parte restante, me foi dito que tão logo fosse atendido a um sério compromisso da Inspetoria, os cr\$ 4.500.000, me seria entregue, e como tal importância não me foi remetida, é que venho solicitar de V.Senhoria o obséquio de esclarecer por escrito, para que eu possa fazer defesa junto a comissão, que não fui o contendor da importância total de cinco e meio milhões de cruzeiros e sim de um milhão de cruzeiros, conforme acima mencionei.

Certo de vossa atenção

Jose Baptista Ferreira Filho
Jose Baptista Ferreira Filho

~~6468~~

~~6468~~
6468

Rio 31-5-67

800
Hm: Sr. Dr. José Rodrigues

Recebendo vosso telegrama nº 6, de 8-5-67, resolvi fazer uma carta ao Senhor Fernando Cruz, cujos termos segue uma cópia - já em carta datada de 10-4-67, endereçada a V. Sa. fiz ver que não havia recebido NCRH 5.500,00 e Sim NCRH 1,00.

Estive com o Sr. Fernando no dia 29 (antes de ontem), falando ele, segundo me afirmou de dar resposta a minha carta no dia de ontem, infelizmente não encontrei em casa na hora que marquei, tendo esperado um pouco, e fui de voltar outro dia.

Em conversa com o Senhor Fernando, fiz liente, de urgente necessidade de carta dele (dizendo que NCRH 4.500,00 a Inspeção de me remeter o que não foi feito, pois V. Sa. tem sabe que esta é a despesa que apertou no momento.

Como estou de viagem prorrogada para amanhã e só regressando ao Rio no fim do mês entrante, achei por bem vos dar liente do que se passa.

Certo de vossa atenção

Respeitosamente J. Zepherino

~~6468~~

~~6468~~
6468

Rio 31-5-67

800
Hm: Sr. Dr. José Rodrigues

Recebendo vosso telegrama nº 6, de 8-5-67, resolvi fazer uma carta ao Senhor Fernando Cruz, cujos termos segue uma cópia - já em carta datada de 10-4-67, endereçada a V.Sa. fiz ver que não havia recebido NCRH 5.500,00 e sim NCRH 1,00.

Estive com o Sr. Fernando no dia 29 (antes de ontem), falando ele, segundo me afirmou de dar resposta a minha carta no dia de ontem, infelizmente não encontrei em casa na hora que marquei, tendo esperado um pouco, e fui de voltar outro dia.

Em conversa com o Senhor Fernando, fiziente, de urgente necessidade de carta dele (dizendo que NCRH 4.500,00 a Inspeção de me remeter o que não foi feito, pois V.Sa. tem sabe que esta é a despesa que aporou no momento.

Como estou de viagem marcada para amanhã e só regressando ao Rio no fim do mês entrante, achei por bem vos dar ciência do que se passa.

Certo de vossa atenção

Respeitosamente J. Zepherino

PROCURAÇÃO

6479 6487
~~6479~~ ~~6487~~

Pelo presente instrumento particular de procuração, JOSÉ BAPTISTA FERREIRA FILHO, brasileiro, casado, funcionário, público federal, residente e domiciliado nesta cidade, na Rua Limites, 128, casa 1, Padre Miguel, constitui e nomeia seu bastante-procurador o Dr. Tercio Caxeiro, brasileiro, casado, advogado, - inscrito na O.A.B. sob o nº 10.850, com escritório nesta cidade, na Av. Rio Branco, 151, s/401, a quem confere os poderes da cláusula "ad judicium" para o fôro em geral e especialmente para assistir-lo e promover a sua defesa em processos administrativos, podendo tudo requerer e promover no desempenho do presente mandato, inclusive substabelecer.

Rio de Janeiro, 19 de abril de 1968.

José Baptista Filho

JOSÉ BAPTISTA FERREIRA FILHO

Reconheço a _____ firma _____

J. Baptista
Ferreira

11.º OFÍCIO DE NOTAS
(ANTIGO MILANEZ)
Rua Buenos Aires, 47 - RIO
Estado da Guanabara
TABELIÃO
DR. SERAPHIM GONÇALVES FERRO
SUBSTITUTO
DR. JOÃO RÔDICA DE ALMEIDA
1.º AUTORIZADO
CURSIFEROS NOMEIS NOVAES
2.º AUTORIZADO
VALMIR FERREIRA

Rio de Janeiro, 19 de abril de 1968
Em _____ da Verdade

COTA NOTAS 200-107-TAB. VIII-N.º VI-ATO 3

Defesa de : José de Mello Fiuza
Agente de Proteção aos Índios,
Nível, 6-B.

Ilmo. Snr.

Dr. Jader de Figueiredo Correa

M.D. Presidente da Comissão de Inquérito do S.P.I.

Rio de Janeiro - GB.

Senhor Presidente:

Citado para apresentar defesa escrita no processo administrativo a que respondo nêsse Ministério, comparecí a sala onde funciona essa Comissão, quando me foi dado vistas ao processo, no qual, constam contra mim as seguintes denúncias e acusações:

- 1) - Pagou conta de hospedagem do Snr. José Fernando Cruz no Hotel Amazonas, com dinheiro do SPI. Fls. 340
- 2) - Vendeu gado irregularmente quando Substituto da Chefia da IR-9. Fls. 1.583
- 3) - Autorizou Plínio Sebastião Xavier Benfica e também Luiz Adauto a pesquisar cassiterita ao longo do rio Lage. Fls. 4.107, 4.108, 4.117, 4.123, 4.009 e 4019
- 4) - Não fez contabilização nem qualquer registro do contrato na IR-9
- 5) - Envolvido nas negociações de minérios. Fls. 4.107, 4.108, 4.111 e 4.112
- 6) - Assunto de Segurança Nacional, obtenção de Registro da Diretoria de Rotas Aéreas, dos campos de pouso construídos para aventureiros e registrou no nome do SPI., localizados no igarapé Floresta, igarapé Paciência, Estrela, Nova Vida, Vila Rondônia e Ariquemes, no Território de Rondônia. Fls. 4.097, 4.098, 4.099 e 4.144.

Para minha defesa, apresento os esclarecimentos que

Cont.

se veem abaixo:

Item - 1 : - A presente acusação, extraída do depoimento do Snr. Alípio Edmundo Lage, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito, em data de 15 de junho de 1963, é destituída de fundamento.

Conheço o Snr. José Fernando Cruz desde o ano 1963, quando esteve em Manaus no desempenho da função de jornalista da Última Hora.

Sei que naquela época, o mesmo esteve hospedado no Hotel Amazonas, porém, não paguei conta de sua hospedagem naquele Hotel com dinheiro do SPI,,e, em se tratando de acusação infundada, solicito de V.S., providências no sentido de que o Snr. Alípio Edmundo Lage apresente provas da acusação em referência.

Item - 2 : - Esta denúncia, formulada pelo Snr. Boanerge Fagundes de Oliveira em seu depoimento perante essa Comissão, não está bem fundamentada.

Foi realmente efetuada por mim, quando Chefe Substituto da IR-9, a venda de dez cabeças de gado bovino pertencentes ao Posto Indígena "Ricardo Franco", cujo produto se destinou ao custeio de despesas de manutenção da IR-9 e Postos Indígenas, com prestação de contas encaminhada a Diretoria do SPI.

Entretanto, referida venda foi autorizada pela Diretoria do SPI., conforme telegramas ns. 234 de 22/9/65, 1.448 de 23/10/65, 242 de 27/9/65, 1.635 de 14/10/65 e 281 de 21/10/65, cujas cópias anexo a presente defesa, e não irregularmente como declarou o denunciante.

Item - 3 : - Para me defender da acusação constante deste item, basta lembrar que a autorização concedida ao Snr. Luiz Adalco Cortez, ocorreu depois de se achar na Diretoria do SPI., a proposta do Snr. Luiz Malheiros Tourinho, encaminhada pelo Snr. João Fernandes Moreira, quando na Chefia da IR-9.

As provas de que a Diretoria do SPI estava de acordo com a referida autorização estão nos documentos constantes das Fls. 4.117, 4.109, 4.110 e 4.111, que transcrevo:

(Fls. 4.117) - Sr. Major Neves - Diretor SPI - Brasília - Para meu governo fineza informar vamos aceitar proposta pesquisa minérios que estah poder Vossenhoria ou se essa Diretoria tem outra deliberação sobre assunto pt Minha insistência em face estarmos época apropriada tal mister et se perdermos esta fase somente segundo semestre ano vindouro poderemos efetuar pesquisas pt João Fernandes Moreira - Chefe IR-9.

(Fls. 4.109) - Brasília - 11 - 20 - 2 - 10,00 - Agrindios IR-9 P. Velho - Nº 1.294 - Pergunto qual solução dada grupo de trabalho para extração de minérios pt Sds Major Neves.

Cont.

(Fls.4.110) - Agrindios - Diretor - Brasilia - D.F. - Nº 207 de - 3/8/65 - Resposta vosso telegrama nº 1.294 de 2/8/65 vg informamos bipts grupo trabalho mineração aguarda elaboração contrato para iniciar extração ainda mes em curso pt Sds Chefe Subst. Inind-9a.

(Fls.4.111) - Urgente - Agrindios para Diretor - Edif.M.A. 4ºAndar - Brasilia D.F. - Nº 298 de 5/11/65 - Referência nosso telegrama nº 207 de 3/8/65 vg informamos bipts tendo em vista delonga solução assunto mineração vg demos prazo dois dias Snr. Luiz Tourinho apresentar contrato vg cujo prazo esgotou-se et nenhuma providência foi tomada pt Sds Chefe Subst., Inind-9a.

Consequentemente, a autorização em tela, não foi mais que a continuação de um expediente iniciado pelo Chefe da IR-9a. com a Diretoria do SPI., cujo andamento procurei não retardar.

Item - 4 : - Minha defesa na denúncia representada neste Item, se fundamenta no fato da contabilização e registro do contrato ser providências que deveriam ter sido tomadas pelo Snr. Alberico Soares Pereira, que naquela época chefiava a IR-9a., e na sua gestão se efetuou a assinatura, bem como o início da execução do referido contrato. Entretanto, limitou-se a juntar uma cópia do mesmo nos arquivos da IR-9.

Por outro lado, é de se observar que a execução do contrato em apreço, foi interrompida antes do contratante iniciar a extração de minérios, e por isso, quer nos parecer, que não havia contabilização a fazer, desde que nenhuma renda foi entregue a IR-9, conforme declarei em meu depoimento. (Fls.4.119)

Item - 5 : - Na qualidade de Chefe Substituto da IR-9, não podia me esquivar de encaminhar expedientes, responder telegramas, dar pareceres e autorizações, além de outras providências concernentes as funções de Chefe de Inspetoria.

Contudo, esses afazeres obrigatórios não me identificam como envolvido em negociações de minério, conforme interpretou essa Comissão, na acusação constante do presente item.

A autorização concedida ao Snr. Plínio Sebastião Xavier Benfica, resultou de haver a Diretoria do SPI concordado com a mesma, quando deixou de responder meu telegrama, consultando em tempo, se devia susta-la, conforme se nota dos documentos que transcrevo. (Fls.4.113, 4.119 e 4.122).

(Fls.4.113) - M/M Nº 125/65 de 3/2/65 - Snr. Diretor - Brasilia D.F. Anexo ao presente, estamos passando às mãos de V.S., para os devidos fins, uma cópia do modelo de constrato para pesquisa e extração de minérios, apresentado pelo Snr. Plínio Sebastião Xavier Benfica, referente aos Postos Indígenas Major Amarante e Ten. Lira. Saudações. José de Mello Fiuza - Chefe Subst. Inind-9.

Cont.

(Fls.4.119) - Urgente - Agrindios para Diretor - Edif. M.A. - 4º Andar Brasília - D.F. - Nº 299 de 5/11/65 - Comunicamos V.S. vg encaminhamos através Memorando nº 125 de 3/11/65 vg um modelo de contrato para pesquisa et extração de minérios nas reservas terras PPII Major Amarante et Tenente Lira vg apresentado pelo Snr. Plínio Sebastião Xavier Benfica vg que pretende iniciar trabalhos imediatamente pt Sds Chefe Subst. Inind-9a.

(Fls. 4.122) - Urgente - Agrindios Diretor Subst.- Brasília Edif. M.A. 4º Andar - Brasília D.F. - Nº 334 de 24/11/65 - Resposta vosso telegrama 1.883 de 22/11/65 vg solicitamos informar se essa Diretoria recebeu modelo contrato encaminhado nosso memorando nº 125 de 3/11/65 vg remetido via aérea registrado 47490 vg et se convem sustar autorização pt Sds Agrindios Chefe Subst. Inind-9.

Como se vê da documentação acima, a autorização em referência, foi de acôrdo com a Diretoria do SPI,, que concluiu firmando com o proponente um contrato para pesquisa e extração de minérios.

Como Chefe Substituto da IR-9., por força da prófia burocracia do Serviço, não fui além de um intermediario entre as partes e a Diretoria do SPI., porém, confiante de que meu procedimento não abalou minha integridade, conforme se verifica do Ofício nº 17/68 de 5/3/68, de cópia anexa, último expediente sôbre o assunto em referência.

Item - 6 : - Para minha defesa na denúncia constante deste item,devo esclarecer que o Território Federal de Rondônia, possui vários campos de pouso, dentre os quais figuram os que foram homologados em outubro de 1966.

Os registros de tais campos de pouso na Diretoria de Rotas Aéreas, foram resultantes de medidas tomadas pela Primeira Zona Aérea, talvez a pedido dos interessados, nas quais, não houve solicitação ou qualquer outra interferência de minha parte.

Com exceção dos campos de pouso das vilas de Rondônia e de Ariquemes que pertencem ao Governo, e do igarapé Floresta, os demais são pertencentes a seringalistas e firmas de minerações.

Avisado da existência de um telegrama relativo ao SPI., na Estação Rádio Telegráfica da Fôrça Aérea Brasileira, solicitei uma cópia do mesmo, já que não era endecado a IR-9, e comuniquei o assunto a Diretoria do SPI, conforme os documentos que transcrevo. (Fls.4.098 , 4.097 e 4.099)

(Fls.4.098) - MN - PV/3 - BEMN/7 - J.J. - DSF - SBPV - 2045/A - 2/0610 Info estão liberadas operações aviões pequenos porte campo pouso SPI próximo igarapé Paciência vg Estrela vg Nova Vida vg Vila Rondônia et Ariquemes face conclusão levantamento efetuado esta Zonaer não constar restrições técnicas sua utilização pt Zonaer 1 R/0840Z CWL - Diretoria de Rotas Aéreas M.Aer. ZWPV, Em 08/10/66.

Cont,

(Fls. 4.097) Urgente - Agrindios Chefe SASSI - Brasília D.F. Nº 432 de 17/10/66 - Informamos vg Primeira Zona Aérea vg liberou operações vários campos pouso neste Território vg inclusive campo pouso SPI vg localizado igarapé Floresta pt Sds Chefe Subst. Inind-9.

(Fls. 4.099) - Agrindios Chefe da 9 Inind - P. Velho - Nº 1.240 de 08/11/66 - Ciente vosso referente homologação Primeira Zona Aérea campo pouso igarapé Floresta vg ótima oportunidade fundação ali h ponto atração índios região Floresta pt Sds Nilo Oliveira Vellozo Chefe da SASSI.

Com a interdição da região do igarapé Floresta pelo 5º Batalhão de Engenharia de Construção, ficaram ali isolados, sem meios de comunicação e transporte, mais de noventa homens, inclusive a Turma de Atração do SPI.

Não preciso avocar compaixão ou sentimento de humanidade para se avaliar a situação aflitiva de mais de noventa homens isolados n'uma floresta densa, sem alimentação, sem transporte e sem comunicação, contando apenas com um pequeno estoque de gêneros alimentícios renovado semanalmente.

Achei que para tomar providências, não devia esperar o protesto das famílias daqueles homens, sem dúvida com repercussão na imprensa local.

Antes que o caso adquirisse tais proporções, resolvi solicitar ao Comando do 5º Batalhão de Engenharia de Construção, permissão para que um avião custeado pelo Snr. Plínio Sebastião Xavier Benfica, efetuasse vôos de Porto Velho ao campo de pouso da mineração Jucá, para transportar gêneros alimentícios destinados aos referidos homens, conforme se verifica do Ofício nº 94/66, de 11/5/66, que transcrevo.

(Fls. 4.144) - Ofício nº 94/66 - em 11 de maio de 1966. Ilmo. Snr. Cmt. do 5º Batalhão de Engenharia de Construção. Senhor Comandante: Reportando-nos ao nosso Ofício nº 93/66 de 10/5/66, solicitamos a V.Sria., autorização para o avião mono-motor CESSNA, prefixo PT-BMF, efetuar os vôos que se fizerem necessários para transportar gêneros alimentícios destinados a Turma de Atração do SPI., e ao pessoal do Snr. Plínio Sebastião Xavier Benfica, que se acha na região do igarapé Floresta, construindo um campo de pouso. Esta Chefia remeterá oportunamente a esse Comando, a relação dos gêneros alimentícios acima mencionados. Servimo-nos do ensejo, para renovar a V.S., os nossos protestos de estima e consideração. Saudações. Ass. José de Mello Fiuza - Chefe Subst. Inind-9a.

Pela exposição acima, é de se notar que não me cabe a culpa, se a medida tomada pela Primeira Zona Aérea para os registros

Cont.

6486
BFD

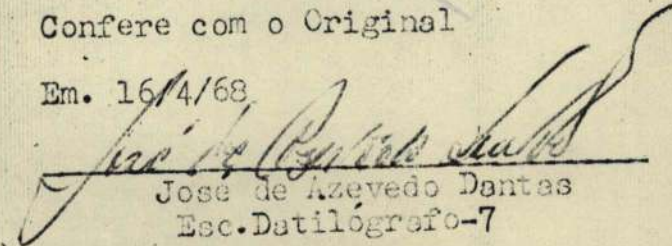
CÓPIA PARA ARQUIVO

AGRINDIOS SR. DIRETOR
BRASILIA - DF.

234 22 - 9 - 65 - TENDO NO POSTO RICARDO FRANCO
DEZ RESES IMPRESTAVEIS PARA CRIATÓRIO Vº SOLICITAMOS AUTORIZAÇÃO
PARA VENDE-LAS ET APLICAR APURADO NESTA REGIONAL PT SDS
AGRINDIOS IR-9

Confere com o Original

Em. 16/4/68


José de Azevedo Dantas
Esc. Datilógrafo-7



CÓPIA PARA ARQUIVO

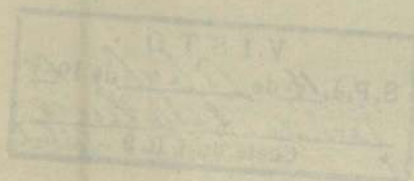
TABELA VII
N.º 2 - Item 4

1. CARLOS MIGUEL DA SILVA
TABELADO
ITALDO HUGO ROMANO
SUBSTITUTO
RENOLO R. CHAVES
1.ª ESC. AUTORIZADO
JOSÉ SALGADO
2.ª ESC. AUTORIZADO

Av. Rio Branco, 156 - Subsolo 120
Edifício Avenida Central
ESTADO DA GUAYANARA

Certifico que a presente cópia
fotostática é a reprodução fiel
do original que me foi exibido
e que com esta é devolvido.

Rio de Janeiro, 6 * 5 * 68



6487-
876

COPIA PARA ARQUIVO

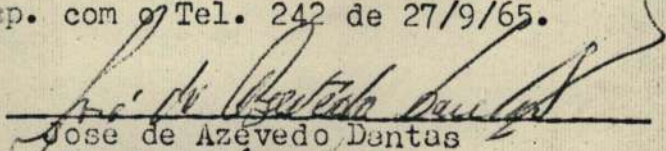
BRASÍLIA

AGRINDIOS PVELHO RD

N.1448 DE 23 - 9 - 65 - CIENTE SEU RÁDIO 234 RECEBIDO HOJE
PT PRECISAMOS SABER SE ANIMAIS. PERTENCE PATRIMONIO INDIGENA PT
INCAPACITADA CRIAÇÃO CARECE FICAR BEM CLARA PT SDS AGRINDIOS
LUIZ ARAUJO RESP/ PELA DIRETORIA.

Confere com o Original
Em, 16/4/68

Resp. com o Tel. 242 de 27/9/65.


José de Azevedo Dantas
Esc. Detilógrafo-3



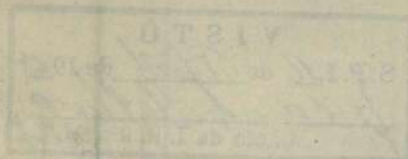
COPIA PARA ARQUIVO

TABELA VII
N.º 2 - Item 4

OFÍCIO
AL. CARLOS RICHIEL DA SILVA
TABELIÃO
ITALO HUGO ROMANO
SUBSTITUTO
RENOLD R. CHAVES
1.º ESC. AUTORIZADO
JOSÉ SALGADO
2.º ESC. AUTORIZADO
Av. Rio Branco, 156 - Subsolo 120
Edifício Avenida Central
ESTADO DA GUAYABARA

Certifico que a presente cópia
fotostática é a reprodução fiel
do original que me foi exibido
e que com esta é devolvido,

Rio de Janeiro, 6 * 5 * 68



6488
648

CÓPIA PARA ARQUIVO



AGRINDIOS DIRETOR SPI
BRASILIA - DF.

242 27 9 65 VOSSO 1448 VG INFORMO-VOS ANIMAIS
PERTENCEM PATRIMONIO INDIGENA EIT NÃO SERVEM PARA REPRODUÇÃO PT
SDS AGRINDIOS ININD-9

Confere com o original
Em, 16/4/68

Jose de Azevedo Dantas
Jose de Azevedo Dantas
Esc. Datilógrafo-7



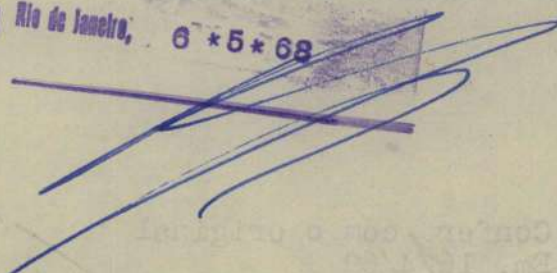
CÓPIA PARA ARQUIVO

TABELA VIII
N.º 2 - Item 4

1.º OFÍCIO
L. CARLOS ROCHA DA SILVA
TABELIÃO
ITALO HUGO ROMANO
SUBSTITUTO
RENOLD R. CHAVES
1.º ESC. AUTORIZADO
JOSÉ SALGADO
2.º ESC. AUTORIZADO
Av. Rio Branco, 156 - Subsola 120
Edifício Avenida Central
ESTADO DA GUANABARA

Certifico que a presente cópia
fotostática é a reprodução fiel
do original que me foi exibido
e que com esta é devolvido.

Rio de Janeiro, 6 * 5 * 68



6489
B/6

COPIA PARA ARQUIVO

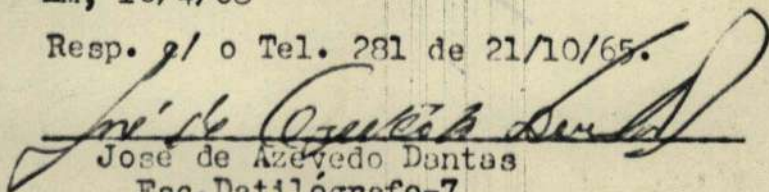
BRASILIA

AGRINDIOS IR-9
PORTO VELHO

N. 1.635 de 14 10 65 - ALUSÃO SEU RADIO 242 VG DIA
27 SETEMBRO ULTIMO VG CONCEDIDO AUTORIZAÇÃO VG RESPEITANDO
ADVERTÊNCIA FEITA NOSSO TELEGRAMA ANTERIOR PT. SDS AGRINDIOS
LUIZ ARAUJO CHEFE SINDI

Confere com o Original
Em, 16/4/68

Resp. p/ o Tel. 281 de 21/10/65.


José de Azevedo Dantas
Esc. Datilógrafo-7



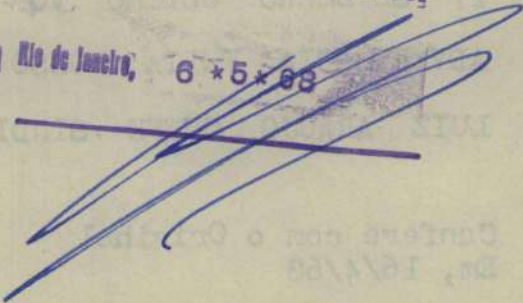
COPIA PARA ARQUIVO

TABELA VIII
N.º 2 - Item 4

1.º OFÍCIO
J. CARLOS MACIEL DA SILVA
TABELIÃO
ITALO HUGO ROMANO
SUBSTITUTO
RENOLD R. CHAVES
1.º ESC. AUTORIZADO
JOSÉ SALGADO
2.º ESC. AUTORIZADO
Av. Rio Branco, 156 - Subsolo 120
Edifício Avenida Central
ESTADO DA GUANABARA

Certifico que a presente cópia
fotostática é a reprodução fiel
do original que me foi exibido
e que com esta é devolvido.

Rio de Janeiro, 6 * 5 * 68



RECEBUE
15/05/68
15/05/68

6490
RFB

COPIA PARA ARQUIVO

AGRINDIOS CHEFE SINDI

EDF. M.A. 4º ANDAR - BRASÍLIA - DF.

281 21 - 10 - 65 - VOSSO TELEGRAMA Nº1.635 DE
13/10/65 CONCECENDO AUTORIZAÇÃO ABATE GADO VG ESTAMOS CIENTES
PT SDS CHEFE SUBST. ININD-9.

Confere com o original
Em, 16 de abril de 1968

Jose de Azevedo Dantas
Jose de Azevedo Dantas
Esc. Datilógrafo-7



TABELA VIII
N.º 2 - Item 4

18.º OFÍCIO

J. CARLOS MACIEL DA SILVA

TABELIÃO

ITALO HUGO ROMANO

SUBSTITUTO

RENOLD R. CHAVES

1.º ESC. AUTORIZADO

JOSÉ SALGADO

2.º ESC. AUTORIZADO

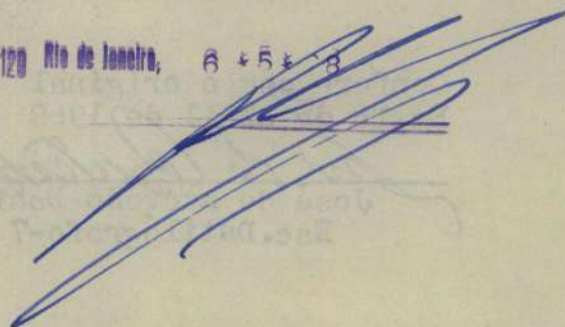
Av. Rio Branco, 156 - Subsolo 120

Edifício Avenida Central

CELESTINO DE ALMEIDA

Certifico que a presente cópia
fotostática é a reprodução fiel
do original que me foi exibido
e que com esta é devalvido.

Rio de Janeiro, 6 + 5 + 8



13/1

~~XX~~

Ofício nº17/68

5 de Março de 1968

: Ilmo.Snr.Plínio Sebastião Xavier Benfica

: Solicitação (Faz)

Prezado Senhor:

Tendo em vista, que o campo de pouso construído na reserva de terras indígenas do Igarapé Floresta, de acôrdo com o contrato que V.S. firmou com a Diretoria dêste Serviço, esta sendo utilizado pela Companhia de Investimentos do Vale Amazônico / (CIVA), solicitamos que V.S. nos informe se transferiu a execução do referido contrato para aquela Companhia, e se a mesma esta extraíndo minérios da referida reserva de terras.

Aguardando uma breve resposta de V.S., reiteramos
nossos votos de estima e consideração.

Sa u d a ç õ e s

Jose de Mello Fiuza
Chefe Subst. ININD-9a. SPI

MINISTÉRIO DO INTERIOR
 SERVIÇO DE PROTEÇÃO INDÍGENA
 INDI-9a - PÓRTO VELHO-RS.
 2 de Março de 1968
 Ofício nº 17/68
 : Chefe Subat. de INDI-9a do Serviço de Proteção aos Índios
 : Ilmo. Sr. Filinto Sebastião Xavier Benício
 : Solicitação (Par)

Prezado Senhor:

Tendo em vista, que o campo de pouso construído na
 reserva de terras indígenas de Igarapé-Moré, de acordo com o
 contrato que V. S. possui com a Diretoria de Serviço, esta em-
 do utilizado pela Companhia de Investimentos do Vale Amazônico

Certifico que a presente cópia
 fotostática é a reprodução fiel
 do original que me foi exibido
 e que com esta é devolvido,

TABELA
 N.º 2 - Item 4

TABELÃO
 ITALO HUGO ROMANO
 SUBSTITUTO
 RENOLD R. CHAVES
 1.º ESC. AUTORIZADO
 JOSÉ SALGADO
 2.º ESC. AUTORIZADO
 Av. Rio Branco, 156 - Subsolo 120
 Edifício Avenida Central
 ESTADO DA GUANABARA

Rio de Janeiro, 6 * 5/68


João de Mello Lima
 Chefe Subat. INDI-9a-SPI

THE WESTERN

TELEGRAPH COMPANY LIMITED

TELEGRAMAS INTERESTADUAIS E PARA O MUNDO INTEIRO
via WESTERN UNION INTERNATIONAL para a AMÉRICA DO NORTE

6492
B/K

15 JAN 1968
DE JANEIRO

CIRCUITO, NÚMERO, HORA DE TRANSMISSÃO E TELEGRAFISTA

PALAVRAS

TAXA

Q. PREV.

HORA

F.N.T.

ACCESS.

CATEGORIA c t n

TOTAL

Não havendo qualquer indicação de categoria este telegrama será considerado como ordinário :

Nome

EXCELENTÍSSIMO SENHOR CHEFE ESTADO MAIOR PRIMEIRA

Enderêço

ZONA AEREA

BELEM PARAHA

SOLICITO VOSSENCIA INFORMAR VG FINS FAZER PROVAS JUNTO
COMISSÃO INQUERITO S P I VG EXISTENCIA PEDIDO
HOMOLOGAÇÃO CAMPO POUSO TERRITORIO RONDONIA VG ASSINADO
POR JOSE DE MELLO FIUZA VG VISTO NUNCA TER FEITO
REFERIDO PEDIDO PT FINEZA RESPONDER URGENTE PARA RUA
SENADOR VERGUEIRO CENTO E TRINTA E CINCO VG APARTAMENTO DUZENTOS
E QUATRO PT ZCQ 1 RIO DE JANEIRO GB SAUDAÇÕES JOSE DE MELLO
FIUZA AGENTE PROTEÇÃO INDIOS VG NIVEL 6 B

Nome

Telefone

N.º da Conta Corrente

Enderêço

Peço que este telegrama seja transmitido com as condições especificadas no verso deste formulário, com as quais concordo.

CHAMASE A ATENÇÃO PARA A NECESSIDADE DE ESCREVER LEGIVELMENTE

WESTERN

TELEGRAMAS INTERSTADIAIS E PARA O MUNDO INTEIRO
 VIA WESTERN UNION INTERNATIONAL para a AMERICA DO NORTE

TAXA	TAXAS	CIRCULO NUMERO DE TRANSMISSAO E TELEGRAFISTA
5 mil	HORA	
1 mil		
ACED		
TOTAL		

Para a transmissão de telegramas e telegrafias, o cliente deve apresentar o valor em dinheiro ou em cheque.

EXCELENTISSIMO SENHOR CHEFE ESTADO MAIOR PRIMEIRA

SENAI

Certifico que a presente cópia
 fotostática é a reprodução fiel
 do original que me foi exibido
 e que com esta é devolvido.

Rio de Janeiro, 14 MAI. 38

TABELA VIII
 N.º 2 - Item 4

TABELÃO
 J. CARLOS MACIEL DA SILVA
 SUBSTITUTO
 ITALO HUGO ROMANO
 1.º ESC. AUTORIZADO
 RENOLD R. CHAVES
 2.º ESC. AUTORIZADO
 JOSÉ SALGADO
 18.º OFICIO
 Av. Rio Branco, 156 - Subsolo 120
 Edifício Avenida Central
 ESTADO DA GUANABARA

6493
BJA

Defesa de: JOSÉ MARINHO TELES FILHO
Telegrafista CT.207.12A.

Ilmo. Sr.

Dr. JADER DE FIGUEIREDO CORREA

Presidente da Comissão de Inquérito do S.P.I.

Ministério do Interior

RIO DE JANEIRO - EST. DA GUANABARA

Itens:

1ª)-Enriquecimento sem causa-Fls. 841 e 1574

2ª)-Envolvido em negociatas de mogno e castanha do Pará-Fls. 841, 1574, 837/8 e 1578).-

Dando cumprimento à determinação contida na citação S/Nº datada de 10/04/968, tomo conhecimento das denúncias de que fui alvo por parte dos Senhores BOANERGES FAGUNDES DE OLIVEIRA e JOSÉ MARIA DA GAMA MALCHER, constantes de folhas nºs. 837/8, 841, 1574 e 1578, nos autos do presente Processo instaurado pelo Excelentíssimo Senhor Ministro do Interior, do qual Vossa Senhoria é o Presidente e passo, através de itens, à defesa que me cumpre apresentar:

1ª. Denúncia:-Carece de total fundamento a denúncia do Sr. BOANERGES FAGUNDES DE OLIVEIRA, quando afirma ter o signatário vendido mogno no Pará e que "teria" auferido, daí, vantagens de tal ordem, que lhe proporcionou a compra de um "Volkswagem", zero quilômetro e a construção de uma casa, verdadeira mansão.

a) - existia, naquela época um contrato entre a 2ª. - Inspetoria Regional do Serviço de Proteção aos Índios e o Sr. Wladirson O. Pena, para extração de madeira de lei, na reserva do Posto Indígena "Mãe Maria", localizado na região do Tocantins, no Estado do Pará. O referido contrato estava legalmente autorizado e fôra lavrado em escritório de advocacia, registrado em cartório e com pleno conhecimento da Diretoria do S.P.I.;

6494
2
BIA

b) - noventa (90) dias após a assinatura do referido contrato, foi entregue pelo Sr. Wladirson O. Pena, em obediência à cláusula contratual, Ncr\$-2.800,00) - (DOIS MIL E OITOCENTOS - CRUZEIROS NOVOS), que se destinaram ao pagamento dos honorários, em atraso, do Assessor Jurídico da I.R-2 e pagamentos, também a - trazados, de servidores contratados, conforme poderá ser comprovado com a escrituração e recibos dos pagamentos efetuados que se encontram na Séde da Inspeção Regional, em Belém, não tendo havido outros adiantamentos à Chefia;

c) - durante os dezoito (18) meses da vigência do contrato, pôde o Sr. Wladirson Pena retirar, apenas TREZENTAS e HUMA (301) toras de madeira, muito embora houvesse abatido, aproximadamente, DUZENTAS E CINCOENTA (250) árvores, o que viria a corresponder, mais ou menos, a umas QUINHENTAS (500) toras;

d) - em virtude da suspensão dos contratos, a quando da intervenção do S.P.I., a partir daquela data, nenhuma tora de madeira foi retirada da reserva indígena, tendo o Sr. Wladirson se limitado a conduzir as que se encontravam as margens do rio To cantins, ou mais precisamente, as TREZENTAS E HUMA (301) toras, anteriormente retiradas, conforme esclarece o item anterior;

e) - houvesse o Sr. BOANERGES FAGUNDES E OLIVEIRA, a tentado, sem malícias e sem o espírito preconcebido de colocar ao redículo abnegados servidores que realmente trabalham em prol de uma causa justa, teria, antes de qualquer pronunciamento, procura do se certificar da veracidade dos fatos. DUZENTAS E CINCOENTA (250) árvores a razão de Ncr\$-7.00 -(SETE CRUZEIROS NOVOS) por unidade, não cobrem, sequer, o adiantamento feito pelo Sr. Wladirson O. Pena, que arca até o momento com êsse prejuízo. Onde pois, as sobras, as superabundâncias de lucros para aquisição de "Volks" e "Mansões", como fôra levemente afirmado?

f) - não possuo, sequer, casa própria em Belém para morar, muito menos "mansão. MÔro a dezesseis (16) anos em um apar

6495
3

tamento cujo aluguel, atual, é de QUARENTA E SETE CRUZEIROS NOVOS -
-(Ncr\$-47.00);

g) - quanto a referência feita a um veículo "Volkswagem", efetivamente, eu o possuo, pela absoluta necessidade de um eficiente atendimento as minhas obrigações funcionais e particular, mas adquiri do em segunda mão, ano 1965, mediante prolongadas prestações mensais, conforme comprovantes que junto, por fotocópias, inclusive, a própria documentação do veículo.-

2a. Denúncia:-Capciosa e profundamente ridícula a do Senhor JOSÉ MARIA DA GAMA MALCHER, que "ouviu falar" sobre a exploração de mogno no Posto Indígena Gorotire e que "teria havido" negócio pouco limpo com castanha do Pará produzida pelos índios e ainda, que "parece" que a castanha "teria sido" vendida duas vezes, provocando queixa à Justiça Federal, em Belém; que "assoalha-se" ter havido intervenção de ordem financeira, "dizendo-se" ainda que eu, então Chefe Substituto da I.R-2 "ganhara", com isso, um automóvel Volkswagen etc...

a) - havia um contrato na I.R-2 para exploração de madeira de lei no Posto Indígena "Mãe Maria" na região do Tocantins, não no Posto Indígena Gorotire que se situa no rio Frêsko, na bacia do Xingu, onde nunca houve exploração alguma de madeiras. O Coronel Hele no Augusto Dias Nunes, na qualidade de Diretor do S.P.I., não só teve a oportunidade de verificar, na Sede da I.R-2, em Belém, toda documentação referente a esse contrato, como também fez questão de ter consigo uma das vias do mesmo, que conduziu para Diretoria;

b) - no fábrica de castanha do ano de 1967, apesar de vigilância dos servidores da I.R-2, DUZENTAS (200) caixas, ou sejam, SETENTA E CINCO (75) hectolitros desse produto, foram comprados indevidamente por um comerciante ambulante que nas épocas de produção, comumente proliferam na região, sob a denominação de "regatões". Tendo viajado a serviço, para cidade de Altamira, Sede do Município, tomei conhecimento da ocorrência e oficiali incontinente ao Sr. Juiz de Direito, ao Sr. Delegado de Polícia e ao Sr. Prefeito Municipal, dando ciência da transação irregular e solicitando a imediata apreensão do

produto, tão logo o comerciante ambulante responsável, chegasse naquela cidade, visto ser terminantemente proibido transações diretas, de compra e venda, com índios, sem a interveniência de funcionários do S.P.I., a fim de evitar que os mesmos sejam ludibriados, o que comumente ocorre quando desassistidos, inclusive, a introdução de bebidas alcoólicas na Comunidade Indígena, o que é mais desastroso. Regressando à Sede da I.R-2, chegou ao meu conhecimento, haver retornado à cidade de Altamira o mencionado "regatão", tendo o Sr. Juiz de Direito, que é um cidadão que exerce a profissão de barbeiro e que também funciona como Suplente de Juiz, liberado o produto para venda, muito embora estivesse de posse do ofício solicitando apreensão do produto por parte da I.R-2 do S.P.I.. Diante do acontecido, por intermédio do Assessor Jurídico da Inspetoria Regional, Dr. Wilson Souza de Araújo, foi solicitado através do Excelêntíssimo Senhor Doutor Juiz dos Feitos da Fazenda Federal, a intervenção da Polícia Federal, que se fez presente na pessoa do Agente Peter, além do Titular da I.R-2, Inspetor Francisco Meireles e do Assessor Jurídico, Dr. Wilson Souza de Araújo, tendo sido feita a apreensão do produto que já se encontrava em poder da firma A. C. Maués, estabelecida naquela cidade. Seguiu-se daí, a luta judicial entre a I.R-2 do S.P.I. e a firma adquirênte, até o presente sem solução, encontrando-se a AÇÃO JUDICIAL EM JUIZO, em Belém, Estado do Pará, conforme prova o documento anexo, por fotocópia;

c) - não obstante o produto estivesse apreendido no galpão da Prefeitura de Altamira, no porto da cidade de Vitória e o caso encontrar-se em Juízo aguardando pronunciamento, o Sr. Suplente de Juiz do Município, arbitrariamente, desconsiderando toda e qualquer determinação de Instância Superior e a revelia do S.P.I., novamente liberou o produto a favor da firma adquirênte, que o conduziu para Belém, onde fez entrega ao seu financiador;

d) - sabedor da ocorrência, a Chefia da I.R-2 procurou impedir que fôsse consumada a entrega, o que não conseguiu, em virtude do Sr. Dr. Juiz Federal só aceitar pedido de interpelação através do Advogado do Serviço, que na oportunidade se encontrava ausente de Belém;

e) - tinha a Chefia, por objetivo, na luta judicial, soerguer moralmente o nome do S.P.I. perante a opinião pública e dos vilipendiadores das terras e dos produtos indígenas. Pouco valor representava o produto que se achava em litígio, dada a sua pequena quantidade, todavia, a Ação Judicial imposta pela Chefia da I.R-2, mantém-se em Juízo, o que vem provar a improcedência do que "ouviram dizer" os Srs. BOANERGES FAGUNDES DE OLIVEIRA, pessoa quem não conheço e JOSÉ MARIA DA GAMA MALCHER. Se da transação do mógo nada sobrara, da castanha, como vimos, foi ainda mais desastrosa;

f) - está esclarecido, portanto, que não houve nenhuma intervenção de ordem financeira como deixou transparecer o Sr. José Maria da Gama Malcher, na maliciosa intensão de injuriar-me como corrupto, pelo recebimento de propinas ou vantagens ilícitas, cabendo aqui, a guisa de esclarecimento a essa Comissão de Inquérito, que em decorrência da minha ação funcional em benefício do índio, que foi de encontro aos interesses de terceiros, cheguei a ser citado pelo Sr. João Horácio Monteiro, Suplente de Juiz de Direito do Município de Altamira, para que no período de cinco (5) dias me apresentasse na Sede daquela Comarca, a fim de prestar contas da invasão do depósito da firma A. C. Maués, invasão essa que não ocorreu, mas sim, um ato de apreensão, procedida pelo Agente Federal, com a presença do Advogado da I.R-2 e do próprio Titular da Inspetoria do S.P.I.. Mencionava a citação que, expirado o prazo e não fôsse dado cumprimento a determinação, resultaria na minha prisão. Além dessa, outras intimidações surgiram visando comprometer minha vida funcional e privada, algumas delas, através de cartas sem assinatura e sem procedência. Daí, não estranhar que além das denúncias calúnicas dos Srs. Boanerges e Malcher, tenha essa Comissão de Inquérito recebido denúncias atribuídas a minha pessoa, cujos denunciantes tenham se escudado no anonimato;

g) - no que se refere ao veículo "Volkswagen", desnecessários se fazem novos argumentos, prevalecendo o que ficou dito na defesa às acusações do Sr. Boanerges F. Oliveira. Salvo se o Sr. José Maria da Gama Malcher, pretendeu insinuar a posse de um segundo veículo, o que aberraria flagrantemente;

h) - há na Sede da 2a. Inspeção Regional do S.P.I., em Belém, Estado do Pará, além dos documentos anexo a presente, por fotocópias, farto expediente referente aos assuntos que deram origem às acusações que me foram atribuídas e que comprovam a lisura da transação do mógno e do caso Judicial, podendo a Comissão de Inquérito consultá-los, para melhor clareza do que afirmo.

Cabe, ainda, no final desta defesa, um esclarecimento que reputo necessário:

I) - herdeiro de meu pai, já falecido, coube-me a posse de um terreno edificado, sito à rua Governador Vitório, nº 282, na cidade de Manaus, Estado do Amazonas. Em 1951, em cumprimento a Portaria nº 25A de 27 de março de 1951, do então Diretor do S.P.I., Sr. José Maria da Gama Malcher, fui transferido para 2a. Inspeção Regional sediada em Belém. Fixando residência nessa Capital, decidi desfazer-me da herança, para com o apurado, adquirir outro imóvel, o que efetivamente aconteceu, isso em 1963, conforme comprovam os documentos, por fotocópias. Na época não exercia cargo de Chefia. Com o produto da venda adquiri, a praso, a compra de um apartamento em edifício em fase de construção, situado a rua Braz de Aguiar, esquina com a rua Quintino Bocaiuva, que recebeu a denominação de "Alben-Almy". A escritura definitiva foi passada no Cartório "Diniz", sita à rua 13 de maio, em Belém, em nome de minha filha. Outras aquisições foram feitas, ainda com o apurado da venda, como um pequeno terreno na Av. Almirante Tamandaré, em Belém, com escritura de posse passada no Cartório "Diniz" e outro na localidade denominada Marudá, cuja documentação somente no princípio de 1967, foi regularizada.

II) - De posse do apartamento, vinte e oito meses após a assinatura do compromisso de compra e venda, aluguei-o, o que me possibilitou economizar o suficiente para pensar na aquisição de um veículo, o que somente pôde ser concretizado em 1967, através de um levantamento bancário para a prestação inicial e posteriores pagamentos mensais, que foram feitos com o produto dos meus vencimentos e de mi-

6499
2
nha esposa, que também é funcionária e ainda com a economia do apartamento alugado.

Rio de Janeiro, 6 de maio de 1968

José Marinho Teles Filho
José Marinho Teles Filho - Teleg.

CT. 207.12A.-

DOCUMENTOS ANEXOS:

- Docs. de 1 a 18 - DOCUMENTOS POR FOTOCÓPIAS, referentes a aquisição de um veículo "Volkswagen".-
- Docs. 19 e 20 - CERTIDÕES NEGATIVAS dos Cartórios de registro de Imóveis, 1ª e 2ª Ofícios da cidade de Belém, Estado do Pará.-
- Doc. 21 - CERTIDÃO, assinada pelo Dr. José Milton de Lima Sampaio, serventário vitalício do ofício Único de Escrivão de Expediente de Menores, não Orfãos, Abandonados e Delinquentes e de Registros Públicos da Comarca da Capital do Estado do Pará.-
- Doc. 22 - DOCUMENTO DO PODER JUDICIÁRIO - Cartório dos Feitos da Fazenda Pública da Comarca de Belém, Capital do Est. do Pará, CERTIFICANDO a existência, em Juízo, de um Processo de sequestro requerido pela I.R-2 do S. P.I., sem nenhum pedido de desistência.-
- Doc. 23 - FOTOCÓPIA DO OFÍCIO Nº 2/67 de 27/4/67, em direção ao Sr. Suplente de Juiz da Comarca de Altamira, no Est. do Pará, solicitando a apreensão da castanha, indevidamente adquirida dos índios Gorotires.-
- Doc. 24 - Cópia do CONTRATO ENTRE A I.R-2 e o SR. WLADIRSON O. PENA, referente a exploração de madeiras de lei no Posto Indígena "Mãe-Maria".-
- Doc. 25 - Fotocópia do documento que comprova a venda de um imóvel na cidade Manaus.-
- Doc. 26 - Fotocópia do documento -CONTRATO DE COMPRA e VENDA- de um apartamento na cidade de Belém, no Pará.-

Rio de Janeiro, 06/05/1968.

José Marinho Teles Filho
José Marinho Teles Filho.-

CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARÁ.

PROPRIETÁRIO			
José Marinho Teles Filho.			
LOCAL DE GUARDA (ENDEREÇO)			
Rua O' de Almeida, nº 275			
ADQUIRIDO DE			
Antônio Jose Pereira Leal.			
ENTIDADE DO PROPRIETÁRIO	NÚMERO DO MOTOR	CIL.	CATEGORIA
303.538-PA	B-341.876	4	Particular
PAUTA MIL CxS	TAXA ROD. E OUTRAS	PREFEITURA	INFRAÇÕES
	R\$ 13,30		
Obs: Adquirido COM reserva de domínio.			
MNAI*			

6500

MARCA	ANO	LOT. ou TON.	SÉRIE - PLACA
Volkswagen	1965	4 pas.	P- 1.55.67-PA
TIPO	N. P.	ESPÉCIE	ENTRADA DE PLACETA E CONTIN.
Automóvel	36	Sedan	13.6.67
NÚMERO DO CHASSIS			CÔD. DO VEÍCULO
B5-255.726			Grena.
C. T.	EXPED.	EMITIDA EM	
		13.6.67	Belem.
DTR.	TOTAL	DEBITA	SEM
R\$ 13,50	R\$ 26,80		
CONFERE			
RUBRICA DO SERVIDOR			

9.º - **Ofício de Notas**
Tabelião
Dr. José Monteiro de Castro
Tabelião Interino
ARISTIDES SALDANHA
Substituto
Endereço: 1.º andar - Colégio Salles
A. J. C.
Maria Cândida Prado Salles
PALÁCIO DA JUSTIÇA
Av. Erasmo Braga, 115
1.º Pavimento
RIO DE JANEIRO - RJ

AUTENTI O esta fotocópia
reprodução fiel do original.
Dou fé.

Dec.-lei 2148 - 21-5-1940

Rio de Janeiro 9 ABR, 1968



205 196
Banco Moreira Gomes S. A.
TD- 507544
AGL "31L" No dia _____ de _____ de 1967

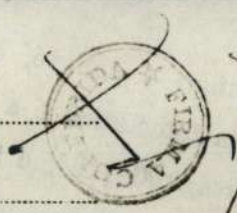
90
Vencimento em 09 de agosto de 1967
Cr\$ 3.000,00
2
No dia _____ de agosto de 1967

pagar por esta nota promissória em
ao Banco Moreira Gomes S. A. em sua caixa, ou à sua ordem, a quantia de Três mil

Rezerwa

em moeda corrente.

S. Aguiar
AVALISTA
Luiz Carlos Aguiar
AVALISTA



Belém, 11 de maio de 1967
João Marinho de S. F. L.

Os abaixo-assinados, signatários de uma nota promissória de Cr\$ 3.000,00 (Três mil e oitocentos e oitenta e sete reais) vencível em 09 de agosto de 1967, descontada pelo BANCO MOREIRA GOMES S. A.

declaram, solidariamente, para todos os fins de direito: - a) - que o desconto do referido título se fez aos juros de 12% (doze por cento) ao ano; - b) - que no caso de mora no pagamento, vencido o título, obrigam-se a pagar, de pleno direito, os juros moratórios, independente de aviso, notificação ou protesto, judicial ou extra-judicial, em taxa superior de 1% (um por cento) aos juros do desconto, ou seja à razão de 13% (treze por cento) ao ano; - c) - que no caso do Banco ingressar em juízo, contencioso ou administrativo, ainda que seja em inventário, falência, concurso de credores, dissoluções ou liquidações ou qualquer outro, para cobrança de seu crédito ou defesa de seus direitos, obrigam-se mais a pagar-lhe a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da dívida, além da despesa de imposto a ser aplicado nesta obrigação; - d) - que para a cobrança da nota promissória, juros e multa, fica eleito o fóro da Comarca de _____

, renunciando expressamente qualquer outro especial ou de exceção.

João Marinho de S. F. L.
ASSINATURA
S. Aguiar
ASSINATURA
Luiz Carlos Aguiar
ASSINATURA

ASSINATURA

de _____ de 19_____
Emitente O. de Almeida 115 Fone 6330
Enderço _____
Avalista _____
Enderço Trav. Group 16 Fone 2968
Avalista " Group 16
Enderço _____ Fone _____
Avalista _____ Fone _____
Enderço _____ Fone _____

Testemunhas:

6501

286

15.º OFFÍCIO DE NOTAS
(ANTIGO CARTÓRIO LUCO RAMOS)
TABELIAO:
Dra. CARMEN COELHO
SUBSTITUTO:
ARTHUR LAVIGNE JUNIOR
AUTORIZADOS:
LUIZ CAMPOS RIBEIRO
MANOEL PEREIRA
Rua da Assembléia, 36
Tels.: 31-0691 - 31-0872
RIO DE JANEIRO
GUANABARA

Certifico e dou fé, que a presente
cópia fotostática é a reprodução fiel
do original que me foi exibido.

Rio de Janeiro, 20 4 68

Em test. da verdade

Banco Moreira Gomes S/A

ID- 548186

AGÊNCIA "ASIL"

EM - PARA

Vencimento em 05 de Outubro

de 1967

Cr\$

No dia

Cinco

de

Outubro

de 1967

pagar

per esta nota promissória em

Belém - Par

ao Banco Moreira Gomes S. A. em sua caixa, ou à sua ordem, a quantia de

Dois mil

moeda corrente.

L. Aguiar

AVALISTA

Luzia S. Aguiar

AVALISTA

Belém, 11 de agosto de 1967

Jose Marinho F. Filho

Os abaixo-assinados, signatários de uma nota promissória de Cr\$ 2.000,00 (dois mil e cem reais) vencível em 05 de Outubro de 67 descontada pelo BANCO MOREIRA GOMES S. A.

declaram, solidariamente, para todos os fins de direito: - a) - que o desconto do referido título se fez aos juros de 12% (doze por cento) ao ano; - b) - que no caso de mora no pagamento, vencido o título, obrigam-se a pagar, de pleno direito, os juros moratórios, independente de aviso, notificação ou protesto, judicial ou extra-judicial, em taxa superior de 1% (um por cento) aos juros do desconto, ou seja à razão de 13% (treze por cento) ao ano; - c) - que no caso do Banco ingressar em juízo, contencioso ou administrativo, ainda que seja em inventário, falência, concurso de credores, dissoluções ou liquidações ou qualquer outro, para cobrança de seu crédito ou defesa de seus direitos, obrigam-se mais a pagar-lhe a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da dívida, além da despesa de imposto a ser aplicado nesta obrigação; - d) - que para a cobrança da nota promissória, juros e multa, fica eleito o fóro da Comarca de

renunciando expressamente qualquer outro especial ou de exceção.

Belém, 11 de agosto

de 1967

Emitente

Nome legível

Endereço

Fone

Avalista

Nome legível

Endereço

Fone

Avalista

Nome legível

Endereço

Fone

Avalista

Nome legível

Endereço

Fone

ASSINATURA

ASSINATURA

ASSINATURA

ASSINATURA

Testemunhas:

6502

BS

15.º OFÍCIO DE NOTAS
(ANTIGO CARTÓRIO HUCO RAMOS)
TABELIÃO:
Dra. CARMEN COELHO
SUBSTITUTO:
ARTHUR LAVIGNE JUNIOR
AUTORIZADOS:
LUIZ CAMPOS RIBEIRO
MANOEL PEREIRA
Rua da Assembléia, 36
Tels.: 31-0691 - 31-0872
RIO DE JANEIRO
GUANABARA

Certifico e dou fé, que a presente
cópia fotostática é a reprodução fiel
do original que me foi exibido.

Rio de Janeiro, 20. 4. 68
Em teste da verdade



Postal 22
Tel. MATTA

BANCO MOREIRA GOMES S.A.

Rua 15 de Novembro, 188 - Belém - Pará

AGENCIA BRASIL, 11 de agosto de 1967

REF. - DEPÓSITOS POPULARES 205.796

José Marinho Teles Filho

TÍTULOS DESCONTADOS

RENDAS DE JUROS E DESCONTOS

A DÉBITO de sua conta em referência fizemos hoje o seguinte lançamento:

PAR de n/TD-507.544, ven. em 09.08.67
IDEM Juros de Mora s/TD-acima

(TREIS MIL E DOIS CRUZEIROS NOVOS)

Banco Moreira Gomes S/A
Agência «BRASIL»

TOTAL Cr\$

IMPORTANCIA

N/TD-3.000,00 ✓
2,00 ✓

3.002,00 ✓

15.º OFÍCIO DE NOTAS
(ANTIGO CARTÓRIO HUGO RAMOS)
TABELIÃO
Dra. CARMEN COELHO
SUBSTITUTO:
ARTHUR LAVIGNE JUNIOR
AUTORIZADOS:
LUIZ CAMPOS RIBEIRO
MANOEL PEREIRA
Rua da Assembléia, 36
Tels.: 31-0691 - 31-0872
RIO DE JANEIRO
GUANABARA

Certifico e dou fé, que a presente
cópia fotostática é a reprodução fiel
do original que me foi exibido.

Rio de Janeiro, 29 4 68

Em testº da verdade



Caixa Postal 22
End. Tel. MATTA

BANCO MOREIRA GOMES S.A.

Rua 15 de Novembro, 188 - Belém - Pará

Belém, 18 de outubro de 1967

REF. — DEPÓSITOS POPULARES - 205.796
José Marinho Teles Filho

CREDORES DIVERSOS
Provisões para o I.S.O.F.

6804
5
BOL

A DÉBITO de sua conta em referência fizemos hoje o seguinte lançamento:

Provisão cobrada sobre nn/TD= 508.186 vencido em
05.10.67 conforme lei em vigor ,

(QUATRO CRUZEIROS NOVOS E SEIS CENTAVOS).

Banco Moreira Gomes S.A.
1914 - BRASIL

TOTAL Cr\$

IMPORTANCIA
R\$ 4,06
4,06

15.º OFÍCIO DE NOTAS
(ANTIGO CARTÓRIO HUGO RAMOS)

TABELIAO:

Dra. CARMEN COELHO

SUBSTITUTO:

ARTHUR LAVIGNE JUNIOR

AUTORIZADOS:

LUIZ CAMPOS RIBEIRO

MANCEL PEREIRA

Rua da Assembleia, 36

Tels.: 31-6681 - 31-6672

RIO DE JANEIRO

CEP: 20.000-000

Certifico e dou fé, que a presente
cópia fotostática é a reprodução fiel
do original que me foi exibido.

Rio de Janeiro,

20 4 88

Em test' da verdade

15.º OFÍCIO DE NOTAS
(ANTIGO CARTÓRIO HUGO RAMOS)

TABELIÃO:

Dra. CARMEN COELHO

SUBSTITUTO:

ARTHUR LAVIGNE JUNIOR

AUTORIZADOS:

LUIZ CAMPOS RIBEIRO

MANOEL PEREIRA

Rua da Assembléia, 36

Tels.: 31-0691 - 31-0872

RIO DE JANEIRO

GUANABARA

Certifico e dou fé, que a presente
cópia fotostática é a reprodução fiel
do original que me foi exibido.

Rio de Janeiro, 20 4 88

Em test. da verdade





BANCO MOREIRA GOMES S. A.

RUA 15 DE NOVEMBRO, 188

CAIXA POSTAL, 22-END. TEL.: BANGOMES
BELEM - PARA

Lanç.(s) N.º(s)

Débito	Crédito
Nº 22,50	
22,50	

CON-129 - 200 bls. 100 fls. - At'ência

Belém, 18 de outubro de 1967

Prezado(s) Senhor(ea) **José Marinho Teles Filho**

Nesta data efetuamos os seguintes lançamentos em

s/ conta 205.796 Atenciosamente

BANCO MOREIRA GOMES S. A.

Valor da comissão sobre nn/TD=
vencido em 05.10.67.

6505

(VINTE E DOIS CRUZEIROS NOVOS E
CINCOENTA CENTAVOS).

Banco Moreira Gomes S.A.
1967 - BRASIL

15.º OFÍCIO DE NOTAS
(ANTIGO CARTÓRIO HUGO RAMOS)

TABELIÃO:

Dra. CARMEN COELHO

SUBSTITUTO:

ARTHUR LAVIGNE JUNIOR

AUTORIZADOS:

LUIZ CAMPOS RIBEIRO

MANOEL PEREIRA

Rua da Assembléia, 36

Tels.: 31-0691 - 31-0872

RIO DE JANEIRO

GUANABARA

Certifico e dou fé, que a presente
cópia fotostática é a reprodução fiel
do original que me foi exibido.

Rio de Janeiro, 20 4 66

Em test. da verdade



Caixa Postal 22
End. Tel. MATTA

BANCO MOREIRA GOMES S.A.

Rua 15 de Novembro, 188 - Belém - Pará

Belém, 18 de outubro de 1967

REF. — DEPÓSITOS POPULARES - 205.796

José Marinho Teles Filho

TÍTULOS DESCONTADOS

A DÉBITO de sua conta em referência fizemos hoje o seguinte lançamento:

Valor de nn/TD= 508.186 vencido em 05.10.67,

Juros de móra sobre o título acima,

(DOIS MIL E NOVE CRUZEIROS NOVOS).

Banco Moreira Gomes S.A.
Agência - BRASIL

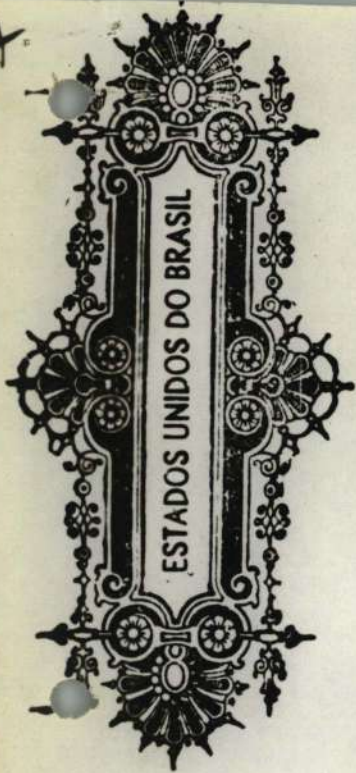
TOTAL Cr\$

IMPORTANCIA

R\$ 2.000,00

9,00

2.009,00



N. 1



6509-
89A

NCr\$ 300,00 -

No dia 5 de julho de 1967

pagat ei por esta Nota Promissoria neste lugar ou onde seja apresentada

a Antonio Pereira Leal ou à sua ordem

a quantia de TRZENTOS CRUZEIROS NOVOS

X em moeda corrente

Belém 30 de maio de 1967

Jose Marinkoseles Filho

15.º OFÍCIO DE NOTAS
(ANTIGO CARTÃO DE NOTAS)
Dra. CARMEN COELHO
TABELA Nº 2
AUTORIZADO POR:
LUIZ CAMPOS RIBEIRO
MANOEL PEREIRA
Rua da Assembleia, 36
Tele: 31-0691 - 31-0872
RIO DE JANEIRO
GUANABARA

Certifico e dou fé, que a presente
cópia fotostática é a reprodução fiel
do original que me foi exibido.

Rio de Janeiro, 20 4 99
Em test's
da verdade

N. 2

(a)

6508

NCr\$ 300,00

No dia 5 de agosto de 1967

pagarei por esta Nota Promissoria neste lugar ou onde seja apresentada

a Antonio José Pereira Leal ou à sua ordem

a quantia de Trezentos cruzeiros novos

X em moeda corrente

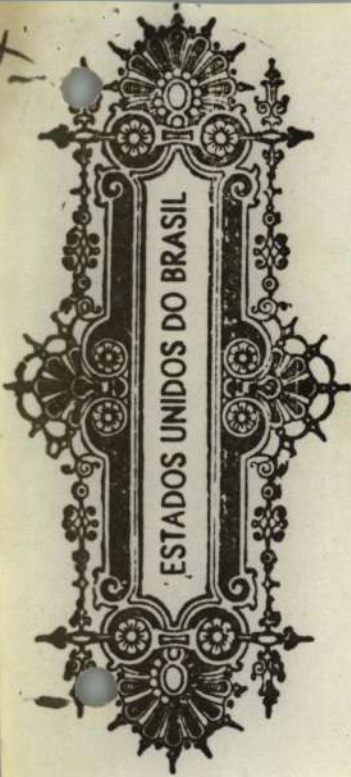
Belém 30 de maio de 1967

José Mariunkoteles Fiebig

ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

15.º OFÍCIO DE NOTAS
(ANTIGO CARTÓRIO HUGO RAMOS)
TABELIAO:
Dra. CARMEN COELHO
SUBSTITUTO:
ARTHUR LAVIGNE JUNIOR
AUTORIZADO:
LUIZ CAMPOS FIBEIRO
MANCEL PEREIRA
Rua da Assembleia, 36
Tels.: 31-6601 - 31-0872
RIO DE JANEIRO
GUANABARA

Certifico e com fé, que a presente
cópia fotostática é a reprodução fiel
do original que me foi exibido.
Rio de Janeiro, 20 4 08
Em test. da verdade



N.º 3

10

6509 NCrs 300,00

No dia 5 de setembro de 1967

pagar-se por esta Nota Promissoria neste lugar ou onde seja apresentada

a Antonio José Pereira Leal ou à sua ordem

a quantia de Trezentos e noventa e nove reais e dez centavos

X em moeda corrente

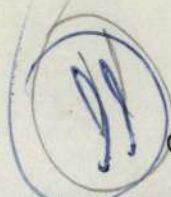
Belém, 30 de maio de 1967
José Marinho Teles Figueira

15.º OFÍCIO DE NOTAS
ANTIGO CARTÓRIO HUGO RAMOS
TABELAÇÃO:
Dra. CARMEN COELHO
SUBSTITUTO:
ARTHUR LAVIGNE JUNIOR
AUTORIZADOS:
LUIZ CAMPOS FIBEIRO
MANOEL PETERA
Rua da Assembleia, 36
Tel.: 31-0801 - 31-0872
RIO DE JANEIRO
GUANASARA

Certifico e dou fé, que a presente
cópia fotostática é a reprodução fiel
do original que me foi exibido.
Rio de Janeiro, 20. 4. 68
Em teste
68 verdade



N. A



⁶⁵¹⁰
~~1236~~ NCr\$ 300,00

No dia 5 de outubro de 1967

pagat ei pot esta **Nota Promissoria** neste lugar ou onde seja apresentada

a Antonio José Pereira Leal ou à sua ordem

e quantia de Trezentos cruzeiros novos X

X em moéda corrente

Belém 30 de maio de 1967

José Maximiliano Fiel

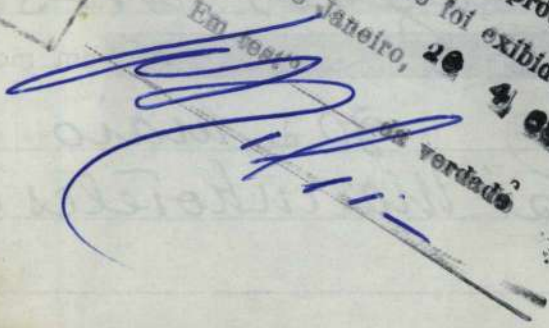
15.º OFÍCIO DE NOTAS
(ANTONIO CARTORO HUGO RAMOS)

TABELIÃO:
Dra. CARMEM COELHO
SUBSTITUTO:
ARTHUR LAVIGNE JUNIOR
AUTORIZADO POR:
LUIZ CAMPOS RIBEIRO

Rua da Assembleia, 36
Fala: 31-0801 - 31-0872
RIO DE JANEIRO
QUILATE 18

Certifico e dou fé, que a presente
cópia fotostática é a reprodução fiel
do original que me foi exibido.

Rio de Janeiro, 20 4 00
Em test. da verdade





N. 5

(12)

6511

NCr\$

300,00

No dia 5 de novembro de 1967

pagat-se por esta Nota Promissoria neste lugar ou onde seja apresentada

a Antonio Fri Pereira Leal ou à sua ordem

a quantia de Trezentos cruzzeiros novos

em moéda corrente

Belém, 30 de maio de 1967

Fri Martinho Sales Filho

13.º OFÍCIO DE NOTAS
(ANTIGO CARTÓRIO HUGO RAMOS)
TABELIAO:
Dra. CARMEN COELHO
SUBSTITUTO:
ARTHUR LAVIGNE JUNIOR
AUTORIZADOS:
LUIZ CAMPOS RIBEIRO
MANOEL FERREIRA
Rua da Assembleia, 36
Tels.: 31-0691 - 31-0872
RIO DE JANEIRO
GUANABARA

Certifico e dou fé que a presente
cópia fotostática é a reprodução fiel
do original que me foi exibido.

Rio de Janeiro, 20 4 66

Em teste da verdade

N. 6

13

6572
880

NCr\$

300,00

No dia 5 de dezembro de 1967

pagat ei por esta Nota Promissoria neste lugar ou onde seja apresentada

a Antonio Pereira Leal ou à sua ordem

a quantia de ~~trezentos cruzeiros novos~~

em moeda corrente

Belém 30 de maio de 1967

José Maranhão F. de S.

ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

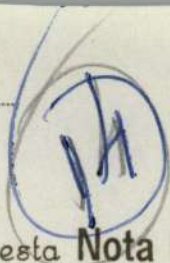
15.º OFÍCIO DE NOTAS
(ANTIGO CARTÓRIO HUGO RAMOS)
TABELIÃO:
Dra. CARMEN COELHO
SUBSTITUTO:
ARTHUR LAVIGNE JUNIOR
AUTORIZADOS:
LUIZ CAMPOS RIBEIRO
MANOEL FERREIRA
Rua da Assembleia, 36
Tels.: 31-0691 - 31-0872
RIO DE JANEIRO
GUANABARA

Certifico e dou fé, que a presente
cópia fotostática é a reprodução fiel
do original que me foi exibido.

Rio de Janeiro, 20 4 68
Em test.º da verdade



N. 7



65/3

NCr\$ 200,00 -

No dia 5 de janeiro de 1968

pagar ei por esta Nota Promissoria neste lugar ou onde seja apresentada

a Antonio José Pereira Leal ou à sua ordem

a quantia de Duzentos cruzeiros novos

X em moeda corrente

Belem 30 de maio de 1967

José Marinho Teles Fieira

15.º OFÍCIO DE NOTAS
(ANTIGO CARTÓRIO HUGO RAMOS)
TABELIAO:
Dra. CARMEN COELHO
SUBSTITUTO:
ARTHUR LAVIGNE JUNIOR
AUTORIZADOS:
LUIZ CAMPOS RIBEIRO
MANOEL PEREIRA
Rua da Assembleia, 36
Tels.: 31-0691 - 31-0872
RIO DE JANEIRO
GUANABARA

Certifico e dou fé, que a presente
cópia fotostática é a reprodução ~~1101~~
do original que me foi exibido.

Rio de Janeiro, 26 4 88

Em testº da verdade



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Segurança Pública

DELEGACIA ESTADUAL DE TRÁNSITO GUIA DE RECEITA GRE

Nº 42150

EXERCÍCIO

1966

6574

O Sr. Antonio Jose Pereira, val
recolher aos cofres da Tesouraria do D. E. T. a quantia de Cr\$ 4000

(Quatro mil e quinhentos)
relativa as taxas abaixo especificadas: Auto Particular Ch-25-1803

CONTROLE		HABILITAÇÃO		EMPLACAMENTO	
D. E. T. CONTRIBUIÇÃO	Multas		Exam. Hab.		Placa
			1.ª Via Anual		Selo
	Sub-total		1.ª Via Profil.		Matricula
	Estadia				
	Pericia		Sub-total		Sub-total
	Rebogue		Certif. Pront.		Visoria
	Serv. Espec.		2.ª Via Anual		
	Rolagem		3.ª Via Profil.		Sub-total
			Lic. Espec.		C.R.V.A.M.
			Arquivo		Trans. Prop.
D. E. T.			Certidão		Mod. Carac.
			Taxa Urgen.		Lic. Espec.
					Certidão
	Sub-total		Sub-total		Sub-total
	Taxa Espec.		Taxa Espec.		Taxa Espec.
	Total		Total		Total

Total Geral 4000

Valor Recebido

4000
6574

Batém, 29.7.66

Francisco S
ASSINATURA

15.º OFÍCIO DE NOTAS
 (ANTIGO CARTÓRIO HUGO RAMOS)
 TABELIAO:
 Dra. CARMEN COELHO
 SUBSTITUTO:
 ARTHUR LAVIGNE JUNIOR
 AUTORIZADOS:
 LUIZ CAMPOS RIBEIRO
 MANOEL PEREIRA
 Rua da Assembleia, 36
 Tels.: 31-0691 - 31-0872
 RIO DE JANEIRO
 GUANABARA

Certifico e dou fé, que a presente
 cópia fotostática é a reprodução fiel
 do original que me foi exibido.

Rio de Janeiro,

Em testº

da verdade

20 4 08

EXERCÍCIO 67

O Sr. Jose Afonso Sales Filho ⁶⁵¹⁵
recolher aos cofres da Tesouraria da D.E.T. a quantia de NCr\$ 20,35

Quilte cruzeiro e trinta e cinco centavos
relativo as abaixo especificadas: Quilte - 15567

CONTROLE		HABILITAÇÃO		EMPLACAMENTO		
D.E.T.	Multas	D.E.T.	Exame Hab.	S.E.G.U.P.	Placa	5,00
			1ª Via Amad.		Selo	3,00
	Sub-total		1ª Via Profs.		Matricula	0,50
	Estanda					
	Perícia					
	Reboque		Sub-total	8,50		
	Serv. Espec.		Cart. Prof.			
	Outra		2ª Via Amad.			
			2ª Via Profs.			
			Lic. Espec.			
D.E.T.		D.E.T.	Averbacia	S.E.G.U.P.	C. R. V. A. M.	2,00
			Certidão		Trans. Prop.	2,00
			Taxa Urgen.		Lic. Espec.	2,85
	</					

Total Geral

20,35



Belém,

13/6/67

ASSINATURA

15.º OFÍCIO DE NOTAS
(ANTIGO CARTÓRIO HUGO RAMOS)
 TABELIAO:
Dra. CARMEN COELHO
 SUBSTITUTO:
ARTHUR LAVIGNE JUNIOR
 AUTORIZADOS:
LUIZ CAMPOS RIBEIRO
MANOEL PEREIRA
 Rua da Assembléia, 36
 Tels.: 31-0691 - 31-0872
 RIO DE JANEIRO
 GUANABARA

Certifico e dou fé, que a presente
 cópia fotostática é a reprodução fiel
 do original que me foi exibido.

Rio de Janeiro,

Em teste

20 4 08

da verdade

Estado do Pará
Secretaria de Segurança Pública
DEPARTAMENTO DE TRANSITO **GUIA DE RECEITA GRE**

6516
Nº 26702

EXERCÍCIO

O Snr. Yose Umarino F. Testa
recolher aos cofres da Tesouraria do D. E. T. a quantia de NCr\$ 700

(Rate Cel. J. Lins)
relativa às taxas abaixo especificadas: Historia

CONTRÔLE		HABILITAÇÃO		EMPLACAMENTO	
D. E. T. COMISSÃO	Multas		Exame Hab.		Placa
			1.ª Via Amad.		Selo
			1.ª Via Profis.		Matricula
	Sub-total				
	Estadia				
	Pericia				
	Reboque				
	Serv. Espec.				
	Baixa				
D. E. T. COMISSÃO			Sub-total		Sub-total
			Certi. Pront.		Historia
			2.ª Via Amad.		
			2.ª Via Profis.		
			Lic. Espec.		
			Averbacão		
			Certidão		
			Taxa Urgen.		
D. E. T. COMISSÃO			Sub-total		Sub-total
			Taxa Espec.		Taxa Espec.
D. E. T. COMISSÃO					

Total Geral 700

Valor Recebido

Belem, 8.1.61

Em 8.1.61

ASSINATURA

15.º OFÍCIO DE NOTAS
(ANTIGO CARTÓRIO HUGO RAMOS)
TABELIAO:
Dra. CARMEN COELHO
SUBSTITUTO:
ARTHUR LAVIGNE JUNIOR
AUTORIZADOS:
LUIZ CAMPOS RIBEIRO
MANOEL PEREIRA
Rua da Assembleia, 36
Tels.: 31-0691 - 31-0872
RIO DE JANEIRO
GUANABARA

Certifico e dou fé, que a presente
cópia fotostática é a reprodução fiel
do original que me foi exibido.

Rio de Janeiro, 20 4 00
Em teço da verdade

Prefeitura Municipal de Belém

SECRETARIA DE OBRAS

LICENÇA PARA VEICULOS

TALÃO N.º 136 EXERCÍCIO 1967 N.º 8882

RECEBI a importância de

proveniente do ALVARÁ DE LICENÇA (Lei n.º 3.221), para circulação no MUNICÍPIO DE BELÉM, de um veículo

Modêlo

Marca

Motor n.

H. P. de força, de propriedade do Sr.

residente à

registro sob o n.º

Observação:

por ter sido recebida a importância deste ALVARÁ, foi expedido o presente CONHECIMENTO que vai devidamente assinado.

Belém, ... 6. 6. 1967.

O ESCRITURÁRIO

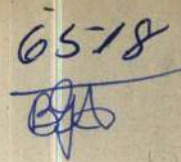
Diretoria da Receita da SECRETARIA DE FINANÇAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM.

Alvará	: R\$	100
Circulação	: R\$	800
Estacionamento	: R\$	100
Matrícula	: R\$	100
Sub-Total	: R\$	1200
Multa	: R\$	0,00
A Pagar	: R\$	1200

15.º OFÍCIO DE NOTAS
(ANTIGO CARTÓRIO HUGO RAMOS)
TABELIAO:
Dra. CARMEN COELHO
SUBSTITUTO:
ARTHUR LAVONE JUNIOR
AUTORIZADO:
LUIZ CAMPOS LACERDA
MARCELO PEREIRA
Rua da Assunção, 53
Tels.: 31-4801 - 31-4872
RIO DE JANEIRO

Certifico e dou fé, que a presente
cópia fotostática é a reprodução fiel
do original que me foi exibido.

20 4 00
Rio de Janeiro, 20 de Janeiro, 2000
L. Lavone Junior
da Verdade



19

Reconheço por semelhança
Gray O'Brien, filho de João
em 30 de Junho de 1968
Em testemunho da verdade
[Signature]



REPÚBLICA DO BRASIL
MUNICÍPIO DE BELÉM — ESTADO DO PARÁ

REGISTRO DE IMÓVEIS
Segundo Ofício
EUNICE GALVÃO V. COSTA
Oficial Substituto



BELÉM AMAZONENSE DA COSTA

Oficial vitalício, do Segundo Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Belém, Capital do Estado do Pará, República do Brasil, por nomeação legal.

20

6519
EJB

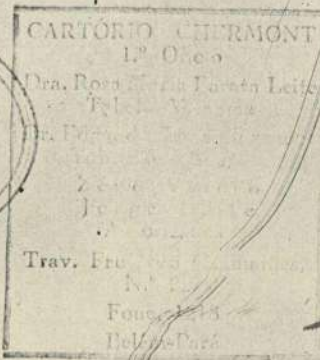
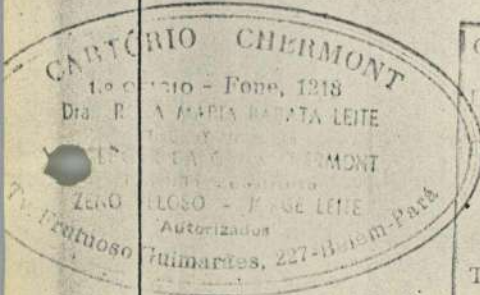
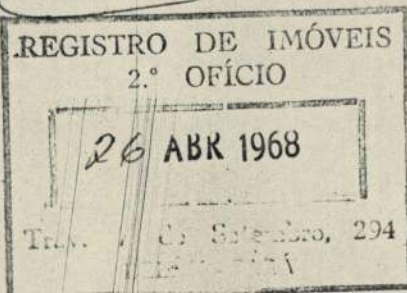
CERTIFICO, em virtude das atribuições que me são conferidas por LEI que revendo neste Cartório, a requerimento de pessoa interessada, os livros de "TRANSCRIÇÃO DAS TRANSMISSÕES" e os de "REGISTROS DIVERSOS", verifiquei que em nome de JOSE MARINHO TELES FILHO, funcionário público federal, e sua mulher MARIA DE LOURDES DA SILVA TELES, funcionária pública federal, ambos brasileiros, domiciliados e residentes nesta cidade.- NÃO CONSTA nenhum imóvel registrado neste Cartório por qualquer título de aquisição.

- O REFERIDO É VERDADE, DO QUE DOU FÉ.-

Belém, 26 de Abril de 1.968.-

Cartório
REC.
Chermont

Escrevente autorizado juramentado



Reconheço por semelhança

Belém, 30 de Abril de 1968

da verdade

FIRMA A
RUA DO ROSÁRIO, 134
TABELIÃO JOÃO MASSOL
ANTIGO
Cartório Lino Moreira

NCR\$5,00

CERTIDÃO

6520

391

José Milton de Lima Sampaio, bacharel em ciências jurídicas e sociais, serventuário vitalício do ofício Único de Escrivão de Expediente de Menores, não Orfãos, Abandonados e Delinquentes e de Registros Públicos da Comarca da Capital do Estado do Pará, República dos Estados Unidos do Brasil, etc.

(21)

CERTIFICO, em virtude das atribuições que me são conferidas por lei, e a requerimento verbal de pessoa interessada que, nesta Comarca de Belém, Estado do Pará, existem somente dois (2) Cartórios de Registros de Imóveis, considerados como dos 1º e 2º Ofícios, a cargo respectivamente, do Sub - Oficial CLEÓGENES MEIRELES DE MOURA e Oficial BELEM AMAZONENSE DA COSTA. O referido é verdade e dou fé.

Belém, 2 de maio de 1968.

O Esc.,

JOSE MILTON DE LIMA SAMPAIO.



FIRMA
RUA DO ROSÁRIO, 134
TABELIÃO JOÃO MASSOT
ANTIGO
Cartório Lino Moreira

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
1º OFÍCIO
Dra. Rosa Maria Barata Lute
Tabelião Vitalício
Dr. Edgar da Silva Chermont
Tabelião Vitalício
Zeno Veloso
Jorge Leite
Assessores
Trav. Francisco Guimarães,
134-227
Fone, 1218
Belém-Pará

Reconheço por assinatura

José Milton de Lima Sampaio

Belém, 2 de maio de 1968

Assinatura da verdade,

[Assinatura]

6521
BJS

PODER JUDICIÁRIO
CARTÓRIO DOS FEITOS DA FAZENDA

Segundo Ofício
Belém - Pará

22

ANA DA MATA LOBATO, Serventuária
vitalícia do Segundo Ofício de Escrivã dos Fei-
tos da Fazenda Pública da Comarca de Belém,
Capital do Estado do Pará, República dos Esta-
dos Unidos do Brasil, por nomeação legal, etc.

CERTIFICA, em virtude das atribuições que lhe
confére a Lei e a requerimento verbal de pessoa inte-
ressada, que neste Cartório deu entrada no dia 23 de
maio de 1967, um processo de sequestro requerido pe-
lo Serviço de Assistência ao Índio, antigo Serviço de
Proteção aos Índios, tendo sido deferido pelo Meritis-
simo Doutor Juiz Federal, e até a presente data não
foi pedida desistência do mesmo, pelo Serviço de Assis-
tência ao Índio. O referido é verdade e dou fé. Dado
e passado nesta cidade de Belém do Pará, aos 2 dias do
mês de maio do ano de 1968. Eu *Ana da Mata Lobato*
Escrivã que o datilografei, subscrevo e assino.

Cartório
Queiroz Santos

Belém, 2 de maio de 1968
Ana da Mata Lobato

* MAIO 1968
ANA DA MATA LOBATO
Escritura
Belém - Pará - Brasil

CARTÓRIO QUEIROZ SANTOS
por ter conferido com ou-
tro em meu arquivo, a(s)
assinada(s) com
esta data
da verdade
Belém, 02 de maio de 1968

CARTÓRIOS DO 3.º OFÍCIO DE NOTARIADO
TABELIÃO
Dr. Armando de
Queiroz Santos
ADALDO DE QUEIROZ
SANTOS
Tabelião Substituto
Belém - Pará - Brasil



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

2.ª INSPETORIA REGIONAL DO PARÁ

OFÍCIO nº 2/67

Altamira - Em: 27 de abril de 1967

Do - CHEFE SUBSTITUTO DA 2A. ININD DO SPI

Ao - EXMO. SR. JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE ALTAMIRA

Assunto - Comunicação-Providências (SOLICITA)

EXMO. SR. JUIZ DE DIREITO:

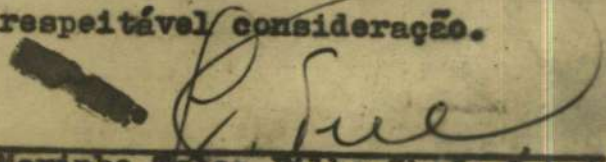
Leve ao conhecimento de Vossa Excelência, haver chegado ao conhecimento desta Chefia, estar o cidadão JOSÉ ARAÚJO, comerciante ambulante, no Município de São Felix, colhendo castanha na localidade denominada "Trairão", no rio Frêsko, área pertencente a reserva indígena do Poind Gorotire.

II. Segundo a procedência da denúncia, se diz o cidadão JOSÉ ARAÚJO, possuir autorização do Encarregado do Posto Indígena, para trabalhar com os índios, o que se fôr verdade, não exclui da irregularidade, uma vez que os Senhores Encarregados de Poinds não possuem atribuições para fornecer autorizações dessa natureza.

III. De conformidade com o Art. 186 da nova Constituição Federal, o direito ao usufruto de produtos nativos existentes na área indígena, só é permitido ao S.P.I., na pessoa de seus servidores, juntamente com índios jurisdicionados a Unidade Indígena, sendo esse direito vedado à terceiros.

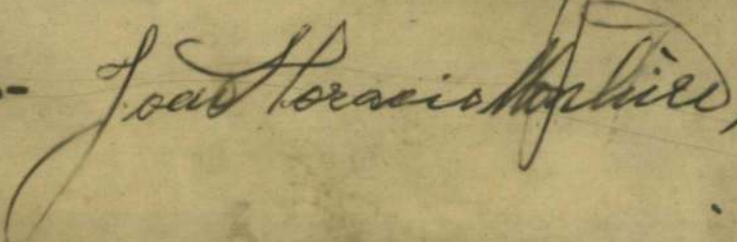
IV. Diante da lamentável ocorrência, solicito que Vossa Excelência, com a devida vênia, determine a apreensão do produto, que se encontra em viagem para este destino, ocasião que será esclarecido a veracidade da denúncia.

No ansêjo, apresento a Vossa Excelência, protestos de elevada estima e respeitável consideração.


José Marinho Tavares Filho-Chefe Subst.

ININD-2 do SPI.-

JMF/JMF.-


Reco

Reconheço verdadeira a assinatura supra,
de João Levecio Mon-
Jesse

Altamira-Pará, 17 de maio de 1967

Em testemunho de João Levecio Mon-Jesse verdadeiro

Clotilde Tolentino de Azeite
TABELA VITALICIA



Reconheço a assinatura de João Levecio Mon-Jesse e Clotilde Tolentino de Azeite e dou fé que a presente cópia fotostática confere com o original, que me foi exibido nesta data, pelo que autentico esta via.

João Levecio Mon-Jesse
Clotilde Tolentino de Azeite

Carlos N. A. Mascarenhas
TABELA VITALICIA
TABELA SUBSTITUTO
DARCY BEZERRA MASCARENHAS
ESCREVENTE AUTORIZADA



1º OFÍCIO DE NOTAS Tabela Dra. ROSA MARIA LEITE Substituto Dr. EDGAR CHERMONT Autorizados ZENO VELOSO JORGE LEITE Travessa Frutuoso Guimarães, 227 Telefone, 1218 Belém-Pará	Certifico e dou fé que a presente cópia fotostática confere com o original, que me foi exibido nesta data, pelo que autentico esta via. Em sinal <u>de</u> da verdade Belém, 22 de 05 de 1967 <u>João Levecio Mon-Jesse</u> <u>Clotilde Tolentino de Azeite</u>
---	--

INSTRUMENTO particular de contrato de exploração de madeira que entre si fazem a 2ª Inspeção Regional' do Serviço de Proteção aos Índios, representada pelo seu Chefe Sr. // FRANCISCO FURTADO SOARES DE MEIRELLES e o Sr. WLADIRSON OLIVEIRA PENNA, brasileiro, casado, residente' à rua Senador Manuel Barata, nº410 conforme abaixo melhor se declara:

Pelo presente instrumento particular de contrato de exploração de madeira, entre as partes acima referidas, ficou justo e acertado o seguinte:

1. O primeiro contratante concede, por este meio ao segundo contratante, exclusividade para a exploração de madeira de densidade inferior a 0,900 ks., cedro, cedruí e - outras do gênero, no interior do Posto Indígena de Atração "Mãe Maria", localizado no Município de Marabá, neste Estado.
2. O segundo contratante fica autorizado a derrubar até duas mil (2.000) árvores, nas condições aqui especificadas.
3. A presente concessão tem o prazo de 18 meses, a partir da data da assinatura deste contrato.
4. O segundo contratante pagará à primeira contratante a quantia de SETE MIL CRUZEIROS -(Cr\$ 7.000) por cada árvore abatida, sendo o pagamento efetuado da seguinte maneira: 20% sobre o valor do referido contrato 90 dias após a assinatura, o restante em parcelas trimestrais de acordo com o número de árvores derrubadas.
5. As despesas com a exploração da madeira, pagamento de pessoal, sua alimentação, transporte, taxas e impostos que porventura recaíam sobre o produto, correrão exclusivamente por conta do segundo contratante.

6. É expressamente vedado ao segundo contratante e seus empregados explorar, por qualquer meio, outros produtos existentes no interior do Posto Indígena, com exceção de caça e pesca destinados exclusivamente à sua alimentação.

7. É vedado ao segundo contratante a derrubada ou retirada de madeiras com densidade acima de 0,900 ks. ou seja madeiras pesadas.

8. Fica o segundo contratante autorizado a derrubar árvores de pequeno porte que se destinarem ao rolamento dos toros maiores, bem como daquelas que se situarem no leito das pistas de rolamento. Essa madeira não será retirada do interior do referido Posto.

9. A primeira contratante poderá exercer fiscalização sobre os trabalhos de extração, por intermédio de seus funcionários.

10. O segundo contratante poderá transferir o presente contrato a terceiro, com a expressa anuência da 2ª Inspeção Regional, permanecendo, nesse caso, solidariamente responsável por todos os direitos e obrigações aqui mencionadas.

11. Para efeito de liquidação das obrigações aqui assumidas, considerar-se-á devido o pagamento por árvore à sua simples derrubada, independentemente de haver sido colocada ou não em vias de escoamento do Posto Indígena de Atração "Mãe Maria".

12. É terminantemente proibido aos trabalhadores empregados na extração de madeira o uso de qualquer bebida alcoólica no interior do Posto ou a sua venda, troca ou doação aos indígenas ali residentes.

Belém, 5 de julho de 1966

Transmitido para Sr. de Marinho

Cartório
REC.
Chermont
Cartório

1ª Testemunha:

2ª Testemunha:

WAS/ZRS

CARTÓRIO CHERMONT
 1.º Ofício
 Dra. ROSA MARIA BARATA LEITE
 Tel. 1213 Viciada
 Dr. EDGARI VIGOR CHERMONT
 Tel. 1213 Viciada
 HUMBERTO CHERMONT
 Tel. 1213 Viciada
 Trav. Frutuoso Guimarães
 N.º 227
 Fone - 1218
 Belém-Pará

Reconheço por semelhança *Francisco Leão de Aguiar*
Francisco Leão de Aguiar
Francisco Leão de Aguiar
 em 6 de julho de 1966
 Em testemunho de verdade.
Recall



Francisco Leão de Aguiar
Francisco Leão de Aguiar
Francisco Leão de Aguiar

Observe com a coisa foi colocada
com João a garantia e lição 6525
25
Cr\$250.000,00

Recebi do senhor **FRANCISCO DAS CHAGAS PINTO**, brasileiro, casado, comerciante, residente nesta cidade, a importância de **DUZENTOS E CINQUENTA MIL CRUZEIROS** // como sinal e princípio de pagamento de preço certo e ajustado de Cr\$1.200.000,00 (**UM MILHÃO E DUZENTOS MIL CRUZEIROS**) // por quanto lhe vendi o seguinte imóvel de minha (nossa) propriedade: **Um terreno situado à rua Governador Vitório, contendo uma casa de tijolo coberta de telhas de barro, sob o nº 282, 2º distrito desta cidade, medindo dezoito metros e cinquenta centímetros de frente, o referido terreno,**

pelo que dou ao mesmo comprador plena e geral quitação do sinal ora recebido, ficando o restante do preço para ser pago dentro do prazo de **trinta (30)** dias, a contar desta data, quando me obrigo a outorgar e assinar a respectiva escritura definitiva de venda, a favor do referido comprador ou de quem fôr por ele designado, sob pena de, não o fazendo, ficar sujeito a restituir-lhe em dobro, as importâncias recebidas por conta do aludido preço. Se o arrependimento fôr, porém, ocasionado pelo mencionado comprador perderá ele o direito à devolução do que houver pago por conta do preço ajustado.

Estando de inteiro e pleno acôrdio com os termos acima expressos, assina o presente o referido comprador que, efetivamente, se obriga a adquirir o imóvel supra descrito. — Vai o presente selado com estampilhas federais no valor de.....

Obs: - Ficando o restante do preço para ser pago da seguinte forma: - Cr\$550.000,00 em moeda corrente, e legal do País e Cr\$400.000,00 representada por 5 notas promissórias do valor de Cr\$80.000,00 cada uma, com vencimentos mensais, devidamente assinadas pelo comprador e avalizadas pela firma PINTO & CIA., no ato da assinatura da respectiva escritura definitiva de venda; Todas as despesas com a referida escritura definitiva de venda correrão por conta exclusiva do comprador.

Maranhão, 6 de Novembro de 1967

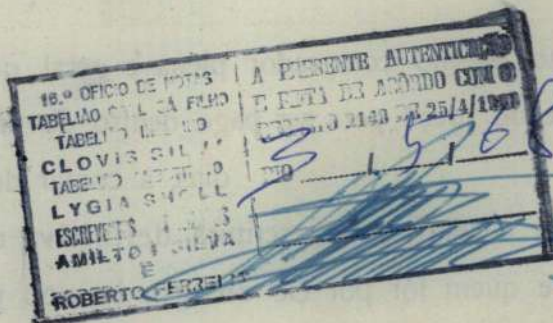
João da Costa Correia de Melo

Francisco das Chagas Pinto

Testemunhas:

João da Costa Correia de Melo

Raimundo R. Costa



EDIFICIO ALBEN E ALMY

ALFÂNDEGA DE BELÉM
SELO DE REGISTRO

N.º 19030.07
Paga
de 195

6526 26
CONTRATO PARTICULAR de Construção de Apartamento e de Cessão Parcial de promessa de venda e compra, que entre si fazem JOÃO RUY CASTELO BRANCO DE CASTRO, como incorporador e cedente de direitos, e JOSE MARINHO

TELES FILHO

como cessionário e proprietário de apartamento, na forma

abaixo: **CARTORIO QUEIROZ SANTOS**

Reconheço como verdadeira(s) a(s)

firma(s) assinalada(s) com esta

CARTÓRIO

QUEIROZ SANTOS

UNIDADE ADQUIRIDA:— Apartamento Nº 406.

ADQUIRENTE: JOSE MARINHO TELES FILHO.

ENDEREÇO PARA COBRANÇA: Rua Óde Almeida, Belém, 19 de fevereiro de 1963

NILDEBERTO BRUNO DOS REIS

Pelo presente instrumento particular, os no fim assinados João Ruy Castelo Branco de Castro, a seguir denominado **Primeiro Contratante**, e JOSE MARINHO TELES FILHO, adiante denominado **Segundo Contratante**, ajustaram e contrataram o seguinte:

Primeiro:— Que, por escritura pública de 10 de janeiro de 1961, lavrada às fls. 138 do livro n.º 255 das notas do Cartório Diniz, -desta cidade, devidamente transcrita no Registro de Imóveis, Primeiro Ofício desta Comarca, sob o n.º 16.420, no Livro 3-H, fls. 24, o **Primeiro Contratante**, adquiriu em caráter de promessa de venda e compra, de Leonides Alves Correia, representando a herança de Antonio Gomes Correia, devidamente autorizada por alvará judicial que ficou arquivado no Cartório Diniz, desta cidade, o terreno, onde está sendo construído o Edifício «ALBEN» e «ALMY», situado na confluência da Avenida Comandante Braz de Aguiar com a travessa Quintino Bocaiuva, circundando a propriedade pertencente a confeitaria Americana, medindo, pela referida travessa 30,95 m, e de extensão pela lateral direita 25,30 m; pela lateral esquerda formada de 3 elementos; o primeiro, com 13,80 m; o segundo, com 14,35 m; e o terceiro com 11,50 m, todos em ângulos retos; tendo a linha travessão dos fundos 45,30 m.

Segundo:— Que, pela mesma escritura de promessa de venda e compra acima referida, ficou facultado ao **Primeiro Contratante**, o direito de traspasar toda a área do terreno para si ou para quem expresamente indicar, no todo ou parceladamente;

Terceiro:— Que, usando da faculdade que lhe foi concedida o **Primeiro Contratante**, cede e transfere, parcialmente, ao **Segundo Contratante**, o direito que lhe assiste de promitente comprador, mas tão somente, quanto a fração ideal do citado terreno, que corresponderá ao apartamento N.º 406 do quarto (4.º) andar do Edifício «ALBEN» e «ALMY», pelo preço de Cr\$ 50.000,00 (CINCOENTA MIL CRUZEIROS) que foi pago e liquidado, neste ato e ocasião, em moeda corrente do País, ficando de inteira responsabilidade do **Segundo Contratante** todas as despesas que se fizerem necessárias ao traspasse para o seu nome da fração ora vendida, inclusive laudêmos e Impostos Sobre Lucros Imobiliários;

Quarto:— Que, o **Primeiro Contratante** João Ruy Castelo Branco de Castro, estando construindo pelo sistema de incorporação, conforme Lei 5.481 de 25 de junho de 1928 e alterações, o edifício de onze pavimentos, denominado «ALBEN» e «ALMY», composto de lojas e apartamentos residenciais, de acordo com o projeto aprovado pela Prefeitura Municipal de Belém, se compromete e obriga a construir para o **Segundo Contratante** JOSE MARINHO TELES FILHO o apartamento correspondente a fração ideal que a este foi vendida, de número 406 no quarto (4.º) andar, pelo preço certo de Cr\$ 2.950.000,00 (DOIS MILHOES NOVECENTOS E CINCOENTA MIL CRUZEIROS) no qual se incluiu a participação do **Segundo Contratante**, nas dependências em condomínio, como sejam halls de entrada e dos andares superiores, escadas, condutor de lixo, elevadores, bombas e tudo o mais que ficar determinado por ocasião da escritura de convenção própria;

Quarto: — Que, o Segundo Contratante pagará o preço total de Cr\$ 3.000.000,00 (TREIS MILHÕES DE CRUZEIROS) proveniente da venda da fração ideal no valor de Cr\$ 50.000,00 (CINCOENTA MIL CRUZEIROS) e da construção mencionada na cláusula quarta (4ª) supra, da seguinte forma:

Cr\$ 550.000,00 (QUINHENTOS E CINCOENTA MIL CRUZEIROS), no ato das assinaturas deste contrato.
Cr\$ 500.000,00 (QUINHENTOS MIL CRUZEIROS), no ato das entregas da CHAVE de referido Apartamento.
30 (TRINTA) prestações no valor, cada uma, de Cr\$ 65.000,00 (SESSENTA E CINCO MIL CRUZEIROS), com vencimentos, MENSAIS e consecutivos a começar no dia 30 TRINTA de MARÇO do ano de 1963.

Sexto: — O preço total estabelecido na cláusula quinta (5ª) é fixo, não podendo ser reajustado.
Sétimo: — A construção do apartamento, objeto deste Contrato obedecerá as plantas e especificações, ambas assinadas pelo Primeiro Contratante.

Oitavo: — Qualquer modificação na construção da unidade ora contratada, será solicitada por escrito e, se autorizada pelo Primeiro Contratante, o Segundo se obriga a paga-la de acordo com o orçamento aprovado e na forma a ser estipulado.

Nono: — O prazo para entrega do apartamento adquirido, pronto para ser utilizado, salvo motivo de comprovada força maior, será de 2 anos e seis meses, a contar da data em que foi assinado este Contrato.

Décimo: — O Segundo Contratante, não poderá ceder ou transferir os direitos decorrentes da presente aquisição sem expresso consentimento do Primeiro Contratante, enquanto não for ultimado o pagamento da última prestação prevista na cláusula quinta, no caso de ser dado consentimento, o Segundo Contratante receberá a quantia correspondente a 3% sobre a nova transação.

Décimo Primeiro: — Cada prestação ficará obrigatoriamente incorporada ao sinal e início de pagamento. A falta de pagamento das prestações por mais de sessenta dias importará em rescisão automática deste Contrato e arrependimento do Segundo Contratante, independente de interposição judicial, que, desta forma, perderá em proveito do Primeiro Contratante, tudo quanto houver pago até tal data, ficando o Primeiro Contratante, nessa hipótese, investido de amplos poderes para vender o apartamento, objeto deste Contrato, no estado em que o mesmo estiver, com a respectiva fração ideal de terreno.

Décimo Segundo: — O Segundo Contratante, obriga-se ainda a comparecer no local, dia e hora previamente designados pelo Primeiro Contratante, para assinar a escritura de compra e venda dos avós do terreno, o de construção e o de Convenção do Edifício que se regerá pelo Código Civil e pela Lei 5.481 e alterações.

Décimo Terceiro: — Se, por qualquer circunstância, não for realizada a Incorporação do Edifício, «ALBEN» e «ALMY», a quantia ora entregue como sinal ao Primeiro Contratante será restituída ao Segundo Contratante, sem qualquer reparação ou indenização seja por que motivo for.

Décimo Quarto: — O presente Contrato, com seus ônus e vantagens passará aos herdeiros e sucessores das partes Contratantes.

Décimo Quinto: — Fica eleito o fóro desta cidade para quaisquer ações que decorram deste Contrato, E por estarem justos e Contratados, assinam o presente em DUAS vias de igual teor, na presença das testemunhas, pago o selo federal devido.

Belém, 19 de Fevereiro de 1963

DE ACORDO
R. do Promitente Vendedor
Testemunha
Testemunha

Belém, 19 de Fevereiro de 1963
José Maria de los Filhos

ALFÂNDEGA DE BELÉM
SELO DE VERBA
N. 3945 Cr\$ 23.830,00
25 de Fevereiro de 1963

ITENS REFERENTES AS DENÚNCIAS IMPUTADAS AO INSPETOR DE ÍNDIOS FRANCISCO FURTADO SOARES DE MEIRELES.

- 1ª) - ANULOU, IRREGULARMENTE, UMA SUSPENSÃO CONTRA LUIZ GUEDES DE AMORIM (Fls. 10 v)
- 2ª) - DESVIOU A IMPORTÂNCIA DE NCR\$600,00, QUE RECEBEU PARA PACIFICAÇÃO/DOS ÍNDIOS CANOEIROS. IDEM DE NCR\$450,00 DESTINADOS AOS ÍNDIOS / PACAAS-NOVOS. (Fl. 11)
- 3ª) - FEZ PRESTAÇÃO DE CONTAS FICTÍCIAS. (Fls. 11 e 1577).
- 4ª) - NÃO TOMOU NENHUMA PROVIDÊNCIA PARA PACIFICAÇÃO DOS ÍNDIOS CANOEIROS, NO ESTADO DE GOIÁS, APESAR DE HAVER RECEBIDO ADIANTAMENTO PARA ISSO. (Fl. 44)
- 5ª) - IRREGULARIDADES CONTÁBEIS (ADIANTAMENTO, VALES E AUTORIZAÇÃO A ASSALARIADOS) PARA COMPRAREM ROUPAS, COBERTORES, ESPINHARDAS, CORRENDO A DESPESA PELA VERBA DE ASSISTÊNCIA AOS ÍNDIOS.(Fls.573 e 841).
- 6ª) - OS POSTOS INDÍGENAS MUNDURUCÚS E CAJABÍ QUE SE TRANSFORMARAM EM / VERDADEIRAS FILIAIS DE ARRUDA, PINTO & CIA., SEUS AMIGOS E ASSOCIADOS, ADVINDO, EM CONSEQUÊNCIA, A SUA DECADÊNCIA. (Fl. 837)
- 7ª) - PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS DOS TRABALHOS DOS ÍNDIOS (Fl.837)
- 8ª) - OMISSÃO NO MASSACRE NO RIO JAMANCHIM, PRATICADOS CONTRA OS ÍNDIOS PELA FIRMA ARRUDA, PINTO & CIA. (Fls. 837)
- 9ª) - PROCEDIMENTO CRIMINOSO NO EPISÓDIO DOS ÍNDIOS PACAAS-NOVOS E DOS / XAVANTES. (Fl. 838)
- 10ª) MANIPULAÇÃO DE VERBAS, ADULTERAÇÕES E CONSERTOS DE DOCUMENTOS EM PRESTAÇÕES DE CONTAS, IRRESPONSABILIDADE NO TRATO DOS DINHEIROS. (Fls. 841 e 1577 e 1578).
- 11ª) EXPEDIU CHEQUE SEM FUNDOS QUANDO DA PACIFICAÇÃO DOS ÍNDIOS XAVANTES. (fl. 841)
- 12ª) DESCONTOU PROMISSÓRIA DE SUA EMISSÃO NO BANCO DA AMAZÔNIA S/A, AVALIADA POR SERINGALISTAS DE ALTAMIRA PARA FINANCIAMENTO DOS ÍNDIOS KAIAPÓS. (Fls. 1580 e 841)
- 13ª) AS CASTANHAS DO POSTO INDÍGENA GOROTIRE FÔRAM VENDIDAS DUAS VEZES, OCASIONANDO QUEIXA A JUSTIÇA FEDERAL, EM BELÉM. (Fls.841 e 1578)
- 14ª) CONIVÊNCIA NA VENDA DO GADO SEM AUTORIZAÇÃO NA IR.5. (Fl. 927)

cont.

DEFESA DE :

Francisco Furtado Soares de Meireles

Inspetor de Índios P.1801 - 14.B

1a. DENÚNCIA: Tendo em vista o resultado a que chegou a Comissão de Inquerito, designada pela Ordem de Serviço n.53 de 25/06/963, do / Cel. Moacyr Ribeiro Coelho, no Processo n.2.155 de 03/06/963, seria injusta a punição do servidor, contratado LUIZ GUEDES DE AMORIM, pois o mesmo/ procedera Honestamente e em benefício do próprio Serviço. A anulação da suspensão não foi irregular, porquanto me achava como Diretor Substituto, em exercício naquela ocasião.

2a. DENÚNCIA: Não procede a leviana denúncia com referência / ao desvio da importância de Ncr\$600,00(seiscentos cruzeiros novos) dos Índios Canoeiros. O fato já havia sido por mim esclarecido, à Comissão / Parlamentar de Inquerito, a quem mostrei a documentação sobre o assunto/ e agora, junto ao presente para melhor elucidação do caso, cópias da mesma, muito embora possa ser feita uma diligência no local para comprovação da falsa acusação. Diante da documentação que apresentei do Presidente / da C.P.I., falecido Deputado VALÉRIO CALDAS MAGALHÃES, do então Território Federal do Acre, declarou-me que acompanhava minha atuação naquela/ região Amazônica, ha muitos anos e sabia da minha honestidade e critério, tanto assim, que nem seria ouvido pela Comissão, o que de fato ocorreu. Como, pois, me acusam por desvio de verba?

Quanto à segunda parte da denúncia relativa aos Índios Pacas Novos, foi feita por mim, a viagem de inspeção, na qualidade de Chefe da S.O.A., aos Postos de Atração que assistiam aos citados Índios, tendo sido apresentado o relatório da referida viagem, acompanhado dos documentos de despesas e aquisições no montante de Ncr\$450,00(quatrocentos e / cinquenta cruzeiros novos), relatório esse que motivou, agora, um dos / itens de responsabilidade administrativa do Inspetor Alberico Soares, que então chefiava a 9a. Inspetoria Regional, por parte do Presidente da Comissão de Inquerito, Dr. Jäder Figueredo. Quanto aos medicamentos e mercadorias compradas para atender às necessidades mais urgentes dos Índios, foram deixados com o Inspetor Augusto de Souza Leão, que fez pessoalmente/

(cont.)

Meireles

6530
BPA

entrega dos mesmos no referido Posto. Tanto o Inspetor Leão, quanto os missionários ali residentes poderão atestar o que afirmo. O contador / LUIZ DE FRANÇA PEREIRA DE ARAUJO, também poderá, comprovar, uma vez que toda documentação, referente a essas aquisições, foram destruídas pelo incêndio do Edifício do Ministério da Agricultura, sem a menor culpabilidade do Serviço de Proteção aos Índios, como pretendem fazer crêr.

3a. DENÚNCIA: Declara o Sr. JOSÉ MARIA DA GAMA MALCHER, em seu depoimento referente a minha pessoa, ser eu conhecido pela minha / irresponsabilidade, no trato dos dinheiros públicos e que sou mestre / em químicas e ainda, enxertador de documentos escusos em prestações de contas. Em itens posteriores, dessa defesa, esclareço as razões e motivos que levariam, não só a mim, mas a todos que se propuserem a execução de trabalhos de semelhante natureza. Estando o Sr. MALCHER tão seguro no que afirma, porque, nas três Comissões de Inquerito anteriores e na atual, não apresentou provas?

4a. DENÚNCIA: Não é verdade, pois foram feitas diligências / por intermédio do auxiliar ENEU DE PAULA GONÇALVES, conforme relatório apresentado e que junto à presente defesa. Deixei de fazer pessoalmente a pacificação, em virtude de haver sido designado para a Chefia da / S.O.A., dando, no entanto todos os recursos e orientação ao auxiliar / ENEU DE PAULA, para os referidos trabalhos.

5a. DENÚNCIA: Não é procedente, em virtude de ter sempre / existido no Posto Pimentel Barbosa, toda a documentação referente à / aplicação de verbas na pacificação dos Índios Xavantes, tanto assim, / que prestei esclarecimentos à Comissão de Inquerito, presidida pelo Dr NIVALDO DE FREITAS, Dr. ADAIL CATUNDA, Dr. ALARÍCO VELASCO, e o contador / ROBERTO BORGES, que examinaram a escrituração do Posto, achando tudo na devida ordem. Quanto a um débito de pessoal e mercadorias ali existentes, que fui forçado contrair, em virtude da magnitude do trabalho de pacificação que estava realizando, foram todos considerados justos pela referida Comissão e o Sr. JOSÉ MARIA DA GAMA MALCHER, quando Diretor, ordenou o pagamento dos mesmos e me designou para a Chefia da 8a. Ins-
petoria Regional em Rondônia, para fazer a pacificação dos Pacaas-Novos. Além da pacificação dos Xavantes, Índios famosos por sua bravura, deixei no Posto o melhor gado do SPI em número de 600 cabeças, da raça / GYR, uma grande cavalhada, campo de aviação, casa do Posto construída
(cont.)

Mendes

de madeira de lei e coberta de telhas, engenho de cana para fabricação de açúcar e rapadura, casa de farinha, máquina para descascar arroz, / grandes roçados e animais para os trabalhos no campo, caldeira com máquina a vapor e uma série de benfeitorias.

6a. DENÚNCIA: Os Postos Índigenas Caiabí e Mundurucú, nunca es- tiveram transformados em filiais da firma ARRUDA, PINTO & CIA, como / qualquer diligência poderá comprovar. Quando lá cheguei já os encon- treí decadentes, pois dali havia sido retirado o Inspetor JOÃO BATISTA CHUVAS, amigo e compadre do ex-Chefe da I.R.2, Sr. JOSÉ MARIA DA GAMA/ MALCHER. Motivou a retirada do mesmo pelo Inspetor IRIDIANO AMARINHO / DE OLIVEIRA, uma visita feita pelo Dr. NOEL NUTELS ao mencionado Posto, da qual deu origem uma extensa reportagem, na revista "O CRUZEIRO", com fotos e dizeres que revelavam misérias, cujo título éra-" O IMPERADOR/ CHUVAS". Entre outras coisas dizia que, enquanto o Inspetor Levava vi- da de nababo, o estado de miséria e condições de vida dos índios Mundu- rucús e Caiabís era o mais precário possível. Sómente uma mentalidade/ doêntia, como a do Sr. JOSÉ MARIA DA GAMA MALCHER, que nunca visitou um Posto Indígena, poderia achar aquilo uma maravilha!...Com o afastamen- to do Inspetor Chuvás, ficaram os índios Mundurucús assistidos pela / Missão dos Franciscanos, o que aliás, já o vinha fazendo. Quanto aos / Caiabís, fôram para o Posto, do mesmo nome, fundado por mim, no rio Te- les Pires, com a finalidade de prestar-lhes assistência, onde até hoje se encontram.

7a. DENÚNCIA: Pura infâmia. Posso invocar o testemunho de / quantos me conhecem e sabem como procêdo junto aos índios.

8a. DENÚNCIA: Não houve omissão de minha parte, porquanto não chefiava a 2a. Inspetoria Regional por ocasião do suposto massacre. Con- tudo, quando pacifiquei os índios "Kaiapós", grupo "Menkronontís", no rio Iriri em 1.958, tive o cuidado de colher detalhes sôbre a ocorrên- cia, ocasião em que esclareceram-me que não chegaram a sôfrer nenhuma/ violência, pois o assalto que fizeram ao barracão da firma ARRUDA, PINTO & CIA, e de onde retiraram vários cunhetes de cartuchos, pólvora, chumbo, e outras mercadorias, tiveram que abandona-las, em virtude de terem pres- sentirem digo presentido a aproximação dos perseguidores, pelos vigias / que deixaram em sua retaguarda. Retiraram-se, apavorados pelos tiros /

Minha

6533
JTA

devida cobertura, ou mesmo em qualquer outra conta e bancos por onde tenha andado no exercício do meu dever funcional.

12a. DENÚNCIA: O êxito das pacificações na região do Xingú, levaram os seringalistas ali radicados a se dirigirem ao Presidente da Associação Comercial, em Belém e posteriormente em viagem empreendida a Brasília, pessoalmente solicitaram o apoio e a colaboração de Sua Excelência, Senhor Presidente da República, reivindicando essa incontínente aceita pelo Sr. Presidente que determinou ao seu Chefe da Casa Militar, General AMAURY KRUEL, que providenciasse um expediente ao Banco de Crédito da Amazônia, em Belém, autorizando o atendimento, através da rubrica "FUNDO DE ASSISTÊNCIA AO SERINGUEIRO", Fundo êsse existente para a finalidade de atendimentos de casos de naturezas diversas e de situações de emergência, como a que se apresentava. Ficou também estabelecido e constante do documento presidencial, que o auxílio ao prosseguimento das pacificações, seria de TRÊS MILHÕES DE CRUZEIROS VELHOS e o seu atendimento, através da Agência do B.C.A., em Belém. Todavia, apesar do documento emanado da Presidência da República, a direção do estabelecimento bancário - BCA -, alegou estar aquela rubrica, sem fundos, consequentemente, sem condições para atender a solicitação presidencial, muito embora considerassem a situação na bacia do Xingú, com os constantes assédios dos índios "Kaiapós", ser de calamidade pública. Assim sendo, é que chegaram a uma solução que foi a de o Chefe da Inspetoria, que somente nessa ocasião passou a tomar parte no assunto, assinasse um documento correspondente a importância determinada e que poderia ser avaliado pelos seringalistas interessados na solução do problema, o que efetivamente ocorreu, isto enquanto o "Fundo de Assistência ao Seringueiro", não dispuzesse de cobertura para o resgate do compromisso por nós assumido. Posteriormente, em virtude da mudança da presidência do estabelecimento bancário, no evento da revolução de 1964 o processamento referente ao caso, ficou estacionário e posteriormente submetido a cobrança em obediência a determinação da nova Diretoria. Entretanto, esclarecido o assunto, o novo Presidente do BCA, atualmente B.A.S.A., encaminhou uma exposição ao Sr. Ministro da Fazenda, que por sua vez, de posse dos esclarecimentos, determinou a abertura do crédito da importância de TRÊS MILHÕES DE CRUZEIROS VELHOS (cr\$3.000.000), a fim de liquidar a dívida por mim contraída com o aval dos seringalistas. O fato mais importante é que /

Marcelo

que fôram disparados contra êles, certamente para o ar, pois nenhum deles foi atingido.

9a. DENÚNCIA: A parte referênte aos índios Xavantes está esclarecido na defesa constante no item da 5a. denúncia. Com relação aos índios Pacaas-Novos, denúncias infundadas e não comprovadas, fizeram com que o Sr. MALCHER pedisse três(3) comissões de inquerito, seguidas, contra minha administração, tendo sido isentado e até elogiado pelas mesmas que estavam constituídas por elementos de alto gabarito do Ministério da Agricultura, como sejam Sr. CLARIMUNDO STOLTZ BAÍANA, que chegou depois a ocupar o cargo de Diretor da Divisão do Pessoal, Dr. ANTONIO / TRAJANO, atual Chefe da Secção de Direitos e Deveres do Ministério da / Agricultura e FRANCISCO ROSA, contador da Divisão de Obras. Não tendo, o apurado final, como era de esperar, sido do agrado do Sr. MALCHER, que achava, naturalmente, que as referidas Comissões, com suas odiosas e / fracas denúncias deveriam ter pedido uma punição para minha pessoa, mantém-se até agora, embora aposentado, interferindo-se em minhas atividades funcionais, numa demonstração cabal de sua maldade. Acontece que as Comissões eram constituídas por pessoas criteriosas e dignas, que não aceitaram as insinuações tórpes do inespressivo e melancólico ex-Diretor MALCHER. A pacificação dos grupos de índios Pacaas-Novos, que levavam a morte e o terrôr ao longo da Estrada de Ferro Madeira Mamoré, intranquilizando ferroviários e colonos ali residentes, por si só, seria o suficiente para me redimir de qualquer pequena falha de ordem burocrática, na minha sempre dinâmica administração a frente de grupos de pacificações.

10a. DENÚNCIA: Foi sempre necessário fazer-se êsses extôrnos e concertos em recibos por pessoas ignorantes e pouco instruídos e modestos comerciantes do interior, localizados nos altos rios. Não fôra a nossa atividade eficiente, nas regiões produtoras, não teria o ex-Banco de Crédito da Amazônia S/A, recuperado prejuizos calculados em milhões de cruzeiros velhos, empregados nas áreas através de seus financiamentos.

11a. DENÚNCIA: Não houve cheque sem fundo. Houve apenas um cheque em garantia, emitido no ano de 1946, de TRÊS CONTOS DE RÉIS, que foi liquidado sem que houvessem reclamações sobre o mesmo, podendo ser feita sindicância na Agência do Banco do Brasil S/A, em Goiania, na conta/ de Podêres Públicos a fim de verificar se passei algum cheque sem a de

Meireles

6534
B91

contesta
de maneira categórica, a calúnia a mim atribuída pelo Sr. MALCHER, quando afirma que descontei promissória de minha emissão no Banco de Crédito / da Amazônia S/A.,avalisada por seringalista, é exatamente, a maneira co-
mo foi aplicada a mencionada importância. As aquisições de mercadorias, combustíveis, medicamentos e outras utilidades necessárias aos traba-
lhos de pacificação, foram feitas, parte em Belém e parte na cidade de Altamira e os respectivos pagamentos eram efetuados pela própria Agên-
cia do BCA, em Belém, mediante a apresentação das faturas, devidamente/visadas.

13a. DENÚNCIA: Um comerciante ambulante, em viagem aos altos rios, foi até a localidade onde índios Gorotíres, do Posto Indígena do mesmo nome, trabalhavam na colheita da castanha. Aproveitando a ausên-
cia do auxiliar do SPI, que por motivo de saúde, havia viajado a Séde / do Posto, persuadiu os índios a lhe vender uma determinada quantidade / de castanha, que por equívoco, no depoimento que prestei a essa Comissão de Inquerito, mencionei TREZENTAS caixas de castanha, quando na realida-
de eram apenas DUZENTAS e que corresponde a SETENTA E CINCO (75) HECTOLI-
TROS, aproximadamente. A pequena e insignificante quantidade de castanha ao contrario do que afirmou o Sr. MALCHER, não fôra vendida duas vezes e nem sequer uma vez. A queixa dada à Justiça Federal foi formulada pe-
la Chefia da 2a. Inspeção Regional, através do seu advogado. Ação es-
sa, que até a presente data se encontra naquela vara Federal.

14a. DENÚNCIA: Como membro da Comissão de Inquerito para a 5a. Inspeção Regional, concordei com o Sr. NILO VELOSO, Presidente da mesma, com que fôsse vendida uma ponta de gado para ultimar o pagamento de um caminhão Chevrolet, de muita utilidade alé e que até agora presta servi-
ço naquela Regional. A concordância com o Sr. NILO VELOSO, baseou-se / também no fato do caminhão ainda não se encontrar totalmente pago, ame-
açando a firma vendedora, inclusive, de reaver judicialmente o referido veículo, pois, havia, além de tudo, um cheque por garantia sem a devida co-
bertura emitido pelo ex-Chefe daquela Inspeção Sr. JOSÉ FERNANDO DA/ CRUZ, que alega em seu depoimento que nós, membros da C.I. "vendemos ga-
do sem possuímos qualidades para isso". A venda processou-se inteira-
mente dentro da lei conforme se esclarece pelo recente parecer do Sr. / Consultor Geral da República, Sr. ADROALDO MESQUITA, exarado em proces-
so de vendas de pinheiros, pertencentes ao PATRIMÔNIO INDÍGENA, publicado

Miriel

no D.O. de 24/08/965, pagina 8562. E Também no despacho do Sr. Juiz da la. Vara Deferal, Dr. JOSÉ BOLIVAR DE SOUZA, referente a venda de gado pelo Sr. WALTER BORDA e publicado no Diário da Justiça, pagina 3.310 de 13/10/967. Fundamentaram-se os Senhores Procuradores Dr. ADROALDO MESQUITA e Dr. JOSÉ BOLIVAR DE SOUZA, nos poderes que na época nos conferiam a Legislação que regia o S.P.I.

15a. DENÚNCIA: Reafirmo o que disse em depoimento prestado a/essa Comissão de Inquerito, ressaltando, apenas, a fim de evitar má interpretação quando do julgamento, que não contratei o Sr. WLADIRSON O. PENA, mas sim, que havia um contrato, elaborado e lavrado pelo Assessor Jurídico da Inspetoria e com a assistência da Chefia, entre a 2a. Inspetoria Regional e o mencionado Senhor. O contrato não rezava o corte de DUAS MIL TORAS, mas sim, DUAS MIL ÁRVORES, a razão de SETE CRUZEIROS NOVOS, por unidade. O referido senhor abateu, durante o período da vigência do contrato, apenas DUZENTA E CINCOENTA árvores, aproximadamente, e somente retirou da reserva indígena TREZENTAS E UMA toras. Efetivamente a Chefia recebeu, após noventa dias da assinatura do contrato, a importância de Cr\$2.800,00 novos, que empregou totalmente, no pagamento dos honorários atrasados do Advogado da I.R.2 e de contratados, que também se encontravam em atraso. Há, na Sede da 2.ª Inspetoria Regional, uma escrituração em conta corrente, inclusive os recibos comprobatórios, que atestam a honestidade da transação e a lisura na aplicação do adiantamento feito à Chefia.

Minha
16a. DENÚNCIA: Não houve desvio de verba de Cr\$3.000.000 (TRÊS MILHÕES DE CRUZEIROS VELHOS), porquanto foi aplicada na legalização, reivindicação e demarcação das terras dos índios Xerêntes, conforme poderá ser comprovado na repartição de terras denominada "IDAGO" - INSTITUTO / DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE COIAZ -, bem como o recibo passado pelo Advogado, Dr. HAROLDO DE BRITO GUIMARÃES, do qual faço anexo a 5a. via. Atualmente o Dr. HAROLDO exerce as altas funções de Consultor Jurídico/da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, onde poderá ser consultado e a glosa da prestação parte do Tribunal de Contas da União, decorreu do fato da aplicação da importância ter sido feita somente na regularização das terras daqueles índios, quando se destinava a outras Inspetorias Regionais, porém para as mesmas finalidades. Todavia, justifico o meu procedimento na aplicação da verba, por considerar a legislação de

6536
B910

demarcação daquelas terras de vital importância, visto que era premente a situação, com o assédio constantes de elementos interessados em se apossarem das mesmas, o que viria trazer uma posição angustiante aos Xerêntes, conforme processo do S.P.I. sobre o assunto e que mereceu aprovação do Consultor Jurídico, Dr. DALMO DE ALMEIDA.

17a. DENÚNCIA: Primeiramente esclareço que prestei contas, dentro do prazo regulamentar, da verba de Ncr\$30.000,00 (TRINTA MIL CRUZEIROS NOVOS). Entretanto, em virtude do incêndio verificado no Edifício do Ministério da Agricultura, em Brasília, onde funcionava a Diretoria do SPI, fôra totalmente destruída pelo fogo, desconhecendo o motivo por que a secção competente da Diretoria, não as encaminhou ao Tribunal de Contas. No entanto, em virtude dessa Comissão de Inquerito exigir provas concretas referentes ao encaminhamento, providenciei junto a 2a. / Inspeção Regional, que me fôsse fornecida as 4as. vias. De posse das mesmas e através do protocolo do Tribunal de Contas da União, dei entrada nos documentos, onde se encontram para julgamento, e cujo processo tomou o nr. T.C.13.232/67, ofício s/nº, entrada no Tribunal de Contas / em 30/11/967, encaminhado à 2a. Diretoria de Tomadas de Contas..

18a. DENÚNCIA: Infelizmente, apesar dos inúmeros esclarecimentos e motivos justificáveis da aplicação da verba de ncr\$3.000,00 (TRÊS MILHÕES DE CRUZEIROS NOVOS) digo (TRÊS MIL CRUZEIROS NOVOS), na regularização das terras dos Xerêntes, está sendo providenciado expediente para que sejam descontados nos meus vencimentos, parcelas destinadas ao recolhimento da mencionada importância, o que reputo profundamente injusto, porquanto os índios Xerêntes estão já agora com suas terras legalizadas.

Almeida
19a. DENÚNCIA: Com referência aos Ncr\$30.000,00 (TRINTA MIL CRUZEIROS NOVOS), já está esclarecido no item da 17a. denúncia. Quanto aos Ncr\$16.500,00 (DEZESEIS MIL E QUINHENTOS CRUZEIROS NOVOS), esclareço que a comprovação em 5as. vias e em fotocópias, fôram entregues pessoalmente pelo Dr. JOSÉ LUIZ CLEROT, no Gabinete do Sr. Ministro do Interior. A prestação de contas, propriamente dita, encaminhadas à Diretoria do S. P. I., em Brasília, a exemplo do que ocorreu com a de / Ncr\$30.000,00, foi destruída pelo fogo, muito embora as houvesse remetido no tempo previsto, para posterior encaminhamento ao Tribunal de /

Contas da União, fatos êsses ue motivaram a minha prisão administrativa, por alcance.

AINDA SÔBRE O DEPOIMENTO DO SR. JOSÉ MARIA DA GAMA MALCHER, CONSTANTE DAS FÔLHAS NRS. 837 e 838, TENHO A ESCLARECER O SEGUINTE:

a) - Referiu-se o Sr. MALCHER no depoimento que prestou, ter a firma ARRUDA, PINTO & CIA, um apartamento na Av. 15 de Agosto, destinado exclusivamente, à hospedagem dos funcionários da I.R.2 e etc. Afirmando tratar-se de outra maliciosa e inverídica afirmativa do citado senhor. Nunca existiu tal apartamento, desconhecendo totalmente o assunto.

b) - Outra capciosa afirmativa mentirosa constante do depoimento dêsse Senhor, é a referente a um contrato registrado no Tribunal de Contas da União de 22 de Maio de 1962. Esclareço que se trata de um contrato para locação do imóvel onde funcionava a Séde da I.R.2, na Rua Senador Lemos nº 85. Como se poderá constatar, verificando a documentação existente na Séde da 2a. Inspetoria Regional em Belém ou no Tribunal de Contas na Delegacia Fiscal da referida cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Ao terminar os esclarecimentos aos itens apresentados pela Comissão de Inquerito, na maioria fatos passados há mais de 20 anos, não posso deixar de me deter ligeiramente sob a figura de meu acusador e inimigo gratuito, o caluniador JOSÉ MARIA DA GAMA MALCHER, que deslustrou durante alguns anos, o lugar de Diretor do glorioso SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS e nada fêz, senão publicar uma mediocre obra de compilação onde até as fotografias dos índios são de terceiros, pois na verdade só os conhece assim. Além disso foi conivente no desbarato da reserva florestal dos pinheiros no Paraná, pois em sua gestão é que se processaram as maiores derrubadas destas arvores, sem nunca ter apresentado uma contabilidade dos resultados destas devastações e os benefícios que advieram para os índios da região e quando se sabe que eles atingiam muitos milhares de contos de réis, ao tempo em que nosso dinheiro ainda estava valorizado.

E muitas outras irregularidades foram cometidas ao tempo da administração do Sr. MALCHER, como Diretor, tanto que, pela Portaria de nº 495 de 18.05.1955, foi suspenso por 90 (NOVENTA) dias, do cargo de Diretor, em virtude de proposta da Comissão de Inquerito, designada pela Portaria Ministerial nº 312 de 02.04.1955. Em seguida foi exonerado do /

cargo de Diretor. O Sr. MALCHER que nada fêz quando estava na Chefia da 2a. I. R. do S.P.I., pois os problemas da Inspetoria do Pará, onde êle foi Chefe por tantos ânos, gastando tantos milhares de contos de réis, pois sempre dispôs de verbas faustosas, só fôram resolvidos durante a minha gestão, quando para ali fui por indicação do Governador do Estado, General Magalhães Barata, a pedido das populações dos rios Tapajós, Tocantins, Xingú e Iriri, que viviam sacrificadas com as constantes mortes de seringueiros e colonos, praticadas por diversos grupos de Kaiapós, que ali habitavam e assim procediam utilizando armas / de fogo, tomadas às suas vitimas.

É lamentavel que, um tipo dêesses, que nunca fêz nada de util ao índio, apesar de ter tido tanta oportunidade, continue tomando tempo e sendo levado a sério por pessoas decentes e ocupadas com tantas / coisas de real importância.

Rio de Janeiro, 06 de Maio de 1968

Francisco Furtado Soares de Meireles
Francisco Furtado Soares de Meireles
Inspetor Indios 14.B

- 1 - QUINTAS (5as.) vias de dois recibos referentes a importância de SEISCENTOS MIL CRUZEIROS VELHOS, destinados à compra de mercadorias para a instalação do Posto Indígena de Atração dos índios CANOEIROS.-
- 2, 3 e 4 - PROCESSO M.A.B. 1569 em que o Consultor Jurídico, Dr. DALMO ESTEVES DE ALMEIDA, dá parecer no sentido de ser contratado advogado para acompanhar o processo de posse de terras dos índios Xerentes.- QUINTA (5a.) via do recibo do Dr. HAROLDO DE BRITO, referente ao recebimento da verba de TRÊS MILHÕES DE CRUZEIROS VELHOS, para a legalização das terras dos índios Xerentes. DECLARAÇÃO do Dr. HAROLDO DE BRITO, reiterando dizeres do recibo da verba de TRÊS MILHÕES DE CRUZEIROS VELHOS.-
- 5, 6 e 7 - RELATÓRIOS E CROQUI, referentes à instalação e localização do Posto de atração dos índios "CANOEIROS".-
- 8 - PÁGINA DO DIÁRIO OFICIAL, referente ao pagamento da Promissória de TRÊS MILHÕES DE CRUZEIROS VELHOS, emitida para pacificação dos índios "KAIAPÓS", no Xingú, Estado do Pará.
- 9 - CÓPIA DO OFÍCIO AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, determinando o desconto em meus vencimentos, da glósa da verba de TRÊS MILHÕES DE CRUZEIROS VELHOS, referente a legalização das terras dos índios XERENTES.-
- 10 - DOCUMENTO, referente as vendas de pinheiros na gestão J. MARIA Malcher e que resultou na maior devastação de todos os tempos na reserva florestal dos indígenas do Estado do Paraná, sem nenhum benefício para os mesmos.-

Rio de Janeiro, 06 de Maio de 1968

Francisco F. Soares de Meireles

Francisco F. Soares de Meireles
Insp. de Ind. 14.B

Documento 7

6540

ARMAZEM «VERA CRUZ»
INDUSTRIA E COMÉRCIO

De: Itomamas José Fagundes

Sêcos e Molhados, Alumínio, Ferragens, Louças; Etc.

Entregas a Domicílio

6a. Av. n. 33-B Fone

e Rua 227 n. 693 Fone

Vila Nova

Rua 6 n. 31-A Nova Vila

Goiânia

Goiás

FORNECIDO à 8ª INSPECTORIA REGIONAL DO SERVIÇO DE PRO-
TEÇÃO AOS Índios, em Goiânia - Goiás.

Sub-Posto CANUANÁ - base de atração dos Índios Cano-
eiros:

15 - Sacos de arroz	à Cr\$. 7.000,00.....Cr\$. 105.000,00
5 - Sacos de açúcar	à Cr\$. 5.250,00.....Cr\$. 26.250,00
7 - Sacos de feijão	à Cr\$. 7.000,00.....Cr\$. 49.000,00
15 - Sacos de sal	à Cr\$. 3.000,00.....Cr\$. 45.000,00
10 - Sacos de farinha	à Cr\$. 5.000,00.....Cr\$. 50.000,00
5 - Latas de óleo Zillo	à Cr\$. 3.000,00.....Cr\$. 15.000,00
100- Quadras de sabão	à Cr\$. 50,00.....Cr\$. 5.000,00
40- Kilos de macarrão	à Cr\$. 150,00.....Cr\$. 6.000,00
5 Panelas de ferro	à Cr\$. 1.150,00.....Cr\$. 5.750,00
6- Colheres de ferro	à Cr\$. 500,00.....Cr\$. 3.000,00
T O T A L.....Cr\$. 310.000,00	

Importa a presente conta em Cr\$. 310.000,00 (Trezentos e dez mil cruzeiros).

RECEBI do Sr. FRANCISCO FURTADO SOARES DE MEIRELES, Chefe da 8ª Inspetoria Regional do Serviço de Proteção aos Índios, / em Goiânia - Goiás, a importância de Cr\$. 310.000,00 (Trezentos e dez mil cruzeiros), valor da presente.

Para clareza, passo o presente recibo em (5) cinco vias, para um só efeito, sendo a primeira devidamente selada.

Goiânia, 12 Novembro de 1962

Itomamas José Fagundes

Document 1

6511
BJS

ARMAZEM «VERA CRUZ»

INDUSTRIA E COMÉRCIO

De: Itonamas José Fagundes

Sêcos e Molhados, Alumínio, Ferreagens, Louças; Etc. Entregas a Domicílio

6a. Av. n. 33-B Fone e Rua 227 n. 693 Fone

Vila Nova — Rua 6 n. 31-A Nova Vila

Goiânia — Goiás

FORNECIDO à 8ª INSPETORIA REGIONAL DO SERVIÇO DE PRO-
TEÇÃO AOS INDIOS, em Goiânia - Goiás.

Sub-Posto -CANUANÃ, base de atração dos Indios Cano-
eiros:

80 - Machados Collins de 3 Lbs.	à Cr. 1.200,00.....Cr\$.	96.000,00
80 - Enchadas Tupy	à Cr. 1.000,00.....Cr\$.	80.000,00
80 - Fações Collins	à Cr. 900,00Cr\$.	72.000,00
40 - Enchadões	à Cr. 600,00.....Cr\$.	24.000,00
18 - Facas com Bainha	à Cr\$ 1.000,00.....Cr\$.	18.000,00
T O T A L		Cr\$. 290.000,00

Importa a presente conta em Cr\$. 290.000,00 (Duzentos e
noventa mil cruzeiros).

RECEBI do Sr. FRANCISCO FURTADO SOARES DE MEIRELES, Che-
fe da 8ª Inspetoria Regional do Serviço de Proteção aos Indios, em
Goiânia - Goiás, a importância de Cr\$. 290.000,00 (Duzentos e noventa
mil cruzeiros), valor da presente.

Para clareza, passo o presente recibo em (5) cinco vias,
para um só efeito, estando a 1ª primeira via devidamente selada.

Goiânia, 8 de Outubro de 1962

Itonamas José Fagundes

TRÊS AOS INDIOS, em Goiânia - Goiás.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
 SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS

9 de Setembro
2º de Outubro

00.000,00
 00.000,00
 00.000,00
 00.000,00
 00.000,00
 00.000,00
 00.000,00
 00.000,00
 00.000,00
 00.000,00

VISTO
 S.P.L. de 10 de 1963
[Signature]
 Choto de S.P.L.

Para clareza, passo o presente recibo em (2) cinco vias, para um só efeito, estando a 1ª primeira via devidamente selada.

Estimada, 8 de Outubro de 1963
[Signature]

Documento 2

6542



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

SERVIÇO DE COMUNICAÇÕES AGRÍCOLAS

-1961-

M.A.B.

BRASILIA D. F.

1599

4257/61

Of. 557 - 9.6.61. S. G. Índios

DISTRIBUIÇÃO

G.M. Rio 7/

Sobre direito de índios às terras
de Tocantins.

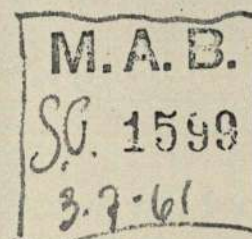
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

6543
096
Ao Sr. Consultor Jurídico
17/6/61
Laprie

BRASÍLIA, 9 de junho de 1961.

Of. nº 557



Senhor Ministro:

Encaminho a Vossa Excelência o Processo SPI nº 4257/60, a este anexado, solicitando-lhe, data vênia, determinar seja oferecido um pronunciamento autorizado do Sr. Consultor Jurídico deste Ministério, sobre o assunto, que envolve interesse dos índios jurisdicionados à 8a. Inspeção Regional deste Serviço, no Estado de Goiás.

Apresento a Vossa Excelência, com respeito, os protestos de minha elevada consideração e distinguido apreço.

Atenciosas Saudações.

Lourival da Mota Cabral
LOURIVAL DA MOTA CABRAL.
Diretor Substituto.

Ao Exmo. Sr.

Dr. ROMERO CABRAL DA COSTA

DD. Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura.

BRASÍLIA - DF.

Proc. SPI nº 4257/61.

WOG/-



6544
BIB

SPI-4.257/60

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS

DISTRIBUIÇÃO

Memorando nº 303, de 13 de novembro de 1960, originário da Oitava Inspetoria Regional, anexando, para apreciação, cópia do "Mandado de Citação", do Dr. Juiz de Direito Substituto da 1ª Zona Judiciária, respondendo pelo expediente da 2ª Vara da Comarca de Goiânia, sobre terras de índio, em Tocantínia.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS

Protocolado sob nº 000795/60

Em 18 de novembro de 1960

DOCTOR WALEFRIDO CAMPOS MAIA, Juiz de Direito Substituto da 1ª Zona Judiciária, respondendo pelo expediente da 2ª Vara da Comarca de Goiânia, Estado de Goiás, na forma da lei, etc.

M A N D A a qualquer Oficial de Justiça deste Juízo, a quem este for distribuído, que em seu cumprimento, cite o SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS, na pessoa de seu representante legal, do inteiro teor da carta precatória abaixo transcrita: CARTA PRECATORIA. DEPRECANTE: Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da Comarca de Miracema do Norte. Deprecado: Juiz de Direito da Comarca de Goiânia. Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da Comarca de Goiânia, a quem o conhecimento e cumprimento desta pertencer o Senhor Doutor JOAO BATISTA DE FARIA FILHO, juiz de Direito da Comarca de Miracema do Norte, na forma da lei, etc. Faz saber que, por parte do Estado de Goiás, lhe foi apresentada uma petição cujo teor e o respectivo despacho vão em seguida transcritos: " Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da Comarca de Miracema do Norte. O ESTADO DE GOIÁS, por seus advogados que esta subscrevem, devidamente credenciados (doc. n.º 1) e com escritórios, respectivamente, à Avenida Anhanguera, 51, aptº n.º 2, à rua 83, n.º 12 e à Avenida Perimetral, n.º 25, Setor Oeste, em Goiânia, Capital do Estado, onde receberão as intimações, diz a V. Excia. que, desejando proceder ao deslinde das terras de seu domínio situadas no Município de Tocantinia, termo desta Comarca, vem, perante V. Excia. Juiz, na conformidade com o que dispõe a lei n.º 3081, de 22 de Dezembro de 1.956, requerer a competente acção discriminatória das aludidas terras, contra Manoel Rodrigues e outros no final relacionados e qualificados, pelo que expõe e requer o seguinte: Que, em virtude do disposto no art. 64, da Constituição Federal de 1.891, combinado com o art. 3º da lei 601 de 18 de Setembro de 1.850 e seu respectivo Regulamento, as terras em deslinde localizadas no Município de Tocantinia, em quase sua totalidade, pertencem ao Estado de Goiás. Ditas terras sempre foram notoriamente reconhecidas como devolutas pelos seus ocupantes, alguns deles com posse cinquentenária. E, por isso mesmo, em atendimento aos requerimentos formulados por inúmeros posseiros, o Estado de Goiás, através do órgão competente, determinou a medição e demarcação de algumas glebas, tendo inclusive expedido o competente título de domínio em favor de JOAO DE ABREU VALADARES e outros. E durante estes processos administrativos de medição e demarcação de terras devolutas tais como os lotamentos denominados "Rio Preto" e "Invernada", não houve oposição ou protesto de quaisquer interessados (docs. I e II). Agora, ao forme denuncia levada ao conhecimento do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado pelo sr. Juarez Bucar (doc. n.º IV), surgiu no lugar denominado "Lajeado" um grupo de aventureiros chefiado por Manoel Rodrigues e Juarez Santana que, por meios criminosos, encenam medição e demarcação de uma suposta sesmaria, abrangendo nela milhares



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Serviço de Proteção aos Índios-IR 8 - Goiás

.....M/M Nº 304/60

Ilms Sr.

Chefe da S.O.A.

Goiânia, 18 de novembro de 1.960.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

PROTOCOLADO SOB Nº

de

de

de 1960

Juntamos a apreciação dessa instância, cópia do "Mandado de Citação" do Juiz de Direito Substituto da 1ª Zona Judiciária, respondendo pelo expediente da 2ª Vara da Comarca de Goiânia.

Preliminarmente, ao tomar ciência da Citação, consignei o protesto que vai por cópia, datilografado no verso da 4ª página.

Outrossim, solicito, no que couber, a audiência do facultativo deste Serviço por cujos termos iniciaremos a ação devida.

Saudações

Irídiano Amarinho de Oliveira
Chefe da Sª IR.

6545-

de alqueires de terrenos devolutos ocupados por pequenos sitiantes e posseiros. Tais ocorrências além de constituírem esbulho ao patrimônio público estadual levaram o pânico e dessassossego à riquíssima zona do Lajeado", atualmente ocupado e cultivado por centenas de humildes posseiros. De acordo com o dispositivo da lei 3031, citado, o Estado de Goiás somente poderá dispor de suas terras aos interessados após serem elas devidamente apuradas e discriminadas através de ação própria, estando a sentença devidamente transcrita no registro competente. Daí a propositura da presente ação discriminatória, para o que, oferece, em seguida, os seguintes elementos: a) Os limites e confrontações do imóvel discriminando que são os seguintes: "I- Começa na barra do córrego lajeado no Rio Tocantins até a barra do ribeirão Gorgulho, descendo pelo rio Tocantins- II- Com o Município de Pedro Afonso; começa na barra do ribeirão Gorgulho, até as suas cabeceiras; daí, em rumo certo, até a barra do rio Perdida com o rio do Sono. III- Com o município de LIZARDA; começa na barra do rio Perdida no Rio do Sono e segue pelo rio do Sono até a barra do ribeirão Cuá; IV- Com o município de PORTO NACIONAL: "Começa na barra do ribeirão Cuá no rio do Sono até as suas cabeceiras, daí em rumo certo até a cabeceira do córrego Lajeado desce pelo córrego até a sua barra no Rio Tocantins. b) o imóvel discriminando, cuja área é de cinco mil quilômetros quadrados, está ocupada por grande número de posseiros no final relacionados e qualificados que dedicam à colheita do babagá, à criação de gado e pequenas plantações de cereais. c) Existem no referido imóvel, além da sede do Município, diversos povoados, aldeias de índios (XERENTES), centenas de sítios contendo diversas benfeitorias de estilo, casas de morada, cercas rústicas, plantações de árvores frutíferas, pertencentes aos posseiros. d)- As certidões anexas comprovam a existência de terras devolutas no imóvel discriminando. Isto posto estando o pedido devidamente instruído o ESTADO DE GOIÁS, requer a V. Excia. se digne determinar que depois de distribuída e autuada esta, se procedam às citações necessárias de todos os interessados, pela maneira legal, expedindo mandado, carta precatória, carta de ordem, que se fizerem necessárias, digo, precisas, especialmente dos adiante enumerados e qualificados e para os que, mesmo não indicados estejam indicados este, digo de qualquer maneira, ocupando o imóvel, bem quais quer outros interessados, direta ou indiretamente, na causa, afim de responderem e acompanharem o processo em todas as suas fases até o final, preliminarmente para, dentro do prazo legal de trinta dias seguintes às citações trazerem a Juízo os títulos em que fundam as suas alegações, DEVIDAMENTE FILIADOS, com a exibição dos originais, para a prova de seus domínios particulares, ficando válidas as citações para todos os termos e atos da ação desde a preliminar até a final demarcatória das terras apuradas e discriminadas, bem como para todos os incidentes, publicando-se edital no "Diário Oficial" do Estado, com o prazo de trinta dias para o fim do art. 418 do C. PG

e para o chamamento dos demais interessados, sejam ausentes ou desconhecidos e os em lugar incerto e não sabido, incluindo-se nas citações as mulheres e os que casados forem, dos representantes de sociedades, curatelas, menores púberes, impuberes, aqueles em suas próprias pessoas e na de seus assistentes, tudo sob as penas legais, decretando-se, afinal, na forma da lei, a procedência da presente ação discriminatória para o fim especial de serem apuradas as terras discriminadas reconhecidas como do domínio do Estado de Goiás e, consequentemente, sejam declarados de nenhum efeito ou valor jurídico os títulos decorrentes de quaisquer inventários, divisões, de outros atos judiciais ou extra judiciais, de transmissão sobre o referido imóvel, anulando os registros imobiliários, por ventura, já procedidos em cartórios competentes, tudo para os fins de direito. Finalmente protestando por todas as provas que se fizerem necessárias e em direito permitidas, tais como depoimento pessoal, inquirições de testemunhas, exames, vistorias, junta de novos documentos, etc. e dando à causa o valor de CR\$ 50.000,00,00 Termo e que pede deferimento. Miracema do Norte, 29 de Agosto de 1960.

(AA) MAURICIO NETO MARTINS, JOAQUIM MARCOS DE ARRUDA e OSWALDO BELMONT GADÊLHA. RELAÇÃO DOS INTERESSADOS QUE DEVERÃO SER CITADOS, COM OS SEUS RESPECTIVOS CONJUGES, DOS QUE CASADOS FOREM: POR MANDADO; MANOLE RODRIGUES, proprietário, de estado civil ignorado, JUAZÉ SANTANA, brasileiro, casado, proprietário, residentes e domiciliados no imóvel discriminando. Ainda por mandado, os seguintes confrontantes: EMÍLIO DE BARROS, brasileiro, casado, proprietário e JOÃO DE ABREU VALADARES, brasileiro, FAZENDEIRO, CASADO, residentes e domiciliados em Tocantina - Prefeitura Municipal de Tocantina, na pessoa de seu representante legal. Ainda por mandado, os seguintes ocupantes e posseiros: Amaurilio Macedo, Antonio Alves Ferreira, Adão Nunes, Antonio Araújo Brito, Atanásio Ferreira da Silva, Antonio de Almeida Veras, Albertino Gomes dos Santos, Aprigio Maciel dos Santos, Adauto Ferreira dos Santos, Antonio Benvidio da Luz, Agostinho Ferreira da Silva, André Borges de Alceu Agostinho Carvalh, Antonio Cardoso Brito, Antonio Catanbando, Aureliano Ribeiro, Agripino Rodrigues, Agripino Francisco Siqueira, Ambrosio Ribeiro Monteiro, Angelo Ribeiro da Costa, Agostinho Loureiro, Antonio Resplande de Araújo, Antonio Maria da Fonseca, Abilio Alves dos Reis, Antonio Goes dos Santos, Antonio Rodrigues de Sousa, Adão Estalino Pinheiro, Agripino de Sousa Milhomem, Arcelino Turibio, Avelino Lopes Ribeiro, Agostinho José de Sousa, Antonio Silva, Amaro Pereira da Costa, Antonio Vicente Pereira, Antonio Pereira Evangelista, Aprigio Alves de Amorim, Aurenice Milhomem Coelho, Antonio Pereira Campos, Antonio de Abreu Valadares, Antonio Gomes Gouveia, Berto Pereira da Silva, Bertoldo Benicio da Silva, Bertoldo José de Noleto, Basilio Pereira da Costa, Benicio Sales Monteiro, Bonifacio Gomes, Braulino Mascena de Sousa, Benedito Matias de Sousa, Calixto Marques Pereira, Carlino Vieira, Cirilo Ferreira, Cicero Verginio, Cornelio Vieira Borges, Cosme Coelho de Sousa, Custodio Paulo Marinho, Custodio Martins,

Cesario de Sousa Ramos, Conceição Nunes Carvalho, Cirilo Cavalcanti, Cirilo Ferreira da Silva, Domingos Ferreira da Silva, Domingos da Cunha Barros, Domingos da Silva Conceição, Deocleciano Feitosa, Daniel Sales Monteiro, Deoclides Jardim da Silva, Edisio Campelo, Edesio Campelo, Eduardo Caldeira Alves, Emidio Fernandes, Elias José de Sousa, Elesbão Batista Paranaguá, Ezequiel da Costa Gonçalves, Francisco Cunha, Francisco de Assis Vieira, Florencio José da Costa, Francisco Xavier do Nascimento, Frutuoso José Lopes, Francisco Pugas, Francisco Gomes de Sousa, Filadelfio Barbosa, Francisco Antonio de Araujo, Felipe Gomes Ferreira, Germonio Caldeira, Godofredo Parente, Getulio Pinto de Faria, Gabriel Barros, Herminio Gomes Barbosa, Herminio Sotero, Isaltino Alves Montelo, Irineu de Melo, Inocencio Veloso, Isidoro Santana da Silva, José Freitas Gomes, João Pereira da Costa, José Maria Gomes, José Vieira Maciel, José Gaudencio da Silva, Jaime Araujo, Joventino Lima de Sousa, João Noletto Sales, José Alves da Fonseca, José Nogueira, Joaquim Guimarães, João Manoel Ferreira de Sousa, Justinia Alves Monteiro, José Alves, João Aguiar Bezerra, Lino Vieira Laurival Barbosa, Moacir Sotero dos Santos, Miguel Abreu Valadares, Marcos Moura dos Santos, Manoel Inacio de Moraes, Man el Brito, Manoel Carneiro da Silva, Manoel Batista da Silva, Miguel Barbosa, Manoel Pereira dos Santos, Nilo Martins Leal, Nelson Gomes Tavares, Nicilau Ferreira Miram, Olinda Gomes dos Santos, Onesio Estalino Pinheiro, Otacilio Vieira Torres, Otaciano Araujo, Paulo C. Loureiro, Raimundo Vieira, Reginaldo de Abreu, Raimundo Justino da Cunha, Sebastião Sales Monteiro, Sebastião Rodrigues, Sebastião Bandeira, Supercilio Barbosa, Valpeciano Gomes de Oliveira, Waldivino alves do Nascimento, Vitor Ferreira e Sousa, Verissimo José dos Santos, brasileiros, proprietários, residentes e domiciliados e residentes no imóvel discriminando. Por carta precatória a ser dirigida ao Juizo da Comarca de Goiânia: SERVICO

DE PROTEÇÃO AOS INDIOS (S P I.), Miracema do Norte, agosto de 1960. Mauricio Neto Martins. Despacho: "FAÇAM SE AS CITAÇÕES NA FORMA REQUERIDA"; Em 25 de Agosto de 1960a) JBFFilho., juiz de Direito. Em virtude de serem devidos e necessários os atos da presente carta foi ela expedida para o fim especial de citar nessa Comarca o SERVICO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS, na pessoa de seu representante legal, sobre o inteiro teor da inicial e despacho acima avima transcritos. Se V. Escia. determinar que assim se cumpra, fará justiça às partes e a este Juizo especial mercê. Dada e passada nesta cidade de Miracema do Norte, Comarca de igual nome, aos vinte sete dias do mes de agosto de 1960. Eu, Boanerges Moreira de Paula, escrivão do 1º Oficio, que o fiz datilografar, conferi e subescrevo. DECHO: "A. , cumpra-se" Campos Maia. 7/10/60.

===== C U M P R A - S E =====

Dado e pasado em Goiânia, Capital do Estado, aos dez dias do mes de Novembro de 1960. Eu, Guilherme de Barros Simões, escrevente do cartório dos Feitos Da Fazenda Publica, que o fiz datilografar, conferi e subescrevi

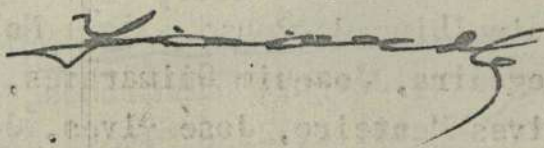
W. Carneiro

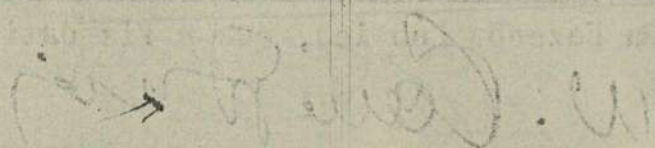
afirmação jurídica

Lagoa em 17/11/60

Na qualidade de representante legal do governo Federal neste Estado, em tudo inerente aos interesses dos Indios desta unidade Federativa, tomo ciência da citação - ao tempo em que, escudado no texto da lei - Carta Magna - Art 216 - , deixo por igual aqui consignado o protesto formal do que se pretende, com vistas aos Tutelados do Estado-os Indio..

Em 17.11.60







MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

SPI-4.257/60

6552
BIA

Ao Setor Educacional, responsável eventual pelo problema de terra, para, diante de meticoloso estudo, oferecer conseqüente pronunciamento.

Em 25 de novembro de 1960.

Alz. Nante
CHEFE DA SOA-SUBSTITUTO

Sr. Chefe da S.O.A.

Sugiro o encaminhamento deste ao Sr. Assistente Jurídico, para indicar as medidas judiciais formais de serem tomadas no caso.

*Em 6.12.1960
Walter Bellow*

Sr. Diretor.

De fato, o problema de terra é profundamente básico, para o índio. Sem a solução legal das áreas, toda a assistência prestada ao índio, no fundo, é transitória, insegura.

O processo merece, a nosso ver, ser beneficiado, com o pronunciamento autorizado do Sr. Dr. Assistente Jurídico.

Em 07 de dezembro de 1960.

Alz. Nante
CHEFE DA SOA-SUBSTITUTO

URGENTE

*Ao Sr. Assistente Jurídico.
9/12/60
[Assinatura]*

Fr. Diretn

Deve a I R 8 constituir
adogado para acompanhar
o fisco, juntando o
documento de posse ou
de domínio do sítio.
É um fisco simples, de
definição de direitos.

Rio, 13/12/1960.

F. Z. Almeida

an. Jus. Rep 31.

A' J. R. 8 para providencia
necessária.

A J. R. 8

Em 20-12-60

Rio. M. Taborda

13/12/60

J. Z. Almeida



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

6537

BPA

Sr. Chefe da S.O.A.

O assunto, salvo engano, não é revestido da simplicidade de vista pela assessoria jurídica do nosso serviço.

Envolve-se o mesmo em colorados diversos, já que o S.P.I. não possui título de posse nem, a esta altura, dispõe de meios para contratar facultativo para defender direitos discutíveis.

Nestas condições, solicito um acurado reexame em que, - à luz do mesmo, tenhamos rumos seguros e objetivos na defesa - dos interesses dos tutelados.

Goiânia, 25 de abril de 1.961.

Iridiano
Iridiano Amarinho de Oliveira
Chefe da 8ª I.R.

Sr. Diretor.

Estamos com a opinião do Sr. Chefe da Oitava Inspectoria Regional. O assunto, matéria de direito, requer acurado exame de nossa parte, através de nosso Assistente Jurídico, ou de órgão competente, de nosso Ministério.

Em 30 de maio de 1961.

Alcides
CHEFE DA SOA.-SUBSTITUTO

SOA

*Encaminhe-se ao Exmo Sr. Ministro solicitando...
se estudo e pronunciamento do Sr. Consultor
Jurídico do Ministério de Agricultura.*

Em 2 de junho de 1961

Tase
Diretor.

Cumprindo o respeitável despacho acima, apresentamos o expediente, encaminhando ao Exo. Sr. Ministro da Agricultura, o presente processo.

Em 09 de junho de 1961.

Alcides
CHEFE DA SOA.-SUBSTITUTO

*As Grupos de Trabalho
instituído no Gabinete do Sr.*

misso, no Estado da Guanabara
(Port. ofim. 305. Br. de 13/5/61),
para as providencias de sua
alçada. Em 1º/7/61.

D. Dain
Com. Francisco

A Sec. - G. Trib. de Recus.

D. Dain

8-7-61
Almeida
Ass. Ad.

Ao Sr. Nilo de Oliveira Veloso
Rep. do S. P. J. para emitir
parecer sobre referidos
materiais. Em 19/7/61.

Ass. Ad.
Parecer

Ao Sr. Orlando Carneiro
para opinar
Em 28.9.61

Nilo Oliveira Veloso
Chefe da S.E.

Informa. para referidos
materiais. Em 11/10/61.
Ass. Ad.



SPI- 4 257/60

SC- 1 599/61

Ação discriminatória de terras promovida pelo Governo do Estado de Goiás, contra o S.P.I. e Outros.

Sr. Diretor:-

O assunto foi objeto de estudos pelo Sr. DALMO ESTEVES DE ALMEIDA, quando exercia as funções de assistente jurídico neste Serviço, que indicou a forma da defesa dos interesses do Patrimônio Indígena.

Posteriormente, alegou-se que o S.P.I. não dispunha de meios para contratar advogado, nem possuía títulos de posse das terras de Tocantina.

Quanto aos títulos de posse, duvidamos que os índios os possuam para a quasi totalidade das terras que ocupam. E é de se lastimar (data venia) que isto suceda, pois, a esta altura, após alguns decênios decorridos da fundação do S.P.I., o problema já deveria ser atacado com mais ênfase, o que jamais sucedeu. Não se pode, por isso mesmo, exigir-se seja respeitada a posse das terras, aos silvícolas, onde se achem permanentemente localizados (art. 216 da Constituição Federal), sem que sejam elas discriminadas. Apregoando-se, tão somente, o direito assegurado pela Constituição, sem que sejam tomadas medidas concretas a respeito, nada se conseguirá. Mister que tais terras sejam qualificadas, assegurando-se a sua posse por meio de títulos hábeis ou, pelo menos, mediante acordos com os governos estaduais.

Veja-se, agora, por exemplo, que nem recursos existem para contratar um advogado para acompanhar a ação promovida pelo Estado de Goiás. O que se fazer, pois, se sem essa medida não poderá o S.P.I. defender o direito de seus tutelados? De que adiantará dizer-se, aqui, que os índios têm a posse de tais terras assegurada pela Constituição Federal?

Em verdade, não encontramos outra solução, senão

aquela indicada pelo Sr. Dalmo Esteves de Almeida. Ou o S.P.I. constitua procurador habilitado a defender o direito dos índios na ação em curso (e em outras semelhantes), ou não poderá fazer-se ouvir pela Justiça que, em face dessa omissão, forçosamente terá que se decidir em favor dos governos estaduais ou de particulares portadores de títulos de domínio ou de posse. E, sobretudo, isto é indispensável, em face da penosa prova que se terá que produzir, em razão mesmo da ausência dos títulos comprobatórios da posse pelos índios.

De qualquer forma, o caso deste processo é isolado. Outros virão, no entanto, (e disso não se tenha nenhuma dúvida), se aquelas medidas concretas não forem tomadas, obtendo-se, para tal fim, recursos orçamentários satisfatórios, que possibilitem ao S.P.I. criar e manter um organismo destinado ao estudo de tais problemas (não uma simples acessoria com um ou dois funcionários), dando-lhes, paulatinamente, as soluções adequadas, seja por intermédio da justiça, seja mediante acordos com os Estados onde as terras se localizem. Sem que isso se torne uma realidade, serão os índios, a pouco e pouco, despojados de suas terras.

S.M.J.

Em 16 de novembro de 1961

Orlando Alves Carneiro

A consideração do Sr. Diretor:

Rio, 23/11/61.

João de Deus
Chefe de Sec. Subst.

A SOD

Em 11-12-61

11/12/61
Secretário Subst.



Sr. Diretor.

A nosso ver, não há como escapar da solução apresentada pelo Sr. Orlando Alves Carneiro, em seu judicioso parecer. Todo e qualquer outro caminho, divorciado dessa afirmação categórica, será a procrastinação infundável e ominosa, do problema número um, dos nossos tutelados.

Cumpre-nos garantir, no orçamento, meios bastantes para solução decisiva, na legalização incontestável das terras, já, prevista em dispositivo constitucional, em proveito dos índios brasileiros.

Salvo apreciação mais ponderosa, por parte dessa alta instância do Serviço.

Em 13 de dezembro de 1961

CHEFE DA SOA-SUBSTITUTO

Ha no proximo orçamento um pequeno aumento da verba de Assistência ao Indio, dai poderemos fazer algo, e parece que seja tarde, pois nos temos outra alternativa, a não esta, Mesmo não é para despejar os indios frente de suas terras, porque de fato são seus verdadeiros donos, eles tem justa razão. Aguardar pois este processo na SOA, até que possa aparecer uma solução mais rápida.

Em 14-12-61

R. M. M. M.

Ao funcionário Walter de Oliveira Veloso, para os efeitos que se fizerem competentes, à vista das circunstâncias de que se reveste o problema.

Em 19 de dezembro de 1961.

[Assinatura]
CHEFE DA SOA-SUBSTITUTO

Senhor Chefe da SOA-

O parecer do Sr. Orlando Alves Carneiro, reforça as argumentações do Sr. Dalmo Esteves de Almeida, e entre outras cousas, indica, como ponto de partida, para o Serviço de Proteção aos Índios, no caso em foco, a necessidade de se contratar um advogado, sem o qual, os direitos dos índios Xerentes serão forçosamente prejudicados, tendo em vista os choques de interêsses existentes na região em que habitam.

Sugiro a V.S., com o devido respeito, o encaminhamento dêste processo, ao Sr. Diretor; o assunto, a meu ver, é de urgência, e de gravidade; poderá, sua solução, propiciar, aos Xerentes, uma vida melhor, como também, torná-los mais infelizes do que são atualmente.

Em 26 de dezembro de 1961

[Assinatura]
WALTER VELLOSO

Sr. Diretor.

Há, no orçamento para 1962, a dotação de R\$. 3.000.000,00 (treis milhões de cruzeiros), destinada à medição, demarcação e legalização de terras indígenas, nos Estados do Pará, Maranhão, Mato Grosso e Goiás. Com esse elemento orçamentário, poderemos encaminhar a solução do problema, ora em pauta.

Em 04 de janeiro de 1962.

[Assinatura]
CHEFE DA SOA-SUBSTITUTO

Aguardar a decisão do Sr. Diretor.

Em 9-1-62

[Assinatura]
Substituto



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

6554
EJG
SPI-4.257/60

O processo deve ser mantido no Protocolo, aguardando a chegada do Sr. Diretor, quando, ao mesmo, deverá ser entregue.

Em 12 de abril de 1962

[Assinatura]
CHEFE DA SOA-SUBSTITUTO

Passe-se ao Sr. Chefe da Oitava Inspetoria Regional, para os fins que se fizerem procedentes.

Em 1º de outubro de 1962

[Assinatura]
CHEFE DA S. O. A.

Documento 3

6555

5ª Via

= R E C I B O =

=Cr\$3.000.000,00=

Recebi do sr. FRANCISCO FURTADO SOARES DE MEIRELES, chefe da OITAVA INSPECTORIA do SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS do Ministério da Agricultura, em Goiânia, Estado de Goiás, a importância supra de TRÊS MILHÕES DE CRUZEIROS (Cr\$3000.000,00), como parte do pagamento de meus honorários profissionais para, na qualidade de advogado e procurador da mesma repartição, promover a legalização demarcação e reivindicação das terras pertencentes aos índios XERENTE, localizadas no município de Tocantínia, neste Estado. E, por ser verdade, firmo o presente recibo, em cinco vias, sendo a primeira legalmente selada.

Goiânia, 31 de dezembro de 1962

Haroldo de Britto Guimarães

Haroldo de Britto Guimarães, advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, seção de Goiás, sob número 990, de ordem.

VISTO

De acordo com o Art. 2º do Decreto-Lei nº 2.583 de 14-2-1940.

Em _____ de _____ de 1962

Diretor do S. P. I.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

Atozo que foram prestados ou serviços constantes da presente
conta.

Em 31 de Dezembro de 1962
Elydora de Almeida Silva
Agente rural S. B.

As conferências desta conta constam de sua 1.^a
via, de acordo com o § 4.^o do art. 253 do R.O.C.P.

S. A. do S. P. em 31 de 12 de 1962

Luiz Antonio
Agente rural S. H.

VISTO

S. P. I. 31 de 12 de 1962

Mérculo

CHEFE DA I. C.

Documento 4

6556

BJA

DECLARAÇÃO

Eu, Haroldo de Britto Guimarães, advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Goiás, sob nº 990, declaro, para os fins de direito, haver recebido do Sr. Francisco Furtado Soares de Meirelles, então Chefe da Oitava Inspeção Regional do Serviço de Proteção aos Índios, a importância de treis milhões de cruzeiros velhos (Cr\$3.000,660), para pagamento de meus honorários e despesas com a proposição de ações de defesa dos direitos e interesses dos índios Xerentes, situados no Estado de Goiás e Tapirapés, localizados no Estado de Mato Grosso, relativamente às terras pelos mesmos ocupadas, tendo fornecido ao citado funcionário, em tempo oportuno e para sua prestação de contas, o respectivo recibo.

Para clareza, firmo o presente, que vai com firma reconhecida.

Goiânia, 31 de janeiro de 1968.

Haroldo de Britto Guimarães

CARTÓRIO DO 4º. OFÍCIO
RUA 7 Nº. 43 — FONE 6-1372

Reconheço

Haroldo de Britto Guimarães firma

em testemunho da verdade

Goiânia, de 31 de 1968

TAZARO ALVES DE PAULA - Escr. Juv.

Sr. Irio Dutra

Chefe da 8ª Inspetoria Regional do SPI

Nesta

RELATORIO DAS ATIVIDADES (3 meses) EXERCIDAS NO PÔSTO INDÍGENA "DAMIANA DA CUNHA" QUE ESTÁ SENDO TRANSFERIDO PARA LOCAL DENOMINADO CANOANON, SITO À MARGEM ESQUERDA DO RIO JAVAÉ

Chegando em Canoanon encontrei 105 índios (26 homens, 37 mulheres, 23 crianças e 19 rapazes e mocinhas) que estavam na aldeia abandonada de Cachoeirinha, em completo abandono, em meio de uma capoeira, numa ponta de areia formada pelo rio Javaé, sem, sequer, um pé de mandioca para comer, uma vez que suas roças, nas quais andei, não possuem nada plantado. Os índios alegam que o gado os impede de plantar porquanto tudo comem, mesmo no tempo das chuvas, vindo para junto de suas casas, estas em péssimo estado de conservação. O meu problema de início foi derrubar uma capoeira de 15 a 20 anos para o plantio da roça, pois o tempo era curto, dado estarmos no mês de julho, correndo o risco da roça não secar a tempo a queimada. Não obstante, fiz a derrubada da capoeira (conforme croquis anexo a este, para se ter uma idéia do que foi feito nos tres meses de permanência no citado posto, só com o auxílio dos silvícolas).

Levantamos 17 casas de palha para moradia dos índios recém-chegados de "Cachoeirinha", 2 para funcionamento do posto, sendo uma de palha com 12 metros de comprimento e 8 de largura. Na outra foi realizada uma pequena reforma, casa cedida pelo morador de nome Alexandre, por estar muito perto da al-

aldeia. Esta casa tem sei metros de comprimentos por 4 de largura parte de pauapique, onde funciona a sede do posto em transferencia sem um quarto fechado onde esta o deposito do marial e farmacia. Em troca da citada casa deu ao snr. Alexandre que era o morador da mesma e como esdentro da aldeia, o seguinte| objetos que mais valia para ele na casa por tas e fechaduras e dobradiças.

A pobreza ali e muito grande e não tem a onde comprar remedios a não se no formoso que fica 20 leguas de distancia, para comprar alguns remedios eles constantemente estava~ procurando o Posto a procura de remedios, e disse que não permitia a venda de remedios que era para os Indios, mas muitas crianças doentes de febre, malária, catapora, varíola, eu resolvi vender alguns remedios em troca de galinhas que o posto necessitava para iniciar a sua criação de aves. Desse modo lá deixei 10 galinhas poedeiras, 2 galos e 2 galinhas com 26 pintos de 15 dias.

Construímos também 17 casas de palhas de coqueiro para os indios que chegaram da aldeia da cachoeirinha. Acabamos a derrubada da capoeira e queimamos a mesma sendo mais ou menos 3 alqueires de roça para este ano, a derrubada tem 1300 metros de comprimento por 200 de largura ao lado do posto e 300 metros ao lado da aldeia e os coqueiros junto da um ideia certa do que foi feito. Quando saí da aldeia o estado dos indios de saúde era boa o que estava faltando e alimentação pois nada tem para comer a não ser o peixe e coco, comprei algumas mandiocas dos vizinhos mas também já acabou, não havendo nenhuma doença epidêmica, deixei os mesmos ocupados em plantio de suas roças.

Goiania 23 de Setembro de 1963

Eneu Gonçalves de Paula
Eneu Gonçalves de Paula

RELATORIO AO CHEFE DA 8ª I R SOBRE A VIAGEM QUE FIZ A FAZENDA DO SNR DOMINGOS TAVARES PIMENTEL, NA ZONA HABITADA PELOS INDIOS CANOES OU CANOEIROS CONHECIDOS EM TODA AQUELA REGIAO COMO OS CARAS PRETAS.

Sr. Chefe;

De passagem pelo posto o srn. Domingos tavares Pimentel, mas conhecido em toda regiao como Domingos Mariquinhas, residente em Porongatu, dono da fazenda Lourity, me convidou a ir em sua fazenda, onde aparecem sempre os indios Canoeiros conhecidos em toda aquela regiao como os caras pretas. E por muita insistencia do mesmo me dando todas as facilidades eu resolvi ir em sua fazenda, que fica a um dia e meio de viagem do Posto ou sejam 16 leguas, com todos os indios estava ocupados em construcoes de suas casas resolvi a fazer esta viagem, para ficar conhecendo a regiao e poder dar uma informacao segura a esta chefia sobre os indios Canoeiros. O srn, Domingos seguiu para fazenda do srn, Antonio Felix, e tomou do mesmo para mim um calo emprestado, eu pedi ao srn, Toto um revolver emprestado cuja recibo do srn para devolver o dito revolver que ele esta precisando esta em meu poder, no outro dia o srn, Domingos que estava me esperando na fazenda do srn Antonio Felix mandou o cavalo para mim, com o qual me combinamos, Gastamos um dia e meio de viagem, porque paramos em muitas casas, chegando a sua fazenda que fica nas margens direita do Rio Javae, onde tem um porto que nesta epoca do ano pode passar caminhaõ em sua porta. Ahi dormimos, e preparamos a viagem para o outro dia, na fazenda mora o seu vaqueiro de nome Sebastiao e sua familia sendo dois filhos rapazes que o ajuda no custeio do gado Antonio e Sebastiao filho, seguiram conosco na penetraçao da mata que fica a uma meia legua da fazenda, estes vaqueiro me disseram que sempre os indios aparecem em suas roças e levam mandioca e milho, principalmente a maniva para a plantar, e me contaram tambem que os indios ja havia comido dois cavalos da fazenda que eles encontraram o couro as pernas e as cabeças, e que gado nunca mataram. Penetramos 3 dias nesta mata,, de difficil aceso, pois a massiga e muito alta, e existe muita tiririca ou navalha de mamaco chamada em Minas. Os animais que motamos ficaram com as pernas completamente limpas, com se fossem raspadas a navalha, a mata e bastante fria, pois existe muitos pantanos e lagoas e logares baixos, existem muitos monchoes como eles chamam por lá

saõ na sua maioria de pedras crsitaes branco e pedra canga, foi quando me lebrei do ano de 1946, quando da pacificação dos indios Xavantes, devido a grande quantidade de animes e passanos servagens ali existentes, encontramos diveças antas, manadas e mais manadas de quixadas, bandos e mais bandos de patos servagense muitos passaros, parecem ~~que~~ que todos os animes encostaram naquela região fugindo a devassa das matas em todo o E. de Goiaz, mas eu pedi a todos que não atirassem, pois tínhamos bastante comida, e não era necessario matar nada, e mesmo poruqe os indios podia estar ali por perto e escutarem os tiros, e pensar que nos ia hostilizarlos, encontramos muitos vestigios velhos dos indios, uma aldeia de casa antiga, com 7 casas, saõ as iguaes as dos Xavantes, uma de um forno pequeno, muito baixa, com a capacidade para duas pessoas dormir, com sinaes de um pequeno fogo no centro, a casa não dá para ficar em pé um homem de 1,70 de altura. Encontramos paus derubados para tirar mel, com machado muito sego. O que achei interessante e que eles cortaõ com o bico do machado a boca do paua por onde sahia a abelha, fazem uma abertura onde cabe uma maõ enfia o braço ate onde esta os favos de mel. O snr. Domingos e demais companheiros temaraõ comigo que esta bertura era feita de formaõ. Levei uma duzia de facoões que deixei por la, num girau como e de costume fazer para atração de indios, so não tive tempo de fazer o rancho, voltamos a fazenda depois de 3 dias nas matas. Encontramos nas matas rasto de gado disse-me o snr Domingos que ele tem umas novilhas sumidas ha meses. pode ser o rastro das mesma. O snr. Domingos ficou de voltar por la no fins do mes de Outubro, mas deu ordem aos vaqueiros se eu aparesese por la para me fornecerem o que eu precisasse, depois fui informado que o snr, Domingos e homem de mutos reculsos e grande fazendeiro em Porangatu onde reside, e posuidor de mais de 6000, bois para criar. E pena eu não ter levado uma maquina fotografica, que teria feito os comprovantes com belas fotografias. Demorei 10 dias nesta viagem, voltei ao posto os indios estava terminando de fazer as suas casas, demorei mais uns dias, como terminou a farinha que eu tinha levado, eu não tinha onde comprar mais farinha para mim e para os indios e mesmo se encontrarse farinha não tinha recurso resolvi vir a Goiania, mesmo para adquirir mais remedios para minha tuberculose tinha acabados, eu a noite ja estava sentindo muitas dores nos peitos e tocindo muito, resolvi fazer esta viagem via o Posto G. Vargas, para

isto combinei com o Sebastião filho do snr, Maciel poceiro perto do posto que necessiyava tambem de vir a Brasilia ver sua esposa, me empreteram um burro, e viemos fazendo esta travessia de Canoanon ate' ao Posto G,V. Sahimos do Posto as 7 horas da manha~ de terça feira, viemos por estradas que nos encinaram pois nem eu nem ele conheciamos as estradas, lutamos com muita deficuldade, estivemos pedrdidos um dia e meio, pois a ilha nesta época esta toda queimada tocan fogo nos pastos, e tanto carreiro de boque difficil a gente acertar o caminho, poruqe para quem não sabe so mesmo pelos cortados antigos que existem nas alvares e que se pode guiar com muita difilculdade. Na beira do Lago Salvacan esta localisada aldeia chamada deste nome tem 46 indios entre mulhes homens e creanças o seu estado de saude não e' bom muitas creanças com verminose, muito impaludismo, tem pequenas roças, e estão completamente cercados pelos retiros de gados de fazendeiros ali localizados, estão em completos abandonos sem uma assistencia do SPI, têm um indio por nome Elizeu que e' o Capitão da aldeia, já bem instruido lê e escreve e faz conta bem, e' avido todo ano pelo mariscador que vão a li a sua procura para fazer o marisco para eles em troca de que utilidades mas tudo em preços astronomicos, como seja sal 220,00 o kilo, assucar 200,00, uma rapadura de 1 kilo mais ou menos 180,00 vi com os indios devierços revolveres e perguntei por quanto eles tinham comprados, 1 revolve rose 22,20,000.00, um tauros já usado calibre 38 75,000,00. E assim por diante, estes indios ja estão completamente sem terras para trabalhar conforme pode ser visto no cocris que junto a este estão co,pletamente cercados pelo poceiros criadores de gado na região. Atravessamos o Lago Salvacan neste ponto tem uns 30 metros de largura e e bem fundo, os burros passaram a nada do outro lado fica a pose do snr, passarinho craidor grande em Pucurui e tem mais 3 retitods dentro da ilha no longo da estrada que viajamos. Deqmimos no terceiro retiro do snr, passarinho no outro dia sahiamos cedo bem as 5 horas da manha~, neste dia estivemos perdidos quase o dia toda fomos sahir na logoa escura, e uma lagoa enorme toda ela cercado de retiro de gado, tem mais 10 ranchos e me informaram que tem muito mais de 10 retiros na beira da lagoa, dahi seguimos atravessamos o Riosinho ou Rio verde que nasce perto da barreira da Cruz no Rio Javae', continuamos a viajar e na~ perdemos mais poruqe t muitos moradores nesta estrada atravessamos @ Rio Jaburu, fazendo do snr

Marcelino de tal, fui informado pelos moradores em passamos que tem mais de 30.000 cabeças de gado na ilha, exte compradores de gado que residen em Carolina no Estado do Maranhão que compram bizerros de um em Goiaz e solta na ilha para tirar dahai a treis anos quando ja são bois erados par o corte, as matas estão sendo cade vez mais devassadas pois todos as anos fazem as derrubadas para as roças, todos os dias chega chega gente de for para fazer morada na ilha, é calculado em 600 moradores ou mais dentro da ilha so neste trecho do rio Jaburu ao Javae' no ponto chamado Canoanon. Neste dia chegamos a fazneda do snr, Telácio ~~em~~ 7 horas da noite tomamos uma cualhada oferecida pelo vaqueiro e dormimos no outro dia sahimos cedo pela estrada de auotomovel ja na beira do Rio Araguaia chegamos a P.I.G.V. as 13 horas da tarde. Encontrei hospedados na casa da Posto a equipe da F. Brasil central, com seu doretor a frente dos trabalhos que estão executando ali, conversei muito com o Dr, Pedro me pediu muitas informações da viagem que tinha feito, aos quaes eu dei com os detalhes necessarios, ele me pediu um croquis da região do Rio Javae' partindo da Bareira branca porque eu pedia a ele para fazer uma estrada de rodagem partindo desta barreira ate a onde esta cituado o posto em Canonon, ele pediu que eu comparecesse em seu escretorio em Brasilia para conversar mais comigo e deixar la este croquis, esperava retornar a Canoanon e fazer uma viagem canoa no Rio javae' na epoca das cheias para fazer este croquis, para a passagem da estrada onde não alagase na epoca das cheias. O que ainda es pero fazer, e tambem a pacificação deste indios canoeiros que estão completamente cercados pois ja não mais existem espaço para as suas casadas as terras estão sendo completamente tomadas e pouco os indios ^{sendo} ~~vão~~ ^{sendo} ~~masacr~~ dos pelos homens invasores ambiciosas que não tem contemplação para com os indios, é preciso que o SPL, tome uma resolução urgente, poruqe este resto da indios que acho ser muito pouco estão preste a desaparecerem por completo.

Goiania, 23 de Setembro de 1963

Eneu Gonçalves de Paula
Eneu Gonçalves de Paula

Serviço de Proteção aos Índios

VENDA DE MADEIRAS E ARRENDAMENTO DE TERRAS INDIGENAS

Muito se tem escrito e denunciado sobre venda de madeiras e arrendamento de terras indígenas, sem entretanto, citar dados positivos referentes a tais operações, situando também o responsável por esse estado de coisas.

Do Relatório do então Major Jayme Moreno, hoje Coronel, no processo PR. nº 12.504/61, datado de 16 de setembro, do referido ano, quando este e mais os Srs. Jarbas de Oliveira Gomes e Paulino de Araujo Góes, procediam sindicância determinada pelo Subgabinete Militar no Rio Grande do Sul, do Gabinete Militar da Presidência da República, constatou-se o seguinte:

Administração de JOSÉ MARIA DA GAMA MALCHER, no cargo de Diretor do S.P.I.

- 1 - Contrato assinado com o Dr. Gaspar Coitinho, datado de 28.11.51, para venda de 20.000 pinheiros, no Posto Indígena "Cacique Doble", situado no município de Lagoa Vermelha, Estado do Rio Grande do Sul..... CR\$ 3.600.000,00
- 2 - Exportadora de Madeiras Fontanive Ltda. para extração de 13.558 pinheiros, no ano de 1954..... CR\$ 2.440.440,00
- 3 - Contrato feito com a firma Irmãos Iochpe S.A., assinado em 05.11.51, para extração de 8.000 pinheiros, no Posto Indígena "Paulino de Almeida", situado no município de Sananduva, Estado do Rio Grande do Sul..... CR\$ 1.200.000,00
- 4 - Contrato assinado em 10.09.51, com a firma Hermínio Tiziani & Cia., para serragem de 3.000 pinheiros, na base 50 %, (P.I.: "Nonoai, município: idem).....
- 5 - Idem, serragem 2.000 pinheiros, no mesmo Posto Indígena de "Nonoai", situado em município de igual nome, com a mesma firma..... CR\$ 304.000,00
- 6 - Novo contrato, sem especificar quantidade de pinheiros, com a mesma firma e Posto Indígena, por..... CR\$ 516.062,50
- 7 - Contrato assinado em 22.12.54, com a mesma firma acima, no mesmo Posto Indígena, para arrendamento de 2.000 hectares de terras para plantio de trigo, mediante porcentagem de (20%) vinte por cento para o S.P.I.....
- 8 - Venda de 500 arvores de cedro e 1.000 pinheiros, pela mesma firma e Posto, recebida a importância, pelo servidor, Francisco José Vieira dos Santos..... CR\$ 105.000,00

Arreda

6567
BGA

- 9 - Contrato assinado em 24.12.51, com a firma Waldomiro Arbo, para venda de 500 pinheiros e 5.000 metros cúbicos de madeiras, do Posto Indígena de "Guarita", situado no município de Tenente Portela, Estado do Rio Grande do Sul..... CR\$ 1.100.000,00

(Nota: Apesar desse contrato ser de apenas CR\$ 1.100.000,00, o contratante Waldomiro Arbo, pagou ao Posto mais a importância de CR\$ 990.434,40 (novecentos e noventa mil quatrocentos e trinta e quatro cruzeiros e quarenta centavos), por saques e ordens assinadas, pelos Servidores, Lourival da Mota Cabral e Iridiano Amarinho de Oliveira).

Constatou ainda a Comissão de Sindicância, que a maioria das transações eram entabuladas e, posteriormente assinados os contratos, cujo Superintendente, Inspetor, Alisio de Carvalho (já falecido), tinha credencial do então Diretor, José Maria da Gama Malcher, conforme Ordem de Serviço Interna, nº 15, de 13.05.52, assinada por esse mesmo Diretor.

O ex-Diretor do S.P.I., José Maria da Gama Malcher, foi o único Diretor demitido, tendo em vista irregularidades a si atribuídas, pela Comissão de Inquérito, designada pela Portaria nº 312, de 05.04.55, do Sr. Ministro da Agricultura, constituída dos Srs. Dr. Benjamin de Campos, presidente e vogais, Trajano Luiz de Lemos e José Marcos de Moura, constante do Processo n. S.C.13.541/53 (D.O. de 05.04.55).

Ainda a mesma Comissão de Inquérito, pediu o afastamento do referido Diretor, José Maria da Gama Malcher, pelo que o Sr. Presidente da República, em Decreto de 20.05.55, nomeiou o Inspetor Lourival da Mota Cabral, para exercer interinamente o cargo de Diretor, durante o impedimento daquele, que não mais regressou ao Serviço e foi exonerado (D.O. de 20.05.55).

OBSERVAÇÃO:

O Sr. Malcher que se mostra tão "escrupuloso" e "puritano" ao policiar minha árdua vida funcional, nunca fiscalizou nem mandou fiscalizar os contratos referidos à venda de pinheiros durante sua gestão, dando motivo com essa sua omissão e conivência, ao maior prejuízo ao patrimônio indígena, que se tem notícias em toda história do S.P.I.-

Serviço de Proteção aos Índios

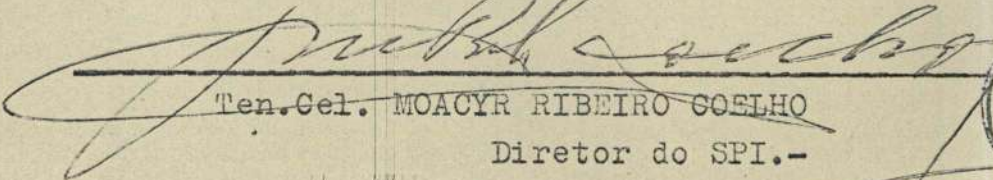
ORDEN DE SERVIÇO INTERNA Nº 40

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso da atribuição que lhe confere o art. 17 do Regimento Interno do SPI, aprovado pelo Decreto nr. 10.652, de 16-10-42,

RESOLVE determinar que CORIOLANO MENDONÇA, Agente de Proteção aos Índios, nível 6-B, dêste Serviço, detentor de adiantamento de Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros), à conta da Verba 1.0.00 - Custeio, Consignação 1.6.00 - Encargos Diversos, Subconsignação 1.6.23 - Diversos - 11) Para medição, demarcação e legalização de terras indígenas existentes nos Estados do Pará, Maranhão, Goiás e Mato Grosso e sob jurisdição da 2ª, 3ª, 6ª e 8ª Inspetorias Regionais, com sedes respectivamente, em Belém, Estado do Pará, São Luiz, Estado do Maranhão, Cuiabá, Estado de Mato Grosso e Goiânia, Estado de Goiás - Lei nr. 3.994, de 9/12/61, entregue como suprimento a FRANCISCO FURTADO SOARES MEIRELES, Chefe da 8ª Inspeiria Regional, em Goiânia, Goiás, para ser aplicada naquela Inspetoria, ficando o responsável pelo suprimento obrigado a prestar conta no prazo de que trata o Dec.Lei nr. 2.583, de 14-9-40, bem como a passar recibo em cinco (5) vias do mesmo suprimento ao servidor Coriolano Mândonça.-

Dê-se ciência e cumpra-se

Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1962.-


Ten.Cel. MOACYR RIBEIRO COELHO

Diretor do SPI.-



CARTÓRIO EDGARD MAGALHÃES 24.º OFÍCIO DE NOTAS Tabellão EDGARD MAGALHÃES Tab. Substituto Mário da Costa Tavares 1.º Esc. Autorizado MURILLO GUERRERO 2.º Esc. Autorizado EDSON PEDROSA Av. Graça Aranha, 145 Sobreloja RIO DE JANEIRO	De acordo com o art. 2.º do Dec. Lei 2.140/40, / outorga a pre- sente, cópia fiel do original do documento em que se que- dou fé. Rio, 7 de Maio de 1954 Em test. da verdade
--	---

Ilmo. Sr.

Dr. JADER DE FIGUEIREDO CORREIA

DD. Presidente da Comissão de Inquérito Portaria 78/68

Nesta

Sr. Presidente:

Ao receber o telex anexo, através de V.Sa., agradeço-lhe a atenção, e peço vênica para fazer juntada do mesmo à minha defesa.

Atenciosamente

Francisco F. Soares de Meireles
Francisco Furtado Soares de Meireles
Inspetor de Indios, 14-B

TRIB CONTAS BSB
INTERIOR RIO

TELEX NR 195 DE 7 5 68

INTERIOR RIO

DO DIRETOR DA SEGUNDA DIRETORIA TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO
AO SR JADER FIGUEIREDO CORREA - PRESIDENTE COMISSAO

RESPOSTA VOSSO ELEX NR 1 351 VG 2-5-68 VG INFORMO
PROCESSO PRESTACAO CONTAS TRINTA MILHOES CRUZEIROS ANTIGOS
RECEBIDOS FRANCISCO FURTADO SOARES MEIRELES TEVE ENTRADA
NESTE TRIBUNAL ONDE RECEBEU NR REFERENTE TC-13 232/67 VG
ORIGINADO OFICIO NR 1 VG 11-DIGO 22-11-67 VG SEGUNDA INSPE
TORIA REGIONAL INDIOS PT SAUDACOES PT PAULO DOS SANTOS SILVA PT
DIRETOR PT

TRANSMITIDO POR GUEDES
RECEBIDO POR OSWALD JSF

6570
BXO